

**Um retrato da relação luso-chinesa ao longo dos séculos:
A evolução do relacionamento político e aprofundamento da
diplomacia económica na sequência da crise financeira de 2010**

Teresa Cunha e Sá

**Dissertação de Mestrado
em Ciência Política e Relações Internacionais**

Setembro de 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira, Professora Catedrático do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento dirijo-o ao meu orientador, Professor Nuno Severiano Teixeira. Foi na cadeira de Política Externa Portuguesa, lecionada pelo Professor Nuno no Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais que surgiu o tema desta dissertação. Ao Professor Nuno, quero agradecer as oportunidades que me deu, a sua disponibilidade e ajuda ao longo deste ano.

Aos meus pais agradeço o incansável apoio, a segurança e estabilidade que me permitiram arriscar e fazer um segundo mestrado.

Quero agradecer também ao Professor Vasco Rato, não só pela orientação académica, mas pelos incontáveis cafés e conselhos, a sua ajuda foi imprescindível.

E por fim, a conclusão desta tese não seria possível sem a ajuda do João a quem devo o maior e mais sentido agradecimento. Há tanto de mim como de ti neste texto e agradeço-te, acima de tudo, o facto de acreditares sempre em mim.

Um retrato da relação luso-chinesa ao longo dos séculos:

A evolução do relacionamento político e aprofundamento da diplomacia económica na sequência da crise financeira de 2010

Teresa Cunha e Sá

Resumo

Esta tese examina a evolução da relação luso-chinesa ao longo dos séculos, mais concretamente desde o século XVI até à atualidade. O período em análise começa em 2010, com a crise financeira e estende-se até ao final de 2021. As dificuldades financeiras, a intervenção externa da Troika e a mudança de liderança na China precipitaram uma nova era do relacionamento entre Pequim e Lisboa.

Através da utilização de uma abordagem histórica, a pesquisa fundamentalmente explicativa-descritiva que incorpora dados quantitativos e qualitativos demonstra que houve uma aproximação política e económica entre Portugal e a China na sequência da crise financeira. A metodologia permite argumentar que houve um aumento do número de viagens institucionais e aprofundamento da relação de investimento, comércio e financeira. A relação dá, mais recentemente, alguns indícios de abrandamento, que poderão ter como justificação o endurecimento do posicionamento europeu face à china ou a pandemia Covid 19.

A investigação apresenta, ainda, os desafios da relação luso-chinesa, nomeadamente desafios tecnológicos, de segurança, e na relação de Portugal com os seus aliados.

Palavras-chave: Portugal, China, Macau, Crise Financeira, Diplomacia Económica, Iniciativa Belt and Road

A portrait of the Luso-Chinese relationship over the centuries:

The evolution of the political relationship and deepening of economic diplomacy in the wake of the 2010 financial crisis

Teresa Cunha e Sá

Abstract

This thesis examines the evolution of the relationship between Portugal and China over the centuries, more precisely from the sixteenth century to the present day. The analysis begins in 2010, the start of the Portuguese financial crisis, and extends until the end of 2021. Financial difficulties, Troika's external intervention and the change of leadership in China prompted a new era for the relationship between Beijing and Lisbon.

Taking a historical approach, this fundamentally descriptive research, incorporating quantitative and qualitative data, demonstrates that there has been a political and economic rapprochement between Portugal and China in the wake of the financial crisis. This methodology shows that there was an increase in state visits between the two countries and a deepening of investment, trade, and financial ties. Recently, there have been signs of a slowdown in the relationship between China and Portugal, which may be justified by a hardening of the European position vis-à-vis China or the Covid 19 pandemic.

The research project also presents the challenges of the Luso-Chinese relationship, including technological and security challenges, and tensions in Portugal's relationship with its traditional allies that have a tougher stance on China.

Keywords: Portugal, China, Macao, Financial Crisis, Economic Diplomacy, Belt and Road Initiative

Índice

Índice de Figuras	1
Lista de Abreviaturas	2
Introdução	3
<i>Definição do objeto de estudo</i>	4
<i>Justificação Epistemológica</i>	6
<i>Enquadramento Teórico</i>	15
<i>Estado da Arte e Problematização</i>	29
<i>Instrumentos Metodológicos</i>	33
<i>Apresentação da Estrutura</i>	35
Capítulo I: Enquadramento da relação luso-chinesa no contexto internacional	36
<i>I. I. Estados Unidos e China</i>	36
<i>I. II. União Europeia e China</i>	42
I. II. I. A relação da UE-China, enquanto instituição	42
I. II. II. A relação UE-China, estado a estado	47
Capítulo II: A dimensão externa das relações luso-chinesas	56
<i>II. I. Política Externa Portuguesa entre 2010 – 2021</i>	56
<i>II. II. Política Externa Chinesa entre 2010 - 2021</i>	60
Capítulo III: Portugal e a China, uma história com cinco séculos	64
<i>III. I. 1513 - 1949: relação comercial</i>	64
<i>III. II. 1950 - 1999: a questão de Macau</i>	65
<i>III. III. 2000 - 2010: relativa apatia</i>	67
Capítulo IV: Portugal e a China entre 2010 - 2021	68
<i>IV. I. Conjuntura Externa: a crise financeira de 2010</i>	68
<i>IV. II. A relação política</i>	70
IV. II. I. Programas de Governo	70

IV. II. II. Viagens institucionais	72
<i>IV. III. A relação económica</i>	76
IV. III. I. Investimento	76
IV. III. II. Vistos <i>gold</i> e imigração	85
IV. III. III. Relação Comercial	89
IV. III. IV Panda Bonds	90
IV. III. V. Considerações e Motivações	93
Capítulo V. Desafios Futuros	95
<i>V. I. Estados Unidos vs. China</i>	95
V. I. I. Sines	96
V. I. II. Açores	98
V. I. III. 5G	98
<i>V. II. O futuro do comércio e do investimento</i>	99
<i>V. III. As violações dos Direitos Humanos e Política Externa de Valores</i>	100
Capítulo VI. Conclusão	101
Capítulo VII. Referências	106

Índice de Figuras

Figura 1 - Visitas a Portugal e à China dos mais altos representantes dos dois países.	72
Figura 2 - Principais investimentos e contratos chineses selecionados em Portugal (2011 - 2021).	79
Figura 3 - IDE em Portugal, Princípio direcional, Contraparte Imediata, anual, milhões de euros.	81
Figura 4 - IDE em Portugal, Princípio direcional, Contraparte Final, anual, milhões de euros.	83
Figura 5 - Investimento de Portugal na China. Valores em milhões de euros.	84
Figura 6 - Autorização de Residência para Investimento emitidas Portugal.	86
Figura 7 - Imigração chinesa em Portugal.	88
Figura 8 - Exportações e Importações de Bens e Serviços Portugal - China Continental em milhões de euros e Déficit da Balança Comercial em milhões de euros, em valor absoluto e em % do PIB.	89

Lista de Abreviaturas

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

ARI - Autorização de Residência para Investimento

BANIF - Banco Internacional do Funchal

BCE - Banco Central Europeu

BCP - Banco Comercial Português

BESI - Banco Espírito Santo de Investimento

BRI - Iniciativa Belt and Road

CBRC - China Banking Regulatory Commission

CCCC - China Communications Construction Company

CCILC - Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa

CCTV - Chinese Central Television

CEE - Comunidade Económica Europeia

CTG - China Three Gorges

EDP - Energias de Portugal

EPI - Economia Política Internacional

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

I&D - Investigação e Desenvolvimento

IA - inteligência artificial

ICBC - Banco Internacional e Comercial da China

IdC - Internet das Coisas

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

IPE - Investimento de Portugal no Exterior

NATO - North Atlantic Treaty Organisation

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OPA - Oferta Pública de Aquisição

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCC - Partido Comunista Chinês

PIB - Produto Interno Bruto

PNTR - Relações Normais Comerciais Permanentes

REN - Redes Energéticas Nacionais

RI - Relações Internacionais

RPC - República Popular da China

SAFE - State Administration of Foreign Exchange

UE - União Europeia

Introdução

A relação luso-chinesa desenvolveu-se, no princípio, através do crescimento das trocas comerciais que se estabeleceram entre o reino de Portugal e o império chinês. Esta relação passou por períodos de maior e menor intensidade, mas as duas nações estiveram sempre ligadas pela presença portuguesa em Macau até 1999, data em que o território foi devolvido definitivamente à República Popular da China. O processo que deu azo a esta transição foi conduzido sem sobressaltos e as relações sino-portuguesas mantiveram o seu carácter harmonioso. Depois da saída portuguesa do território cantonês, as interações entre os dois países entraram num período de maior estagnação.

No advento da crise do Zona Euro, a situação gerada pelo colapso económico que levou à intervenção da Troika e os tempos que se seguiram, constituiriam o cenário ideal para que esta realidade se alterasse. Devido à necessidade absoluta de garantir fundos que ajudassem ao pagamento da dívida, Portugal viu-se forçado a estreitar os seus laços económicos com países fora da esfera transatlântica e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A China, com vastas reservas de capital, apresentou-se como um candidato credível para apoiar o caminho da recuperação económica Portuguesa.

Posteriormente, com a ascensão ao poder do Presidente Xi Jinping, a China mudou a sua postura no panorama internacional e, conseqüentemente, a sua atitude para com Portugal. Uma relação puramente económica passou também a ter contornos estratégicos, devido à inclusão de Portugal na iniciativa *Belt and Road*, projeto que molda a projeção do poder chinês na esfera internacional.

Portugal como país periférico da Europa, de economia débil, com uma forte vertente atlântica, e dispendo de uma posição privilegiada na relação com os PALOP representa um claro vetor desta política de penetração e expansão chinesa.

A diplomacia política e estreitamento da relação económica entre Portugal e a China, baseada na parceria estratégica que envolve trocas comerciais, investimento e colaboração na iniciativa *Belt and Road*, não estão isentas de desafios futuros, sendo que o principal se prende com a crescente rivalidade entre o parceiro económico asiático e o aliado tradicional de defesa e segurança americano. De um lado está a China, cada vez mais expressiva na projeção do seu poder internacional. Do outro, os Estados Unidos, um velho aliado cada vez mais assertivo na contenção da expansão do poder chinês.

Para compreender a relevância do trabalho de investigação, importa considerar a dimensão da China: um país de 1.4 mil milhões de habitantes, com o segundo maior produto interno bruto, em termos nominais, do mundo e o maior em Paridade de Poder de Compra (PPC), sendo, também, o maior exportador do mundo. Ademais, é relevante mencionar a crescente tensão entre os EUA e a China. Num momento em que nos afastamos de um mundo unipolar e da conjuntura de hegemonia americana, é cada vez mais importante aprofundar o conhecimento sobre a potência em ascensão, a China. Principalmente perante fenómeno que Graham Allison estudou no seu livro *Destined for War: Can America and China Escape the Thucydides' Trap?* Allison baseou-se na guerra entre Esparta e Atenas para estudar e descrever o fenómeno que se concretiza quando um poder em ascensão ameaça deslocar um poder dominante. Allison, determinou que o stress estrutural resultante faz com que um choque violento seja a regra e não a exceção, mais concretamente, dos últimos 500 anos, a equipa de Allison, identificou 16 casos em que um poder em ascensão desafiou uma potência estabelecida e concluiu que dessas 16 instâncias, 12 resultaram em guerra. Sendo que vivemos um momento semelhante na história fica claro que todos os países, Portugal inclusive, têm de ter em conta a China no seu universo de política externa.¹

Na dissertação pretende-se compreender de que forma evoluiu a relação luso-chinesa na sequência da crise financeira portuguesa de 2010. Para tal, procede-se ao enquadramento da investigação no domínio das Relações Internacionais e na teoria da Economia Política Internacional e faz-se um resumo do estado da arte da relação luso-chinesa e a problematização da mesma. Adicionalmente, contextualiza-se a relação sino-portuguesa nas relações entre os Estados Unidos e a China e entre a União Europeia e a China e nas políticas externa de Portugal e da China. Apresenta-se, também a dimensão histórica deste relacionamento e a conjuntura externa de crise financeira. Por fim, sistematiza-se e analisa-se a evolução da relação económica e política entre Portugal e a China entre 2010 e 2021, dando conta, ainda dos desafios futuros da relação luso-chinesa.

Definição do objeto de estudo

“Vinho, azeite e amigos, quanto mais antigos melhor”. Quem o disse foi o Presidente chinês Xi Jinping quando veio a Portugal em 2018, em visita institucional. Xi Jinping recorreu

¹ Graham Allison, “Destined for War: Can America and China Escape the Thucydides’ Trap?”. Scribe Publications, 2018.

a este provérbio para mostra que Portugal e a China são velhos amigos. A antiguidade na relação luso-chinesa é um facto incontestável. Para acedermos aos primeiros registos desta relação temos de recuar até ao século XVI, mais concretamente, a 1513 quando os primeiros navegadores portugueses aportaram em Tamão, parte do que atualmente conhecemos como Hong Kong. Desde então, a relação entre o reino de Portugal e o Império chinês passou por diferentes fases, de maior e menor aproximação tendo tido na resolução da questão de Macau o seu apogeu. Na sequência da crise financeira internacional que resultou na crise das dívidas soberanas da zona euro e na intervenção externa da Troika em Portugal, a relação luso-chinesa ganhou um novo ânimo. Desde meados de 2010, assistimos a um estreitamento da relação política e económica entre Portugal e a China motivada, em parte, pela longa amizade entre os dois atores.

Adindo aos contributos de outros autores, a presente investigação pretende estudar a relação entre Portugal e a China, através de uma análise contemplativa da “complexa inter-relação entre a atividade económica e política ao nível das relações internacionais”.² Mais concretamente, pretende-se estudar a relação luso-chinesa entre 2010, ano que marcou o início de uma recessão em Portugal fruto do desequilíbrio das contas públicas e que teve consequências ao nível da relação com Pequim, até ao final de 2021 com o objetivo de estender a análise de forma exaustiva, mas fidedigna em termos económicos e interpretativos.

Como mencionado, a relação entre Portugal e a China entrou numa nova fase na sequência da crise financeira. As conjunturas internacionais e internas promoveram a adoção de uma estratégia focada na diplomacia económica que pretendia recuperar a credibilidade externa da economia portuguesa. Ademais, Portugal recorreu a ajuda externa para obter financiamento mediante o cumprimento de determinadas medidas, algumas das quais previam a privatização de ativos do Estado.

Considerando o objeto de estudo e respetivo enquadramento temporal, a dissertação pretende responder a seguinte questão: Como evoluiu a relação luso-chinesa no contexto da crise financeira portuguesa de 2010? Desta interrogação surgem naturalmente outras questões relevantes para o seu entendimento, nomeadamente: como se desenvolveu o relacionamento bilateral entre Portugal e a China até à crise financeira de 2010? Como se enquadra a relação luso-chinesa no contexto internacional? De que forma, as políticas externas de Portugal e da China entre 2010 e 2021 ajudam a explicar a aproximação entre os dois países? No contexto

² Benjamin J. Cohen, “International Political Economy – An Intellectual History”. Princeton University Press, 2008, p. 16.

da necessidade de investimento externo, como explicar a escolha de investidores chineses face às alternativas? Adicionalmente, devemos ainda indagar se houve uma continuidade na aproximação política e económica entre Portugal e a China nos anos mais recentes.

Para cumprir o objetivo proposto, determina-se que vai ser analisada a evolução e aprofundamento da relação sino-portuguesa através de uma análise quantitativa e qualitativa que permita a identificação de variáveis que comprovem o estreitamento da relação económica e do relacionamento político e permitam concluir sobre a opção de abertura ao capital chinês como solução para a necessidade de investimento em Portugal. O principal ator em análise é Portugal, no nível interno e a China, no nível externo. No entanto, outros atores serão analisados sempre que tal permitir um melhor entendimento da relação luso-chinesa.

Justificação Epistemológica

Conceptualmente, o tema da investigação encontra-se no domínio das Relações Internacionais (RI), mormente na vertente da internacionalização da economia que se enquadra no estudo da Economia Política Internacional (EPI).

As Relações Internacionais são consideradas uma área de estudo multidisciplinar que inclui contributos da Política, Direito, Economia e História. Embora estas disciplinas tenham sido estudadas exaustivamente de forma individual e cada uma tenha produzido teorias e metodologias próprias há, dentro das Relações Internacionais, um subcampo que se dedicou a relação simbiótica entre a Política e a Economia, chamado de Economia Política Internacional.

A EPI é a teoria que trata simultaneamente da Política e da Economia. É aceite que fatores económicos têm influência na tomada de decisão política e que fatores políticos afetam resoluções económicas, mas considerava-se que a economia apenas existia em função da política. Contrapondo esta premissa, a Economia Política Internacional precisou que a Política e a Economia são, de facto, intrinsecamente indissociáveis.³ Nesta ótica, a EPI preocupa-se com a complexa interação entre estruturas políticas que abrangem transações económicas.⁴

³ James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff Jr., “Contending Theories of International Relations - A Comprehensive Study”. Longman, 5ª Edição, 2001, pp. 416-418; Robert Jackson e Georg Sorensen, “Introduction to International Relations Theories and Approaches”. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 5ª Edição, 2013, pp. 159-178.

⁴ Tom Conley, “International Political Economy”. Em Martin Griffiths, “International Relations Theory for the Twenty First Century – An Introduction”. Nova Iorque: Routledge, 1ª Edição, 2007, pp. 135-145.

Existem várias definições de Economia Política Internacional, como a de Frieden e Martin que a define como “todos os trabalhos para os quais os fatores económicos internacionais são uma causa ou consequência importante”⁵ ou a de Oatley, “A economia política internacional estuda como a política molda a evolução da economia global e como a economia global molda a política”⁶. Contudo, a mais concisa seja talvez a de Robert Gilpin que diz que esta disciplina é o estudo da interação entre o estado e o mercado.⁷

Apesar da origem da Economia Política Internacional remontar aos economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo, o estudo da disciplina ganhou relevância nos anos 70 quando as teorias existentes tiveram dificuldades em explicar as mudanças que se verificaram nesse período ao nível da economia e política internacional, designadamente, o aumento da interdependência económica e do investimento direto estrangeiro e, principalmente, o fim do acordo de Bretton Woods.⁸

A EPI veio desafiar a ontologia do Realismo na medida em que este não atribuía importância às interações económicas entre Estados, nem a atores não estatais. Neste sentido, a EPI distingue-se das escolas das Relações Internacionais pela sua componente económica e da Economia pura pela sua componente internacional, relacionando as duas. Isto é, se a Economia pressupõe a busca pela riqueza e a Política pelo poder, a Economia Política Internacional encarrega-se da sua interação, determinando, entre outros fatores, a força económica como fundamento do poder político.⁹ Ademais, a EPI determina que os fatores económicos internacionais são importantes causas e efeitos da interação entre estados e mercados.¹⁰

No âmbito da dissertação, veremos como a crise financeira de 2010-2014 proporcionou a entrada de capital chinês na economia portuguesa e que consequências este acontecimento teve ao nível das relações internacionais de Portugal.

Assim, importa referir que a EPI tem como foco principal o comportamento dos atores políticos e económicos internacionais como os estados, as organizações transnacionais e as

⁵ John Ravenhill, “International Political Economy”. Em Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, “The Oxford Handbook of International Relations”. Nova Iorque: Oxford University Press, 1ª Edição, 2008, pp. 542-543.

⁶ Thomas Oatley, “International Political Economy”. Nova Iorque: Routledge, 6ª Edição, 2019, p. 2.

⁷ John Ravenhill, 2008, op. cit., pp. 542-543.

⁸ John Ravenhill, 2008, op. cit., pp. 539-557; Robert Jackson e Georg Sorensen, 2013, op. cit., pp. 159-178.

⁹ Robert Jackson e Georg Sorensen, 2013, op. cit., pp. 159-178.

¹⁰ John Ravenhill, 2008, op. cit., pp. 539-557.

multinacionais. Contudo, aborda também questões domésticas na medida em que estas podem ajudar a explicar o impacto das estruturas e processos internos nas políticas externas.

A literatura sobre a Economia Política Internacional divide-se essencialmente em três paradigmas das Relações Internacionais: Realismo, Liberalismo e Marxismo.

Realismo

A escola realista das RI divide-se em diferentes teorias que incluem substratos de ideias diversos, mas que convergem na oposição ao idealismo por este ser utópico. De acordo com o Realismo, a natureza humana é imperfeita e, por isso, os estados, atores principais das relações internacionais, relacionam-se de forma hostil, procurando constantemente aumentar as suas capacidades resultando, por vezes, em situações de conflito. Segundo o Realismo, a anarquia do sistema internacional é uma condição onde o poder e a sobrevivência são essenciais e estão na base do interesse nacional.¹¹ Por outras palavras, o paradigma realista converge em quatro preposições fundamentais: a organização em grupos que se exponenciam nos estados-nação, o egoísmo enquanto característica inata da condição humana que promove a maximização dos interesses individuais, a ideia de que acima dos estados não existe qualquer autoridade e a noção de poder como objetivo último.¹²

Morgenthau é considerado um dos principais autores do Realismo Clássico que se caracteriza por muito do que foi descrito acima, mas que essencialmente confere aos erros humanos as causas do conflito, num sistema de autoajuda onde as instituições internacionais não têm qualquer relevância uma vez que os estados são centrais a toda a atuação política. Entre outras lacunas, uma particularmente relevante para a presente dissertação é ausência da análise da economia política internacional no Realismo Clássico.

O Neorealismo ou Realismo Estruturalista, perpetuado por Kenneth Waltz, foca-se na estrutura do sistema internacional e concede-lhe a máxima importância nas relações internacionais, ao passo que o Realismo Clássico se concentra nos estados. Segundo Waltz, os estados são, essencialmente, iguais diferindo apenas nas suas capacidades. Os estados

¹¹ Colin Elman, “Realism”. Em Martin Griffiths, “International Relations Theory for the Twenty First Century – An Introduction”. Nova Iorque: Routledge, 1ª Edição, 2007, pp. 11-20; Robert Jackson e Georg Sorensen, 2013, op. cit., pp. 65-98.

¹² William C. Wohlforth, “Realism”. Em Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, “The Oxford Handbook of International Relations”. Nova Iorque: Oxford University Press, 1ª Edição, 2008, pp. 131-149.

equilibram-se contra desafiadores do seu poder e segurança aumentando as suas capacidades militares ou formando alianças, não permanentes, mas por interesse e utilidade no momento em questão.¹³

No âmbito da Economia Política Internacional, o Nacionalismo ou Realismo Económico advém do Mercantilismo dos séculos XVII-XIX. O Mercantilismo considera a economia uma ferramenta da política e o comércio um jogo de soma zero em que o ganho de um estado implica sempre a perda de outro. Desta visão, que caiu em desuso no século XIX, surge o Realismo ou Nacionalismo Económico, no período entre guerras do século XX, que recupera o princípio da riqueza e do poder como conceitos complementares que não competem entre si. Adicionalmente, o Nacionalismo Económico baseia-se na centralidade do estado, vendo-o como um ator racional e soberano que atua num sistema anárquico onde procura maximizar os seus interesses (segurança do território, povo e prosperidade económica), sendo limitado apenas pela distribuição de poder. Este paradigma, ao contrário dos Realismos Clássico e Estruturalista, inclui atores não estatais embora subordine as suas capacidades e influência à dos estados que tentam garantir que atores como organizações internacionais e empresas multinacionais não ajam em confronto com os seus interesses.¹⁴

Assim, o Realismo Económico determina que uma economia forte é indispensável ao poder dos estados e que, por essa razão, deve ser preservada através da eventual intervenção estatal na economia para garantir a persecução dos seus interesses e a soberania em questões económicas, territoriais e de segurança.

Liberalismo

O Liberalismo nas Relações Internacionais teve como predecessor o Idealismo (ou Utopismo). O estudo das Relações Internacionais está dividido em grandes debates, sendo o primeiro debate entre Idealistas e Realistas. Considera-se que foi este debate que inaugurou a disciplina no período entre guerras. O Liberalismo Clássico, muitas vezes associado ao Presidente norte americano Woodrow Wilson e aos famosos 14 pontos de Wilson, procura ir de encontro àquilo que o sistema internacional deve ser. Já o Realismo interessa-se pelo que o

¹³ Ibid.; Martin Griffiths, Steven C. Roach e M. Scott Solomon, “Fifty Key Thinkers in International Relations”. EUA: Routledge, 2ª Edição, 2009, pp. 58-64.

¹⁴ James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff Jr., 2001, op. cit., pp. 418-428; Robert Jackson e Georg Sorensen, 2013, op. cit., pp. 159-178.

sistema, de facto, é. Wilson defendia a ideia da segurança coletiva, da autodeterminação dos povos e da importância das instituições internacionais. No entanto, com o eclodir da II Guerra Mundial, o primeiro debate foi vencido pelos Realistas, mas o Liberalismo, enquanto teoria normativa que quer evitar a guerra a todo o custo e procura encontrar uma ordem internacional pacífica e equitativa subsistiu e evoluiu.

A Escola Liberal tem algumas características que são transversais às suas diferentes variantes. Entre elas está a visão otimista do ser humano, isto é, a ideia que o Homem é capaz de se superar através do uso da razão. Adicionalmente, o Liberalismo acredita que é possível existir harmonia de interesses entre estados e que a cooperação deve ser o meio preferencial para os estados atingirem os seus objetivos. Nesta teoria valorizam-se atores não estatais como as organizações internacionais e o direito internacional.

Com os anos 90 e o fim da Guerra Fria, o Liberalismo Internacionalista teve muita adesão, particularmente a ideia de que o fim dos conflitos internacionais é possível através da propagação do sistema democrático liberal e da expansão do comércio livre. Por outras palavras, a democracia e as instituições democráticas ao refrear o poder das elites e o apetite pelo poder minimizam a inclinação para o conflito uma vez que a interdependência que resulta do comércio livre entre estados exponencia os custos da guerra.¹⁵

Esta teoria contraria a posição neorrealista que a condição anárquica do sistema internacional impede a construção de um mundo sem conflito porque não existe qualquer autoridade superior a regular o comportamento dos estados. Para os liberais, a propensão para a guerra, que advém da anarquia, pode ser ultrapassada através da cooperação entre estados e termina-se na Teoria da Paz Democrática, avançada por Doyle, que diz que as democracias liberais, através da cooperação, são empiricamente pacíficas e não fazem guerras entre si. Por outras palavras, são as preferências do estado e não as suas capacidades que determinam o seu comportamento.¹⁶

Relativamente ao papel do comércio, os liberais defendem que as trocas comerciais sem restrições são a melhor maneira, a mais pacífica, de aumentar a riqueza dos estados. Esta é a premissa original do Liberalismo Institucionalista e da Teoria da Interdependência de Keohane e Nye. Os autores explicam que as instituições internacionais promovem a cooperação e

¹⁵ Scott Burchill, "Liberalism". Em Scott Burchill, Andrew Linklater, et. al., "Theories of International Relations". Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 3ª Edição, pp. 55-83; Robert Jackson e Georg Sorensen, 2013, op. cit., pp. 99-131; John MacMillan, "Liberal Internationalism". Em Martin Griffiths, "International Relations Theory for the Twenty-First Century". Nova Iorque: Routledge, 2007, pp. 21-34.

¹⁶ Ibid.

enfraquecem o nacionalismo dos estados. Os liberais institucionalistas aproximam-se dos Realistas ao atribuírem um papel de destaque aos estados e ao aceitarem a condição de anarquia, mas afastam-se ao formalizarem nas instituições internacionais e na cooperação os mecanismos de superação de conflitos.¹⁷

A perspectiva liberal da Economia Política Internacional estuda isoladamente a Economia e a Política. No campo da economia, os liberais defendem um estado reduzido, comércio livre, e forças de mercado a operar sem constrangimentos. Na política, os liberais focam a sua atenção no indivíduo e na liberdade e igualdade perante a lei. Na visão do Liberalismo Económico, a economia não está subordinada à política, o ator é individual, racional e a maximização da sua utilidade contribui para o bem comum. A organização da economia doméstica e internacional deve ser feita através da lei da oferta e procura e do mecanismo de preços por ser a forma mais eficiente de gerar crescimento económico e assim, aumentar o bem-estar individual.¹⁸

De acordo com o Liberalismo, o indivíduo é a base e o motor da sociedade. Todos os indivíduos são seres racionais que, ao satisfazerem as suas necessidades, contribuem para o bem-estar geral. Nesta ótica, o mercado existe naturalmente para dar resposta às necessidades dos consumidores individuais e tende para um equilíbrio onde a procura é igual à oferta ou, por outras palavras, os custos igualam os benefícios. Para além do pressuposto da racionalidade dos intervenientes no mercado, este paradigma da EPI assume também que não existem assimetrias de informação, que todos os indivíduos estão munidos com a informação necessária para tomarem a decisão mais eficiente tendo em conta os recursos à sua disposição.¹⁹

A Economia, ao operar de acordo com regras e pressupostos económicos não tem qualquer pendor político. Por esta razão e uma vez que a economia e a política são esferas de atuação totalmente separadas, os governos só devem intervir nos mercados em situações excecionais como para mitigar falhas de mercado ou fornecer bens públicos. O Liberalismo Económico vê na intervenção do estado a causa das desigualdades e conflitos e, conseqüentemente, acredita que, ao controlar a intervenção do estado na economia, as forças de mercado vão gerar progresso, cooperação e prosperidade.²⁰

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Robert Gilpin, 1987, op. cit., pp. 26-30; James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff Jr., 2001, op. cit., pp. 419-428.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid.

Contrariamente ao Mercantilismo, o Liberalismo acredita que o comércio internacional é um jogo de soma positiva e, além disso, promove a paz entre nações ao criar redes de interdependência que encarecem a decisão de entrar em guerra com outro estado. Ademais, defende que as relações entre estados não existem segundo uma ordem hierárquica com os assuntos de segurança e militares a encabeçarem a lista de prioridades, mas sim que os estados se relacionam também nas áreas económicas e comerciais sem particular ordem através da cooperação por meio de organizações institucionais e indivíduos. Desta forma, para os liberais os ganhos dos estados são atingidos através da cooperação e interdependência que, por sua vez, conduzem à paz.²¹

Os liberais concedem que alguns eventos políticos podem interferir no crescimento económico de uma economia, mas como o mercado tende no longo prazo para o equilíbrio, estes efeitos são de curta duração. Consequentemente, os principais motores de crescimento económico são, também, económicos, designadamente o aumento da população, recursos e produtividade.²²

Marxismo

O Marxismo é uma Teoria das Relações Internacionais avançada por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX. É considerada uma crítica intelectual ao capitalismo e posiciona a economia na base das relações internacionais. O Marxismo desenvolve-se a partir do estudo da luta de classes num sistema capitalista que opõe a classe burguesa ao proletariado, sendo o estado o reflexo da classe dominante que procura satisfazer os seus interesses oprimindo a classe trabalhadora. Logo, relega os estados para uma posição secundária no estudo das relações internacionais, focando-se nas classes socioeconómicas.

Como nas outras escolas das Relações Internacionais, o Marxismo tem várias interpretações e sub-teorias, existindo, também, elementos transversais às diferentes variantes do Marxismo. São eles, a abordagem dialética da sociedade que determina que a realidade é dinâmica e conflitual, a visão materialista da história, o capitalismo e o compromisso normativo com o socialismo. Para os marxistas a economia é central, impulsionadora das mudanças históricas e é o sistema de produção económica que determina as estruturas institucionais e ideológicas da sociedade. Por outras palavras, o capitalismo (sistema que pressupõe a detenção

²¹ Ibid.

²² Ibid.

privada dos meios de produção e a existência de um salário de trabalho) contextualiza a realidade e divide as pessoas em classes: a classe trabalhadora que quer ser livre da opressão e exploração laboral e a classe dominante que, ao ser detentora do sistema económico, isto é, dos meios de produção, detém também o sistema político. O conflito nasce da luta das classes porque o proletariado, ao tomar conhecimento do desequilíbrio social, rebela-se contra o sistema opressor, sendo neste choque que se opera a mudança social e política que, no limite, transformará a sociedade injusta e capitalista numa sociedade comunista, sem classes e equitativa. Assim, materializa-se a ideia de que os acontecimentos políticos, incluindo a guerra, provêm dos acontecimentos económicos que lhes estão subjacentes.²³

Na EPI, o Marxismo apresenta, fundamentalmente, uma crítica ao Liberalismo Económico. Para o Liberalismo, como foi exposto, a economia, o mercado e as trocas comerciais trazem benefícios para todos os envolvidos. Contrariamente, para o Marxismo, a economia é a principal fonte de desigualdade. Como no Mercantilismo, o Marxismo aplica a ideia de jogo de soma zero à economia e às trocas comerciais, mas em vez de a aplicar às relações entre estados, aplica-a às relações entre classes. Assim sendo, para os marxistas a política e a economia estão interligadas, mas é dada primazia à economia em detrimento da política.²⁴

O quadro marxista no âmbito da EPI define que os estados não são atores independentes, que estes são influenciados pela classe dominante e pelos interesses capitalistas da classe burguesa, o que significa que as guerras e conflitos entre estados são, essencialmente, conflitos económicos entre as principais classes capitalistas dos diferentes estados. Adicionalmente, o capitalismo tem como objetivo a sua expansão que toma atualmente forma na globalização económica.²⁵

Tanto os realistas como os marxistas identificam a competição e o conflito entre estados e determinam que estas realidades vão sempre existir, ao contrário do Liberalismo que foca a sua atenção na capacidade de cooperação e entreaajuda dos estados. O que diferencia os realistas dos marxistas é a razão por detrás do conflito. Para os realistas o conflito entre estados advém

²³ James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff Jr., 2001, op. cit., pp. 428-441; Robert Jackson e Georg Sorensen, 2013, op. cit., pp. 167-173; Robert Gilpin, "The Political Economy of International Relations". New Jersey: Princeton University Press, 1ª Edição, 1987, pp. 34-40; Andrew Linklater, "Marxism". Em Scott Burchill, Andrew Linklater, et. al., "Theories of International Relations". Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 3ª Edição, pp. 110-136.

²⁴ Robert Jackson e Georg Sorensen, 2013, op. cit., pp. 167-173.

²⁵ Ibid.

da anarquia do sistema e para os marxistas da persecução de interesses económicos e políticos das classes influentes com vista à obtenção do domínio internacional.²⁶

Em suma, a Economia Política Internacional procura saber de que forma as instituições, sistemas e atores políticos interagem com a economia e forças de mercado, ramificando-se em três grandes paradigmas de estudo: Realismo, Liberalismo e Marxismo, como foi apresentado neste capítulo.

A primeira grande distinção entre estas correntes de pensamento prende-se com a forma como cada uma vê a relação entre a economia e a política. Para o Liberalismo, a economia e a política são campos autónomos que não devem estar sujeitos a interferência de um no outro. A economia gere-se de acordo com as leis de mercado determinadas por um conjunto de decisões privadas de atores racionais que querem maximizar o seu bem-estar. Contrariamente, os marxistas e realistas consideram que a economia e a política estão interligadas e são interdependentes, sendo que para os realistas a economia está subordinada à política e para os marxistas a economia é central e hierarquicamente superior à política.

As abordagens de estudo da EPI discordam também na escolha do ator principal das RI. O Realismo foca-se nos estados-nação, o Liberalismo no indivíduo e o Marxismo nas classes. Cada ator procura realizar os seus objetivos no contexto internacional e doméstico: o indivíduo procura aumentar a sua riqueza, as classes querem ser livres de opressão e querem a distribuição social da riqueza e o estado-nação quer satisfazer os seus interesses nacionais sendo a sua preocupação última a sua sobrevivência.²⁷

Esta dissertação pretende compreender e descrever a relação luso-chinesa, os respetivos avanços e recuos no contexto da crise financeira e venda de participações do estado português a empresas chinesas. Este é um tema concomitantemente político e económico uma vez que a interação entre a situação económica e decisão política deve ser estudada. Assim, considerou-se que o quadro teórico mais pertinente a utilizar seria a Economia Política Internacional e, dentro desta, o paradigma do Realismo Económico.²⁸

²⁶ Ibid.

²⁷ James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff Jr., 2001, *op. cit.*, pp. 416-484.

²⁸ Ibid.

O Realismo Económico e o seu antecessor mercantilismo são realidades empíricas com inúmeros exemplos de protecionismo de estados ao longo da história. Por outro lado, até os governos mais liberais, que defendem convictamente a independência da economia e o comércio livre sem restrições, procuram promover o interesse nacional aplicando, quando necessário, estratégias que interferem com a economia, como quotas e tarifas nas importações e exportações. Por conseguinte, o abandono da escola liberal para enquadramento do presente trabalho justifica-se uma vez que se considera que a economia e a política são indissociáveis e que o ator relevante são os estados e o objeto de estudo as suas atuações nas esferas política e económica.²⁹

Em relação ao Marxismo, contesta-se nesta dissertação a relevância do conflito entre classes e do materialismo histórico na explicação das relações internacionais. É um facto que a distribuição da riqueza e o bem-estar de todos os indivíduos são determinantes no comportamento dos estados e na realização dos seus interesses. Contudo, a subordinação da política à economia não é seguida nesta dissertação dado que as relações entre estados são muitas vezes políticas e estas não são de somenos importância no plano internacional.³⁰

Logo, o Realismo ou Nacionalismo Económico da EPI é utilizado como enquadramento teórico da presente investigação. Neste sentido, foi analisado o trabalho mais recente de Robert Gilpin, cientista político norte americano que se dedicou ao estudo da Economia Política Internacional através do prisma do Realismo.

Enquadramento Teórico

Robert Gilpin, Professor de Política e Relações Internacionais em Princeton, no seu último livro, “Global Political Economy”, um trabalho seminal para o estudo das Relações Internacionais e, mais concretamente, da Economia Política Internacional, começa por abordar aquilo que o autor denomina de “nova ordem económica global”. Esta nova ordem é caracterizada pela importância da globalização³¹, que se evidencia desde o fim da Guerra Fria, em matéria de economia e política e acontece em dois níveis, o doméstico e o internacional.

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid.

³¹ Globalização é a palavra utilizada para descrever a crescente interdependência das economias, culturas e populações mundiais, provocada pelo comércio transfronteiriço de bens e serviços, tecnologia, fluxos de investimento, pessoas e informação. Em Peterson Institute for International Economics, “What Is Globalization? And How Has the Global Economy Shaped the United States?”. Disponível em: <https://www.piie.com/microsites/globalization/what-is-globalization>

Com a extinção da União Soviética e fim da Guerra Fria, a economia mundial transitou para uma economia de mercado, caracterizada por trocas comerciais, fluxos financeiros livres e atuação reforçada de empresas multinacionais.³² Num paradigma de economias de mercado, privatização e de avanços tecnológicos existem analistas que apontam para a diminuição do papel do estado na economia. Contudo, o autor afirma que o propósito da atividade económica é determinado pelos sistemas políticos e sociais que a enquadram, mais do que pelo funcionamento do mercado. Isto é, a economia não existe independente da política, é influenciada por interesses políticos e de segurança dos estados. Gilpin apresenta, deste modo, aquele que é o fundamento da sua teoria, a interseção e simbiose entre a política e a economia.³³

Recuperando as relações luso-chinesas, a sua natureza simultaneamente política e económica requer uma teoria como a Economia Política Internacional para as enquadrar e poder discernir sobre as motivações e consequências da aproximação de Lisboa a Pequim, na sequência da crise financeira.

Gilpin defende que na génese da Economia Política Internacional podemos observar três perspetivas diferentes, o liberalismo, o marxismo e o nacionalismo, como foi apresentado anteriormente. Todas elas são dotadas de componentes analíticas e normativas. A componente analítica do nacionalismo aproxima-o do realismo político no sentido em que reconhece a anarquia do sistema internacional, a centralidade do estado enquanto ator principal e o poder enquanto dimensão política. A componente normativa do nacionalismo reflete-se na importância do estado-nação, da sua construção e superioridade. Considerando-se um “realista soft”, Gilpin explica que, face ao nacionalismo, se identifica analiticamente com esta perspetiva, mas que, em termos de princípios e regras, defende o liberalismo económico e as trocas de bens e serviços.³⁴

O Professor de Princeton define a sua abordagem à Economia Política Internacional como Realismo centrado no estado. Neste sentido, Gilpin defende que a objetividade do realista, ao apontar o egoísmo inato do Homem, em nada se relaciona com a defesa deste facto. Por outras palavras, o realista reconhece que a condição humana é imperfeita e, por isso, ávida de poder e identifica, também, o papel fundamental do estado, a sua procura constante pelo aumento das capacidades e a relevância das questões de segurança.³⁵ Porém, o realista não

³² Ibid., pp. 3-8.

³³ Ibid., pp. 9-13.

³⁴ Ibid., pp. 13-14.

³⁵ Colin Elman, “Realism”. Em Martin Griffiths, 2007, op. cit., pp. 11-17.

acredita que esta realidade seja ideal e, por essa razão, define regras que norteiam o comportamento dos estados de forma a possibilitar a defesa dos interesses nacionais dos mesmos, garantido condições de paz.³⁶

Outra distinção que Gilpin faz é entre a sua abordagem centrada no estado e a perspectiva centrada no sistema. O autor confronta aos autores do realismo clássico, como Tucídides, Maquiavel e Morgenthau, defensores da centralidade do estado, com Kenneth Waltz e com o realismo sistémico por este defendido. Waltz argumenta que os sistemas são compostos por uma estrutura e por unidades que interagem entre si. A estrutura caracteriza-se pela sua condição de anarquia, pelas unidades que a integram e pelas diferentes capacidades entre unidades. Deste modo, o realismo estruturalista vê as características dos estados como resultados da distribuição de poder e coloca o sistema no centro da análise.³⁷ Pelo contrário, a posição de Gilpin, coloca o estado no centro da decisão enquanto ator principal nas relações internacionais. Partindo do pressuposto da anarquia, o autor considera que a análise se deve focar no comportamento e características dos estados individuais. Ademais, constata que, embora o estado seja o principal ator, outros participantes como as multinacionais ou organizações não governamentais têm influência nos assuntos políticos e internacionais.³⁸

Em suma, Robert Gilpin define a Economia Política Internacional como a “interseção entre o mercado e atores muito poderosos como estados, empresas multinacionais e organizações internacionais”, sendo que o estado é central na atuação política e tem como conduta primordial a defesa do seu interesse nacional que culmina em questões de segurança relacionadas com a sua sobrevivência. Todavia, na definição de Gilpin o poder é diverso (militar, económico, psicológico...) e deve ser acompanhado por uma visão normativa de moral.³⁹

À crítica construtivista de que o realismo se cinge a fatores objetivos, Gilpin responde que qualquer teoria, para ser de facto explicativa, deve conciliar ideias, identidades e dados concretos, como é o caso do realismo. Embora os realistas atribuam mais importância ao interesse para definir um estado, estes não ignoram a importância da identidade no comportamento deste ator na esfera internacional e doméstica. Ou seja, para um realista, como Robert Gilpin, o comportamento económico dos estados é influenciado, também, pela índole

³⁶ Robert Gilpin, 2001, op. cit., p.15.

³⁷ Colin Elam, 2007, op. cit., pp. 13-15.

³⁸ Robert Gilpin, 2001, op. cit., pp.16-17.

³⁹ Ibid., pp. 17-18.

do seu sistema político, ressaltando, no entanto, que este não é o único, nem o mais relevante fator.⁴⁰

Qual é, então, a relação, que a Economia Política Internacional estabelece entre a economia e a política? Robert Gilpin argumenta que esta é uma relação recíproca. Como mencionado, os estados definem os seus interesses e na persecução destes instituem regras que se aplicam aos atores com quem se relacionam, como as multinacionais. Por sua vez, as atuações destas empresas refletem as prioridades económicas e desenvolvimentos tecnológicos que modelam e espelham os interesses do estado. O estado sobrevive porque as economias produzem riqueza suficiente para manter a estrutura do sistema político e de segurança, sem o qual não existe economia. As mudanças que se operam no campo económico traduzem-se em transformações no sistema internacional que conseqüentemente provocam alterações na política externa e interesses dos estados. É nestes momentos transformadores, de redefinição e de instabilidade, que se podem originar conflitos.⁴¹

Compreendendo a força do mercado na política externa dos estados, fica claro que para perceber a relação entre Pequim e Lisboa a análise deverá ser, juntamente, política e económica.

Nos capítulos seguintes do livro escrito em 2001, Gilpin descreve os atores envolvidos na interseção entre a política e a economia, explica a conceção neoclássica da economia, confronta-a com novas teorias económicas e apresenta o estudo da Economia Política Internacional.

Para compreender a teoria avançada por Robert Gilpin, temos antes de distinguir a Economia da Economia Política. A Economia “é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre bens escassos e as suas finalidades e alternativas”.⁴² Para um economista existem apenas indivíduos que atuam de forma racional na maximização do seu interesse próprio, num contexto de escassez e de escolhas. Desta forma e fruto de diferentes perspetivas teóricas económicas, o mercado é central e eficiente e, por isso, não se deve restringir a sua atuação. A intervenção dos estados ou instituições económicas distorce o bom funcionamento do mercado.⁴³

⁴⁰ Ibid., p. 19-20.

⁴¹ Ibid., pp. 21-23.

⁴² Ibid., p. 26.

⁴³ Robert Gilpin, 2001, op. cit., pp. 25-33.

Uma diferença importante entre a economia e a economia política prende-se com a definição do ator principal. Como referido, na economia o cerne da atuação política é o indivíduo. Os estados, empresas e instituições são somente conjuntos de indivíduos e, conseqüentemente, as suas características inatas não têm influência no seu comportamento porque os indivíduos agem sempre de forma racional com vista a otimizar os seus interesses. Por outro lado, a economia política não se centra nos indivíduos, mas no estado-nação, na ótica de Robert Gilpin. Para o realismo centrado no estado, o principal ator é o estado que é munido de autonomia política o que lhe confere um estatuto maior que a soma das partes que o compõe, isto é, as pessoas.⁴⁴ O estado tem que, independentemente dos interesses dos indivíduos, garantir a sua segurança e um nível aceitável de bem-estar económico, social e de justiça.⁴⁵ Deste modo, as empresas enquanto aglomerados de indivíduos, principalmente as multinacionais, não são desprovidas de nacionalidade e cultura. Tendo em conta a nacionalidade das multinacionais, Gilpin argumenta que os seus interesses internacionais refletem os interesses cardeais do estado-nação de origem.⁴⁶ Outra diferença resulta da análise de crises no sistema internacional. Enquanto o economista se preocupa unicamente com a dinâmica da crise, as flutuações de preço e movimentações das forças de mercado, o economista político quer saber o que provocou a crise em questão, como se vai resolver a mesma e quais serão as conseqüências políticas e económicas.⁴⁷

Assim, a Teoria Económica olha para uma economia, seja esta a portuguesa, chinesa ou americana como um conjunto de forças impessoais e económicas que integram o mercado e para a economia internacional como a interação das forças e mercados domésticos. Por seu lado, para a Economia Política e para o autor do livro em análise, a economia é “um sistema sociopolítico composto por poderosos atores económicos ou instituições (grandes empresas, sindicatos...) que competem entre si para (...) avançar os seus próprios interesses. E os mais importantes destes poderosos atores são os governos nacionais”.⁴⁸ As instituições são também relevantes uma vez que influenciam a atuação dos principais grupos económicos e políticos.⁴⁹

O estudo da Economia Política Internacional requer entendimento conjunto de Economia e de Economia Política, na medida em que as forças impessoais do mercado e os atores internacionais interagem e produzem resultados políticos e económicos. É necessário

⁴⁴ Ibid., pp. 34-35.

⁴⁵ Ibid., pp. 44-45.

⁴⁶ Ibid., pp. 34-35.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibid., p. 38.

⁴⁹ Ibid., p. 39.

perceber como funciona o mercado e como as suas oscilações afetam a economia, mas também dentro de que limites, impostos por atores políticos guiados pelo interesse próprio, opera o mercado.⁵⁰

Antes de aprofundar o estudo da EPI, Robert Gilpin desenvolve o conceito de Economia Neoclássica porque está na gênese da construção da sua teoria. A Economia (ou Economia Neoclássica) estuda, como mencionado, o processo de decisão que prevê a mais eficiente alocação de recursos para satisfazer o maior número de necessidades, em contexto de escassez de recursos. Inerente a esta definição está a noção de “custo de oportunidade”, um conceito caro a qualquer economista que consiste na ideia de que todas as ações têm um custo, não existindo benefícios sem contrapartida. A Economia, expõe Gilpin, é considerada uma ciência universal uma vez que, segundo os economistas, as necessidades básicas dos seres humanos não se alteram consoante o tempo ou o espaço. Deste modo, os mercados são mecanismos que surgem naturalmente de forma a alocar recursos de forma eficiente.⁵¹

A Economia tem atributos distintivos das outras ciências sociais. Em primeiro lugar, assume a homogeneidade dos intervenientes, ou seja, os consumidores e produtores não apresentam diferenças entre si e ambos respondem exclusivamente a alterações nos preços e quantidades. Os consumidores operam segundo a lei da diminuição da utilidade marginal o que, por outras palavras, significa que a cada bem extra consumido a utilidade que advém desse consumo diminui.⁵² Na mesma lógica, na ótica do produtor, a cada bem extra produzido, o rendimento que advém desse bem diminui, na ausência de economias de escala. Em segundo lugar, a economia caracteriza os mercados como mecanismos eficientes que se auto regulam e se corrigem sozinhos tendendo, no longo prazo, para uma situação de equilíbrio. O equilíbrio acontece quando nenhum ator tem qualquer incentivo adicional para produzir ou consumir mais, isto é, os recursos são esgotados quando a procura encontra a oferta.⁵³ Assim, sem interferência externa, o mercado caminha para a Eficiência de Pareto, alcançada quando a distribuição de recursos, rendimento ou riqueza é de tal forma eficiente que sendo alterada, por políticas económicas, terá de necessariamente prejudicar pelo menos um indivíduo. Infere-se,

⁵⁰ Ibid., pp. 40-45.

⁵¹ Ibid., pp. 46-51.

⁵² Para simplificar um exemplo. Imagine-se um consumidor com fome, para dar resposta à sua necessidade de alimentação come uma fatia de pizza que lhe traz máxima utilidade. A segunda fatia que o consumidor comer, trar-lhe-á ainda alguma utilidade, mas certamente menos que a primeira fatia, uma vez que parte da necessidade já esta parcialmente satisfeita e o consumidor já não tem tanta fome. E assim progressivamente, a cada fatia que come, menor a utilidade que a fatia tem para o consumidor. Assim é a lei da diminuição da utilidade marginal.

⁵³ A Lei da Procura e da Oferta determina a quantidade e o preço de equilíbrio num mercado. Quando o preço de um bem diminui, o consumidor terá incentivo para adquirir mais quantidade desse bem.

naturalmente, que na Economia Neoclássica é defendida a não intervenção de governos na economia.⁵⁴ Por fim, a Economia define-se também com base no seu desígnio. O mercado quer aumentar o bem-estar do indivíduo e, por conseguinte, aumentar a riqueza global. Operando de forma harmoniosa, a economia pressupõe que a persecução de interesses pessoais contribui para o bem-estar geral. Existem, ainda assim, alguns conflitos de atuação, nomeadamente no peso atribuído à igualdade e equidade versus liberdade. Por norma, a economia atribui menor importância à distribuição da riqueza face à alocação eficiente de recursos. Enquanto o Liberalismo, promovendo os direitos individuais, o mercado livre e a democracia se divide entre defensores da liberdade e defensores da igualdade como valor capital, o Marxismo reforça na sua crítica ao capitalismo a distribuição desigual de riqueza.⁵⁵

Apesar da autocorreção do mercado, existem, por vezes, choques exógenos muito fortes que alteram drasticamente o equilíbrio provocando efeitos ao nível político e económico. É nestas situações que começamos a compreender as limitações da economia. Face a um choque exógeno, a economia consegue analisar a movimentação das forças de mercado, a evolução decorrente das curvas da procura e oferta e os novos preços e quantidades de equilíbrio. Todavia, não consegue compreender a razão do choque exógeno, para tal necessita da política, da história e de outras ciências sociais.⁵⁶ Outras limitações da Economia relacionam-se com os pressupostos dos modelos económicos: a racionalidade dos atores, a ausência de assimetrias de informação e a concorrência perfeita. Estes pressupostos, bem como o conceito de equilíbrio, são abstratos e não observáveis, servem para modelar e compreender teórica e analiticamente o comportamento de certas variáveis, mas não para compreender a complexidade da economia internacional. Gilpin adiciona a negligência do papel do estado às limitações da Economia, mas podemos ainda mencionar outras. A título de exemplo, o pressuposto *ceteris paribus* dos modelos económicos é, também, uma limitação. Os modelos económicos, ao isolarem as variáveis de condições alternativas, garantem que os modelos funcionam, “tudo sendo constante”. Porém, sabemos que os atores políticos e sociais estão em constante mudança, bem como as condições da atividade económica, o que significa que, na realidade, a hipótese *ceteris paribus* nunca se verifica. Ainda, para a Economia, como expusemos, os atores são homogéneos. Ao ignorar as diferenças culturais, sociais, históricas e políticas entre estados, a

⁵⁴ Robert Gilpin, 2001, op. cit., pp. 52-57.

⁵⁵ Ibid., pp. 65-66.

⁵⁶ Ibid., p. 58.

economia fica refém de modelos que apenas se podem utilizar para compreender situações concretas de forma teórica.⁵⁷

Em suma, a Economia é a base do estudo da Economia Política, mas sozinha é incapaz de explicar efetivamente a realidade política e económica internacional. Para a Economia, o mercado é livre, autorregulado, governado por forças impessoais e tende para um equilíbrio. Para a Política, o mercado não existe independente das estruturas sociopolíticas que o enquadram e determinam. Ademais, a conjuntura política, social e cultural influencia o âmbito da atividade económica e estabelece o papel e os limites do funcionamento do mercado. Como já foi referido e agora reforçado, a Economia e a Política complementam-se.⁵⁸

É apenas no quarto capítulo do livro “Global Political Economy” que Robert Gilpin aprofunda a teoria da Economia Política Internacional. A EPI, debruçando-se sobre assuntos da economia, designadamente a eficiência e os benefícios mútuos, interessa-se também pelo estudo da distribuição da riqueza. Ao centrar a análise no estado, Gilpin, argumenta que os atores não estão somente interessados nas trocas comerciais, na presença de benefícios mútuos, mas também na possibilidade de ganhos relativos.⁵⁹ A EPI estuda o equilíbrio entre a interdependência económica e a autonomia política. Os estados ao abrirem os seus mercados a bens e investimento estrangeiro perdem algum controlo sobre a atividade e crescimento económicos que, por norma, tentam controlar de forma a servir os seus interesses e dos grupos mais influentes da sociedade. A lógica de mercado em tensão com a lógica dos governos nacionais é o primeiro ponto de análise da EPI. O mercado, que funciona essencialmente de forma eficiente, ignora fronteiras e opera onde determinada atividade económica é mais rentável. Por outro lado, os governos, cientes da necessidade de manter ou amentar poderio militar, riqueza nacional e bem-estar social, querem controlar o mercado de forma a garantir que atividades que potenciem os seus interesses se mantenham em território nacional e contribuam para o crescimento económico e acumulação de capital. De facto, existe um choque entre os racionais do mercado e dos governos, mas esta é também uma relação com externalidades positivas. O estreitamento das relações económicas entre estados pressupõe um nível de integração e interdependência económica que promove a cooperação e a paz. Não

⁵⁷ Ibid., pp. 58-73.

⁵⁸ Ibid., pp. 74-76.

⁵⁹ Por ganhos relativos considera-se a noção utilizada nas Relações Internacionais que defende que a riqueza não é expansível e, por isso, a forma que os estados têm de aumentar a riqueza é retirá-la a outro estado, num jogo de soma zero. A este conceito opõe-se a ideia de ganho absoluto que considera que, através de vantagens comparativas, os estados podem expandir a riqueza por meio de trocas comerciais, num jogo de soma positiva.

obstante, as relações de cooperação fruto da interdependência económica, são sempre relações de poder dado que a dependência nunca é simétrica.⁶⁰

Relacionando a EPI com o tema da presente investigação podemos tirar ilações sobre o aprofundamento da relação económica e favorável relação política entre Portugal e a China. Ademais, deveremos ter em atenção que esta é inquestionavelmente uma relação de poder cuja balança da interdependência tende a favor da China dada a sua dimensão, economia e estatuto político internacional.

Prosseguindo na análise de Gilpin, observamos que as relações económicas nunca se limitam apenas ao campo da economia, mas afetam diferentes aspetos da sociedade e dos estados, nomeadamente a sua autonomia política. Como tal, é necessário compreender a atuação dos outros atores que influenciam e participam na ordem económica internacional, nomeadamente as instituições internacionais.

As instituições ou regimes internacionais (denominação utilizada por Gilpin no seu livro) surgem ou de forma espontânea, no seguimento de negociações internacionais ou por imposição de estados dominantes, mas sempre com o intuito de regular a atividade económica. Como alega o autor, até o economista mais adverso à interferência externa na economia, defende que haja leis que protejam a propriedade privada e obriguem ao cumprimento do acordado em contratos. Deste modo, a atividade económica é regulada por “conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, explícitos ou implícitos, em torno dos quais convergem as expetativas dos atores numa determinada área das relações internacionais”.⁶¹ Estes conjuntos de regras têm nas instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial ou Organização Mundial do Comércio (OMC) a sua organização e estrutura formal, pretendendo prevenir falhas de mercado e reduzir incerteza e tentativas de *free-riding*. Segundo Keohane, as instituições internacionais existem para facilitar o funcionamento eficiente da economia internacional.⁶² Embora alguns regimes internacionais apareçam de forma relativamente natural são fruto da vontade de um ou mais estados de promover os seus interesses.⁶³

Na perspetiva do Liberalismo das Relações Internacionais, na qual se insere Keohane, os regimes internacionais estão na base da ordem internacional liberal, são estes que a lideram

⁶⁰ Robert Gilpin, 2001, op. cit., pp. 77-82.

⁶¹ Ibid., pp. 82-83.

⁶² Robert Keohane, no seu livro “After Hegemony” de 1984 apresentou a Teoria de Regimes.

⁶³ Ibid., pp. 82-83.

e garantem a sua manutenção. Os regimes internacionais são benignos, têm capacidades distributivas e consequências na autonomia dos estados. Para existirem têm de satisfazer os interesses mínimos dos poderes económicos envolvidos. Em contrapartida, a visão realista das RI aponta aos regimes internacionais a incapacidade de fazer cumprir as regras estabelecidas. Para os realistas, a anarquia significa que não existe um governo internacional com autoridade suficiente para fazer cumprir as normas e procedimentos das instituições internacionais e, como os estados valorizam ganhos relativos existe uma pré-disposição para o incumprimento das regras ou para fazer *free-riding*. Assim, Gilpin, reconhece a importâncias dos regimes internacionais na resolução de problemas técnicos e económicos da economia mundial, mas acrescenta que, uma vez que estes têm influência na autonomia dos estados, na sua segurança e economia doméstica, apenas funcionam se existir um poder hegemónico que os sustente. Esta é a ideia apresentada pela Teoria da Estabilidade Hegemónica que afirma que a hegemonia é uma condição necessária, mas não suficiente para a manutenção da ordem económica internacional.⁶⁴ Nas palavras de Robert Gilpin, “a economia liberal internacional precisa de um poder hegemónico comprometido com os princípios económicos liberais” para existir. Sem um poder hegemónico a cooperação entre estados seria muito difícil de alcançar e, como a cooperação é necessária para a manutenção da ordem económica liberal, este mesmo poder promove e defende a cooperação, garantido, dentro do possível, o cumprimento das regras definidas. O poder hegemónico tem, como todos os estados, o objetivo de avançar os seus interesses e, por isso, fazendo uso da sua posição hegemónica, molda os regimes internacionais de acordo com os seus interesses securitários, políticos e económicos.⁶⁵

Robert Gilpin, apresenta as novas teorias económicas que vêm contrastar com a economia neoclássica e servir de base à Economia Política Internacional. São elas, a nova teoria do crescimento, a nova geografia económica e a nova teoria do comércio estratégico. O que une estas três teorias é a identificação de atores poderosos que conseguem exercer autoridade sobre as forças de mercado, o reconhecimento do papel da tecnologia no crescimento económico e padrões de troca e a importância atribuída à história e geografia na atividade económica dos diferentes países. No entanto, o que as distingue, ou melhor, o que as particulariza é a relevância concedida à tecnologia, enquanto fator de produção endógeno responsável por aumentos de produtividade e crescimento económico. Enquanto a teoria económica neoclássica olha para a tecnologia como um bem público decorrente de

⁶⁴ A ordem económica internacional, segundo Gilpin, pressupõe uma economia internacional baseada no comércio livre, estabilidade monetária e livre circulação de capitais.

⁶⁵ Robert Gilpin, 2001, op. cit., pp. 84-102.

acontecimentos aleatórios, a nova teoria do crescimento determina que é o investimento público em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e em capital humano o fator principal no crescimento de um país. A nova geografia económica procura saber o porquê de certas atividades económicas se situarem em determinados locais. Esta teoria reconhece o contributo das vantagens comparativas, mas acrescenta que, muitas vezes, o acaso ou até mesmo a dependência histórica⁶⁶ contribuem para a concentração de atividades económica em locais específicos. Esta análise conclui que a estrutura geográfica cria núcleos dominantes e periferias. Nos núcleos dominantes, verificam-se oligopólios que usufruem de economias de escala e baixos custos de transporte e nas periferias menos desenvolvidas observa-se, normalmente, uma dependência económica do núcleo. Assim sendo, as relações entre núcleos e periferias podem ser tensas e originar conflitos caso haja perturbações no status quo. Por fim, a teoria do comércio estratégico inova ao atribuir uma justificação racional às medidas protecionistas dos estados, como por exemplo, subsídios a indústrias específicas e *dumping*, com vista a melhorar a balança comercial e bem-estar geral de um país.⁶⁷

De acordo com as novas teorias económicas, a tecnologia é central para o desenvolvimento económico e, atualmente, os líderes tecnológicos são as nações mais poderosas com capacidade de progredir os seus interesses políticos e económicos no palco internacional. Os avanços tecnológicos são, também, responsáveis pela convergência entre países desenvolvidos e em desenvolvimento o que, muitas vezes, provoca escaladas de tensão entre potências estabelecidas e em ascendência e preocupações com a segurança nacional.⁶⁸

Uma vez que o presente trabalho trata das relações entre Portugal e a China, a análise das consequências dos avanços tecnológicos é crucial. A competição tecnológica entre estados é feroz, principalmente entre os gigantes tecnológicos China e Estados Unidos da América (EUA) que competem não só pelo sucesso na chamada quarta revolução industrial, mas também pelas vantagens comerciais, militares e culturais que resultam do domínio tecnológico global. Nas diferentes áreas onde a China e os EUA competem, como a “inteligência artificial (IA), grandes dados, redes de telecomunicações de quinta geração (5G), nanotecnologia, biotecnologia, robótica, Internet das Coisas (IdC) e computação quântica”⁶⁹, Pequim tem-se posicionado como líder global e doméstico, fazendo uso das políticas estatais para investir

⁶⁶ O conceito de dependência histórica pode ser entendido como a influência que as decisões passadas ou históricas têm nos acontecimentos do presente.

⁶⁷ Robert Gilpin, 2001, op. cit., pp. 103-128.

⁶⁸ Robert Gilpin, 2001, op. cit., pp. 129-147.

⁶⁹ James L. Schoff e Asei Ito, “Competing With China on Technology and Innovation”. Carnegie Endowment for International Peace, Washington, DC, 2019, p. 1.

intensamente em I&D, tendo investido em 2020 cerca de 563 mil milhões de dólares. Em comparação com o investimento americano, os valores chineses são ainda inferiores uma vez que os EUA investiram, em 2020, aproximadamente, 664 mil milhões de dólares em Investigação e Desenvolvimento.⁷⁰ No entanto, as taxas de crescimento do investimento em I&D da China e dos EUA, em média, entre 2010 e 2020, de 10,8% e 3,7% respetivamente, são elucidativas da evolução que se tem sentido na China em termos tecnológicos.⁷¹ De acordo com as teorias clássicas da Economia, os avanços tecnológicos transformam-se necessariamente em bens públicos através da difusão de conhecimento, mas esta é uma ideia que pode ser muito limitativa para os desenvolvimentos tecnológicos do presente e futuro.⁷²

Nos últimos anos, as vozes contra a abertura económica têm aumentado significativamente. Desde a guerra comercial entre os EUA e a China, às disrupções nas cadeias de distribuição que surgiram durante a pandemia Covid 19, o discurso sobre a legitimidade e justiça do comportamento económico tem-se intensificado e a China está no centro desta questão. O comércio livre tem inúmeras vantagens como a otimização da utilização de recursos, maximização das escolhas dos consumidores, redução de preços, competição internacional, aumento da riqueza global, desenvolvimentos tecnológicos e, mais importante, a promoção da paz. Não obstante, o comércio está cada vez mais politizado e dependente de questões culturais. Os governos, multinacionais e sociedades civis procuram, através do comércio livre ou das restrições ao mesmo, proteger a soberania e os direitos dos trabalhadores, o ambiente e os direitos humanos.⁷³

Neste contexto, a China tem sido tema recorrente. Relativamente ao ambiente, os problemas ambientais provocados pela China estão cada vez mais acentuados e, numa altura em que a Europa se compromete com o objetivo de neutralidade climática até 2050 e o Presidente Biden inclui as alterações climáticas nas suas quatro prioridades de mandato, torna-se incontornável a dualidade de critérios na relação comercial com o maior emissor de dióxido de carbono mundial.⁷⁴ Similarmente, a apreciação da questão dos direitos humanos impõe-se

⁷⁰ OCDE, “Gross domestic spending on R&D”. Disponível em: <https://data.oecd.org/rd/gross-domestic-spending-on-r-d.htm>

⁷¹ Elaboração da autora com base nos dados da OCDE sobre as despesas internas brutas em I&D dos EUA e da China.

⁷² James L. Schoff e Asei Ito, 2019, op. cit., p. 2.

⁷³ Robert Gilpin, 2001, op. cit., pp. 196-198.

⁷⁴ World Bank, “World Development Indicators CO2 Emissions (kt)”. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=EN.ATM.PM25.MC.M3&country=CHN>

na definição das relações comerciais com Pequim, considerando as violações dos mesmos que alegadamente ocorrem em Xinjiang, Hong Kong e Shanghai, entre outros.

De igual modo, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) chinês tem estado sobre escrutínio, sendo que, segundo Gilpin, as opiniões dos economistas sobre o tema diferem. Por um lado, há economistas que não atribuem muita relevância ao IDE na definição de padrões de troca e efeitos de distribuição de riqueza. Por outro lado, há quem acredite que o IDE e as atividades das multinacionais podem contribuir para o aumento do poder dos estados e que, por esta razão, as multinacionais agem, acima de tudo, de acordo com os interesses do seu país de origem.⁷⁵

A relação luso-chinesa na sequência da crise financeira de 2010 desenvolveu-se maioritariamente através de Investimento Direto Estrangeiro da China em Portugal. Segundo a definição de Gilpin, “uma multinacional é uma empresa de uma determinada nacionalidade com subsidiárias em pelo menos uma outra economia”⁷⁶ e estas empresas expandem-se para o exterior através de IDE com o propósito de controlar parte ou a totalidade da atividade produtiva de uma empresa noutra economia. O IDE pode assumir diferentes formas, nomeadamente, horizontal, vertical ou conglomerado. No IDE horizontal, a multinacional estabelece a mesma operação comercial no estrangeiro que opera no seu país de origem. O IDE vertical refere-se à compra de um negócio complementar no estrangeiro e o conglomerado é quando o investimento não tem relação com a atividade principal da multinacional. O IDE pode ser feito através da aquisição total ou parcial do capital de uma empresa ou através de um investimento *greenfield*, ou seja, a construção de raiz de subsidiárias num novo país.⁷⁷ Para a teoria económica neoclássica, o IDE é resultado das forças do mercado que sinalizam oportunidades de lucro e, neste sentido, a nacionalidade das multinacionais não tem qualquer importância. Porém, para a EPI, as empresas com operações no estrangeiro não procuram somente a maximização do lucro, mas também influência sobre as instituições e governos nacionais que regulam o comércio e a competição internacional com o intuito de obter ganhos no longo prazo.⁷⁸ A posição de Robert Gilpin é que as empresas multinacionais estão dependentes da economia dos seus países de origem. Transpondo o raciocínio para o tema em

⁷⁵ Robert Gilpin, 2001, op. cit., pp. 199-210.

⁷⁶ Ibid., p. 278.

⁷⁷ Ibid., pp. 278-279. Investopedia, “Foreign Direct Investment (FDI)”. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/f/fdi.asp>

⁷⁸ Robert Gilpin, 2001, op. cit., pp. 280-285.

análise, podemos afirmar que isto se verifica, sobretudo quando nos referimos às empresas estatais chinesas.

Nos capítulos finais de “Global Political Economy”, Gilpin foca a sua atenção na crise financeira asiática e nas consequências do triunfo do neoliberalismo em confronto com a economia do desenvolvimento. O autor trata de assuntos com menor pertinência no contexto da presente investigação, mas não de somenos interesse como o novo regionalismo, as teorias económicas e políticas sobre integração regional e as funções estatais de regulação da economia.⁷⁹

Por fim, Gilpin trata do tema da governação, isto é, a realização de objetivos estatais através do recurso ao poder. Dentro da EPI, o autor apresenta três teorias, o institucionalismo neoliberal, o novo medievalismo e o trans governamentalismo. O institucionalismo neoliberal acredita na relevância do estado, mas atribuí um papel fundamental aos regimes internacionais. Aceitando que o mundo está intrinsecamente interligado, esta teoria considera que as instituições internacionais são necessárias para promover a cooperação entre estados, a justiça e para garantir a resolução de questões políticas e económicas de forma pacífica. O novo medievalismo baseia-se na ideia de erosão da soberania dos estados e do sistema dos estados, acreditando que este sistema será substituído por uma sociedade civil internacional composta por atores não governamentais. O trans governamentalismo aceita a existência dos estados, mas argumenta que as suas funções podem ser delegadas a organizações intergovernamentais. Gilpin apresenta também as limitações destas teorias, designadamente, o problema da coercibilidade para o institucionalismo, o facto de não existir ainda um mecanismo global bem-sucedido que corrobore o novo medievalismo e as barreiras que o trans governamentalismo encontra nas rivalidades políticas, conflitos de interesse e pressões eleitorais.⁸⁰

Em suma, como observou Arnaldo Gonçalves:

“A escola da economia política internacional do professor americano Robert Gilpin traz uma visão fresca a um mundo complexo, interdependente, marcado por inúmeras expressões do poder (económico, militar, tecnológico, psicológico, de prestígio, cultural) pela acção de actores privilegiados (os Estados-soberanos) mas também de actores não-governamentais que acrescentam uma dimensão de transgovernamentalidade ao sistema. Um mundo complexo, interdependente, com problemas de governança exige soluções híbridas onde os Estados sejam

⁷⁹ Ibid., pp. 305-376.

⁸⁰ Ibid., pp. 377-402.

tratados como atores primordiais, mas que têm de interagir com outros actores internacionais. Uma estratégia de cooperação, diálogo e intercâmbio é a única capaz de responder às complexidades e dinamismo do sistema internacional, ao facto das potências hegemónicas (do sistema) serem desafiadas por nações emergentes que procuram redesenhar as regras e as normas do sistema vigente, mas impõem a lógica do sistema e das suas leis. Um mundo dominado por uma ou mais potências hegemónicas, alega Gilpin, é mais seguro de que um mundo que as não têm.”⁸¹

Estado da Arte e Problematização

A presente investigação trata da relação entre Portugal e a China, mais concretamente, no período entre 2010 e 2021, isto é, na sequência da crise financeira mundial e crise da dívida soberana da Zona Euro. Num contexto de particular debilidade das economias mundiais, a economia portuguesa, sobre endividada, viu-se incapaz de se financiar nos mercados internacionais e obrigada a recorrer à intervenção externa pela terceira vez, desta feita pela Troika, o famigerado grupo constituído pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Europeia e Banco Central Europeu (BCE). O Memorando de entendimento da Troika previa que o Governo português acelerasse o programa de privatizações com vista a arrecadar 5,5 mil milhões de euros até ao final do programa⁸² o que constituiu a porta de entrada ao investimento chinês em Portugal.

A literatura sobre as relações luso-chinesas desde os primeiros contactos entre o Império do Meio e o Reino de Portugal, no século XVI, até ao século XX é relativamente extensa como se verá na resenha histórica deste trabalho. A investigação produzida recai sobretudo sobre a questão de Macau, toda a história do território e transferência do exercício de soberania de Portugal para a China em 1999. No entanto, a produção científica sobre a relação luso-chinesa entre 2010 e 2021 é escassa o que, por si só, se apresenta como primeiro e principal motivo de interesse no estudo do tema em questão.

Carmen Mendes no seu trabalho de 2016⁸³ apresenta um breve resumo das relações luso-chinesas desde o século XVI até à atualidade. Relativamente ao período em análise, a

⁸¹ Arnaldo Gonçalves, "A Parceria Estratégia União Europeia-China". Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 118.

⁸² Comissão Europeia, "Portugal Memorandum of understanding on specific economic policy conditionality", 2011, p. 14.

⁸³ Carmen Mendes, "A evolução das relações Luso-Chinesas". Estudios Iberoamericanos 2015-2016, 2016.

autora faz uma introdução ao aprofundamento do relacionamento político, cultural e económico entre Portugal e a China. Mendes introduz dimensões importantes de análise do estreitamento da relação luso-chinesa como as visitas de Estado, as aquisições de empresas portuguesas por parte de investidores chineses e os vistos *gold*. A autora descreve a dimensão cultural da relação sino-portuguesa, que está fora do âmbito desta investigação, designadamente os protocolos de cooperação assinados em 2014 para a criação de centros culturais, a colaboração entre a RTP e a CCTV (Chinese Central Television) e o reforço do intercâmbio educacional entre Pequim e Lisboa.⁸⁴ Em suma, Carmen Mendes considera que Portugal tem subaproveitado o potencial das relações luso-chinesas uma vez que, após a resolução da questão de Macau, Portugal tem-se mostrado desinteressado no aprofundamento da relação com a China em comparação com a relevância que a China tem atribuído a Portugal. A relação assimétrica, segundo a autora, apresentava indícios em 2016 de estar a entrar numa nova fase, mais equilibrada, marcada pelo interesse recíproco entre Portugal e a China.⁸⁵

Outros trabalhos que estudam as relações entre Portugal e a China entre 2010 e 2021 focam-se em aspetos particulares desta relação. A análise da relação luso-chinesa à luz da assinatura da Parceria Estratégica Global permite-nos compreender o interesse da China em Portugal enquanto “membro da União Europeia e ponte para outros continentes”.⁸⁶ Pedro Galinha argumenta que o aprofundamento da relação sino-portuguesa se deveu ao estabelecimento da Parceria Estratégica Global entre Portugal e a China, em 2005.⁸⁷ Na sua dissertação, o autor estuda o impacto do estabelecimento desta parceria nas relações entre Portugal e a China, tendo adotado um modelo explicativo e uma perspetiva externa uma vez que se concentra na motivação chinesa para a prossecução de uma relação bilateral mais abrangente com Portugal, sedimentada numa análise histórica à política externa chinesa⁸⁸.

Não existe, na literatura, uma definição generalizada para o conceito de Parceria Estratégica. No entanto, sabemos que no léxico chinês este conceito foi utilizado no princípio dos anos 90 como resposta à desconfiança e desagrado que a China provocava nos agentes internacionais, na sequência dos eventos em Tiananmen. Sabemos também, que Portugal foi o quarto país europeu a formar uma parceria bilateral estratégica com a China, em 2005, sendo precedido apenas pelo Reino Unido, França e Espanha.⁸⁹ Em 2016, a China tinha parcerias

⁸⁴ Ibid., p. 13.

⁸⁵ Ibid., pp. 16-17.

⁸⁶ Pedro Galinha, “China e Portugal Dez Anos de Parceria Estratégica Global”. Nova FCSH, 2017, p. 82.

⁸⁷ Ibid., p. 11.

⁸⁸ Ibid., pp. 22-62.

⁸⁹ Ibid., p. 5.

estabelecidas com 78 países e 5 organizações regionais. Estes acordos enquadravam-se em 24 tipos diferentes de parcerias, sendo que Portugal se inclui na *Comprehensive Strategic Partnership*. Para compreender a importância deste mecanismo e o que ele significa, temos de analisar um discurso do Primeiro Ministro chinês Wen Jiabao, em 2004. Nesse discurso, Wen Jiabao explicou que *Comprehensive* ou global significa a cooperação bilateral e multilateral nas áreas da economia, ciência, tecnologia, política e cultura; *Strategic* significa que a relação é estável, de longo prazo e transcende diferenças ideológicas, sociais e políticas; e *Partnership* significa que a cooperação deve ser mutuamente benéfica, *win-win*, com base no respeito e confiança. Partindo deste discurso, os investigadores Quan Li e Min Ye, dividiram as parcerias da China em parcerias globais estratégicas, parcerias estratégicas e parcerias, por ordem de importância, sendo que Portugal tem com a China uma Parceria Global Estratégica.⁹⁰

Recorrendo, de novo, ao trabalho de Pedro Galinha, importa referir que, embora o autor conclua que “(...) o estabelecimento da Parceria Estratégica Global sino-portuguesa marcou uma nova fase das relações entre os dois países”⁹¹, vários entrevistados no âmbito da investigação concordam que a Parceria Estratégica Global foi “(...) algo inócuo, em termos de estabelecimento de compromissos concretos”⁹² e que “(...) a curto-prazo, não teve grande impacto.”⁹³ Deste modo a presente investigação parte da hipótese que a Parceria Estratégica Global não é, de facto, a principal causa da aproximação política e económica entre Portugal e a China, mas um facilitador ou catalisador desta relação, cuja importância se determina pela sua natureza institucional que legitimou a entrada de capital chinês na economia portuguesa.

Para compreender cabalmente a relação entre Portugal e a China é necessário inseri-la nas Políticas Externas dos dois países. No entanto, na literatura, encontramos principalmente a relação luso-chinesa à luz daquela que foi a principal inovação da política externa chinesa dos últimos anos, a Iniciativa *Belt and Road* (BRI), sendo a perspectiva interna, isto é, a de Portugal, negligenciada comparativamente. Ainda assim, a perspectiva chinesa é de extrema relevância para situar e perceber o estreitamente político e económico que se sucedeu entre Pequim e Lisboa. A BRI foi introduzida em 2013, pelo Presidente da República Popular da China (RPC), Xi Jinping e pretende criar uma rede complexa de vínculos económicos e políticos entre a China e países parceiros com o objetivo de fomentar interdependência e conectividade. Paulo

⁹⁰ Quan Li e Min Ye, “China’s emerging partnership network/ what, who, where, when and why”. *International Trade, Politics and Development*, Volume 3, Number 2, 2019, pp. 66-81.

⁹¹ Pedro Galinha, 2017, op. cit., p. 140.

⁹² *Ibid.*, p. 80.

⁹³ *Ibid.*, p. 81.

Duarte procura, no seu trabalho de 2020, apresentar a BRI e utilizar Portugal como estudo de caso para exemplificar a interação com a China no âmbito deste projeto. O autor caracteriza a cultura chinesa como coletivista em contraponto à cultura individualista do Ocidente e afirma que na China, a hierarquia é central e o bem comum tem precedente sobre o interesse individual. Na China, a perpetuação do sistema é o interesse último do Estado o que o leva a adotar uma postura de longevidade e de concentração no longo prazo.⁹⁴ O trabalho de Paulo Duarte foca-se essencialmente na dimensão externa, isto é, na perspetiva chinesa, como se comprova com a questão colocada à partida: “O que pretende a China com a Nova Rota da Seda e onde se posiciona Portugal no contexto desta iniciativa?”⁹⁵ O papel de Portugal na Iniciativa *Belt and Road* reflete-se, principalmente nos memorandos de entendimento estratégico, assinados ao abrigo da BRI, designadamente, os 17 acordos bilaterais assinados aquando da visita de Xi Jinping a Portugal em 2018. Nesta visita, Portugal e a China estreitaram a sua cooperação nas mais diversas áreas, do comércio e serviços, à ciência, tecnologia e cultura.⁹⁶ O vasto âmbito de cooperação luso-chinesa espelha a posição pioneira de Portugal, na Europa, ao cooperar com a China em matérias do Espaço, Oceano e Tecnologia 5G. Portugal não é apenas inovador, mas também desafiador uma vez que tanto a União Europeia (UE), como os EUA e a NATO já se mostraram apreensivos com possíveis tentativas de espionagem chinesa.⁹⁷ O interesse da China em Portugal está sedimentado numa relação harmoniosa com vários séculos e reforça-se no contexto da BRI, pelo interesse chinês em criar redes de conectividade com países europeus e, no caso de Portugal, de acordo com Paulo Duarte, “além da geografia terrestre e marítima de Portugal, a China interessa-se também pela dupla costela europeia e lusófona do nosso país”.⁹⁸

Existem, ainda, outros trabalhos que tratam da relação entre Portugal e a China, como é o caso do livro de Anabela Campos e Isabel Vicente, uma peça jornalística que descreve, em detalhe, as privatizações e o ambiente vivido entre 2011 e 2016⁹⁹, ou a dissertação de João

⁹⁴ Paulo Duarte, “De Lisboa a Pequim, Portugal na Faixa e Rota Chinesa”. Instituto Internacional de Macau, Lisboa, 2020.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 11.

⁹⁶ *Ibid.*, pp. 61-66.

⁹⁷ *Ibidem.*

⁹⁸ Paulo Duarte, *op. cit.*, p. 62.

⁹⁹ Anabela Campos e Isabel Vicente, “Negócios da China: Como a Troika abriu a porta à venda das empresas de bandeira, a invasão do investimento chinês e os novos donos disto tudo”. Oficina do Livro, 1ª Edição, Lisboa, 2016.

Miguel Oliveira Faria que se foca numa análise setorial das importações portuguesas da China, concluindo que estas têm aumentaram entre 2001 e 2018.¹⁰⁰

Considerando os diferentes trabalhos produzidos sobre a relação luso-chinesa no rescaldo da crise financeira de 2010, justifica-se o desenvolvimento do tema em questão uma vez que a compreensão da relação luso-chinesa deve ser aprofundada e porque ficou por explorar a dimensão interna, isto é, as motivações de Portugal no aprofundamento do relacionamento luso-chinês e esse aprofundamento do panorama político e do panorama económico dentro e fora do Iniciativa *Belt and Road*. Adicionalmente, não podemos descurar os anos que se viveram entre 2010 e 2021 e as mudanças na conjuntura internacional e interna. Na literatura existente, os autores não se debruçam sobre as consequências da aproximação à China ou sobre se, de facto, assistimos a uma mudança do status quo depois da crise e, se sim, se esse novo paradigma se manteve ou não.

É nestes trabalhos que a presente investigação se fundamenta para entender a relação entre Portugal e a China e é nestas questões que ficam por aprofundar que se pretende encontrar justificação para a elaboração da dissertação. Assim, procura-se, com esta dissertação, contribuir para a compreensão e análise das relações luso-chinesas.

Instrumentos Metodológicos

Como já foi referido a pergunta de investigação que sustenta este trabalho é: Como evoluiu a relação luso-chinesa na sequência da crise financeira portuguesa de 2010? As perguntas derivadas da questão de partida relacionam-se com a relação histórica entre Portugal e a China, o enquadramento da relação entre 2010 e 2021 e com entrada de capital chinês em Portugal.

Nas questões que norteiam a investigação, fica clara a abordagem histórica na procura da continuidade e disrupção da evolução do relacionamento bilateral entre Portugal e a China desde o seu início até ao período em análise e a necessidade de contextualização das mesmas, quer a nível sistémico, abordando a relação dos Estados Unidos e da União Europeia com a China, quer a nível doméstico, compreendendo a mudança de paradigma provocada pela crise financeira. Adicionalmente, é importante trabalhar, também, a dimensão externa, na análise das políticas externas de Portugal e da China.

¹⁰⁰ João Faria, “A Presença Económica da China em Portugal (2001-2018)”. Universidade do Minho, 2020.

Assim, a pesquisa é essencialmente explicativa-descritiva, com uma componente compreensiva, dado que se pretende sistematizar os principais acontecimentos que marcaram a relação luso-chinesa e compreender as implicações do estreitamento da relação. A investigação tomou formas quantitativa e qualitativa porque se quis explicar o aprofundamento do relacionamento económico e político e os desafios futuros da relação entre Pequim e Lisboa. A utilização de uma metodologia mista reflete também a teoria que enquadra o trabalho. Através da EPI, pretende-se encontrar justificações para o estreitamento da relação luso-chinesa na simbiose entre a Política e a Economia. Consequentemente, os dados quantitativos relativos, a título de exemplo, à evolução da balança comercial e investimento entre Portugal e a China foram utilizados para descrever o estreitamento da relação económica e os dados qualitativos, como a análise de, por exemplo, programas de Governo, serviram o propósito de introduzir a componente de conhecimento contextual e interpretativo.

Relativamente aos instrumentos metodológicos utilizou-se análise documental de fontes primárias e secundárias. No que se refere às fontes primárias quantitativas, usou-se indicadores estatísticos extraídos de fontes internacionalmente reconhecidas como o World Bank, FMI, Banco de Portugal, entre outros. Estes dados, quando necessário, foram devidamente tratados para mitigar erros decorrentes de informação omissa e *outliers*. Os dados quantitativos são importantes para obter uma visão objetiva da relação sino-portuguesa e encontrar padrões que nos permitam fundamentar um conhecimento generalizado sobre as causas e consequências do fenómeno em análise.

No entanto, “a ciência política não deve ser meramente um exercício técnico de hipóteses e respostas a questões de pesquisa através de conhecimento científico e técnico, mas dever também ter em conta o que sabemos sobre o dia-a-dia da política e da ética”.¹⁰¹ Quer isto dizer que a investigação nesta área das ciências sociais deve também seguir uma abordagem qualitativa e, neste âmbito, este trabalho utilizou como fontes primárias documentos oficiais dos Governos português e chinês, como a Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau, os programas dos Governo de Portugal entre 2010 e 2022 e artigos de jornais e revistas e como fontes secundárias análises bibliográficas e documentais, isto é, literatura com o intuito de enquadrar, confrontar e complementar a investigação e forma a atribuir granularidade aos objetivo específicos.

¹⁰¹ David Marsh e Gerry Stoker, “Theory and Methods in Political Science”. Palgrave Macmillan, 3ª Edição, 2010, p. 253.

Os dados utilizados foram descritivos e não experimentais porque se pretendia reunir observações sem intervenção. Ademais, em termos de tipologia de pesquisa, recorreu-se a uma estratégia de incorporação concorrente, tendo sido recolhidos dados quantitativos e qualitativos em simultâneo. Ainda assim, a tipologia quantitativa assumiu maior relevância, com o intuito de integrar informação secundária na informação primária, incorporando e comparando resultados.

Apresentação da Estrutura

Esta dissertação está dividida em sete partes. Na primeira parte, define-se o objeto de estudo, a questão de partida e o modelo de análise. Adicionalmente, procede-se ao enquadramento da investigação no domínio das Relações Internacionais e na teoria da Economia Política Internacional e faz-se um resumo do estado da arte da relação luso-chinesa e a problematização da mesma.

A segunda e terceira partes da dissertação pretendem contextualizar as relações luso-chinesas para promover um entendimento aprofundado das variáveis sistémicas e domésticas que influenciam a relação entre Lisboa e Pequim. Primeiro, trabalha-se o nível do sistema, mais especificamente, as relações entre os Estados Unidos e a China e entre a União Europeia e a China. Portugal e a China não existem de forma independente no plano internacional e a sua relação é pautada e afetada pelas dinâmicas das relações entre as grandes potências. Depois, a terceira parte centra-se no nível de análise dos estados, mais concretamente as suas políticas externas e, neste caso, as de Portugal e da China, no período em análise.

A partir da quarta parte, começa o estudo da relação luso-chinesa, analisando-se, primeiramente, a relação histórica com o intuito de enquadrar e utilizar a dimensão histórica como fator explicativo da aproximação política entre os dois países. Na quinta parte, desenvolve-se o período entre 2010 e 2021. Começamos por olhar para a conjuntura externa de crise financeira e, seguidamente, através da análise da relação política e económica, responde-se às perguntas inicial e derivadas, sistematizando as relações entre Portugal e a China.

Por fim na sexta parte apresentam-se os desafios futuros da relação e na última parte retiram-se as conclusões principais do trabalho.

Capítulo I: Enquadramento da relação luso-chinesa no contexto internacional

I. I. Estados Unidos e China

A fundação da República Popular da China em 1949 foi decisiva para o futuro das relações diplomáticas sino-americanas uma vez que os Estados Unidos não reconheceram a legitimidade diplomática e governativa da RPC e continuaram a manter uma relação com a República da China, mais conhecida por Taiwan. Durante anos, as interações entre os EUA e a China foram marcadas por uma alternância entre tensos impasses e alianças de conveniência. A guerra da coreia em 1950, a primeira crise do estreito do Taiwan, a aproximação entre Washington e Pequim resultante do conflito transfronteiriço sino-soviético de 1969, são apenas alguns exemplos da complexidade da relação entre os EUA e a China.¹⁰²

A visita do Presidente americano Richard Nixon à China em 1972 foi um evento definidor do futuro da relação sino-americana. Nessa visita, Nixon e o Primeiro Ministro chinês Zhou Enlai assinaram um comunicado que previa a reparação da relação entre os dois países. No seguimento desta reaproximação, em 1979, o Presidente Jimmy Carter reconheceu formalmente a República Popular da China e defendeu a política de Uma Só China. Esta política constata que existe apenas uma China, dividida pelo estreito de Taiwan. A partir desta altura, a ligação diplomática oficial entre os EUA e a China passou a ser efetuada através de Pequim ao invés de Taipei.¹⁰³

Dez anos depois da normalização da relação entre Washington e Pequim, este relacionamento passou por um período difícil na sequência dos acontecimentos na Praça Tiananmen e decorrente suspensão de venda de armamento e imposição de sanções económicas dos EUA à China.¹⁰⁴

O esfriamento da relação acabou com o Presidente Bill Clinton e com a adesão da China a Organização Mundial do Comércio. No dia 11 de dezembro de 2001, a China pôs fim a quinze anos de negociações, tornando-se membro da OMC. Antes da adesão à OMC, os EUA tiveram de conceder à China o estatuto de Relações Normais Comerciais Permanentes (PNTR).¹⁰⁵ O projeto de lei que foi aprovado na Câmara dos Representantes e no Senado em maio e setembro de 2000, respetivamente, dispôs de motivações políticas. Estes motivos estão espelhados na

¹⁰² Council on Foreign Relations, “U.S.-China Relations”. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/us-china-relations>

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ Bill Archer, “H.R.4444 — 106th Congress (1999-2000)”. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/106th-congress/house-bill/4444>

Doutrina Clinton, isto é, a estratégia de política externa da administração Clinton que instituiu a unanimidade entre Democratas e Republicanos relativamente à unipolaridade americana e consequente promoção da democracia e dos mercados.¹⁰⁶ O propósito da abertura comercial à China prendia-se com a esperança convicta de que o comércio livre fosse um veículo de reforma política e melhoria das questões de direitos humanos. Ao entrar na Organização Mundial do Comércio e, mediante o cumprimento das regras internacionais, a China evoluiria no sentido da construção da democracia e da ocidentalização do seu regime.¹⁰⁷

É adequado mencionar, que embora a decisão de garantir as condições legais necessárias para o comércio livre com a China fosse amplamente consensual nos Estados Unidos, havia quem se opusesse a esta estratégia de acomodação. Nos EUA, os principais opositores à plena integração da China no comércio internacional eram os sindicatos de trabalhadores, os ativistas de direitos humanos, os ambientalistas e os conservadores. Os sindicatos de trabalhadores afirmavam que as deploráveis condições de trabalho na China e a disparidade salarial entre a China e os EUA tornariam a mão-de-obra americana insuficientemente competitiva. Os ativistas de direitos humanos apontavam como razões para não envolver inteiramente a China no comércio livre os atentados ao Estado de Direito e a falta de proteção dos cidadãos chineses e evidenciavam a dualidade de critérios, nomeadamente, em relação à Venezuela e a Cuba. Outros inquietavam-se com a ideologia e aspirações futuras da China e como não confiavam que a China obedecesse às regras impostas pela OMC, preferiam não perder a vantagem negocial que a deliberação anual das condições de comércio com a China concedia aos EUA.¹⁰⁸

É importante notar que embora no que diz respeito à relação económica entre os Estados Unidos da América e a China a estratégia de maior confrontação tem início explícito com Donald Trump, a acomodação enquanto política externa global norte americana para a China foi abandonada anteriormente. Na verdade, com Barack Obama, a relação dos Estados Unidos com a China foi marcada pelo Pivot Asiático e pelo recurso à contenção. A estratégia de contenção afirmou-se pela definição da Ásia como foco principal da política externa norte americana e pela intenção de conter a ascensão da China através de esforços no sentido renovação da liderança dos EUA, como se pode comprovar neste excerto de um artigo de Hillary Clinton, em 2011, à data Secretária de Estado dos EUA, na revista *Foreign Affairs*

¹⁰⁶ Vasco Rato, “De Mao a Xi, o Ressurgimento da China”. 1ª Edição. Alêtheia Editores, 2020.

¹⁰⁷ Stewart Paterson, “China, Trade and Power: Why the Wests Economic Engagement Has Failed”. 1ª Edição. Londres: London Publishing Partnership, 2018.

¹⁰⁸ Stewart Paterson, 2018, op. cit.

“Sabemos que estas novas realidades exigem que inovemos, que concorramos, e que lideremos de novas formas. Em vez de nos afastarmos do mundo, precisamos de avançar e renovar a nossa liderança.”¹⁰⁹ O intento em equilibrar forças na região do Indo-Pacífico baseava-se em acordos bilaterais e multilaterais com parceiros antigos e novos e no reforço da presença militar no território.¹¹⁰

Embora na contenção de Barack Obama estivessem previstas iniciativas económicas, como por exemplo a Pareceria TransPacífico que excluía a China de um acordo comercial multilateral, de um modo geral, a relação comercial entre os Estados Unidos da América e a China transformou-se drasticamente com a eleição de Donald Trump. O 45º Presidente dos EUA, deu a máxima prioridade à relação económica sino-americana e assumiu a tarefa de confrontar as práticas de comércio desleal da China com vigorosa pujança.¹¹¹

Para compreender o endurecimento da posição americana com a China, devemos analisar o processo de transformação económica que a China sofreu após ter-se tornado membro da OMC. Na origem da metamorfose económica da RPC, esteve a atribuição do estatuto de país em desenvolvimento por parte da OMC, estatuto esse que mantém até aos dias de hoje.¹¹² Enquanto país em desenvolvimento a China disfrutou, nos últimos vinte anos, de um tratamento preferencial exclusivo, que não é aplicável aos países considerados desenvolvidos, de acordo com a OMC. Estas benesses permitiram que a China se tornasse, num curto espaço de tempo, o maior exportador de bens e serviços, em termos absolutos, em 2019 e a segunda maior economia mundial, a nível de Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, também em 2019.¹¹³ Somente com estes números, pode-se inferir que em 20 anos a China passou de uma economia emergente e de rendimentos pouco impressionantes a uma grande potência económica internacional, a rivalizar com os Estados Unidos. Através da OMC, a China conseguiu aumentar expressivamente o valor do investimento direto estrangeiro na China e da China, crucial para o desenvolvimento de infraestruturas e crescimento económico.

¹⁰⁹ Hillary Clinton, “America’s Pacific Century”. *Foreign Policy*, 189, 2011, pp. 56-63.

¹¹⁰ Tiago Moreira de Sá e Diana Soller, “Donald Trump, O Método no Caos”. 1ª Edição. Portugal. Dom Quixote, 2018.

¹¹¹ Stewart Paterson, 2018, op. cit.

¹¹² Carlos Esplugues, “China’s Accession to WTO”. *Chinese Business Law*, 2009. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1952779>

¹¹³ World Bank, “Exports of goods and services (BoP, current US\$)”. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=BX.GSR.GNFS.CD&country=#>; World Bank, “GDP (current US\$)”. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.CD&country=#>

Relativamente ao crescimento económico, o PIB chinês apresentou uma taxa de crescimento expressiva de, aproximadamente, 8,7% ao ano, em média, entre 2000 e 2021.¹¹⁴

Embora a integração plena na ordem económica internacional, por meio da Organização Mundial do Comércio, tenha sido determinante na transformação económica chinesa, esta foi facilitada pela mão-de-obra extremamente barata, pelas condições de trabalho precárias e desconsideração ambiental. Adicionalmente, o controlo estatal geral permitiu manter fixa a taxa de câmbio e conseqüentemente a competitividade dos produtos chineses, ao mesmo tempo que se controlava artificialmente a inflação. Alcançou-se, assim, um ciclo de facilitador e consequência, pois conquanto todas as ações acima são da responsabilidade do Governo chinês, foram facilitadas pelo carimbo de membro da OMC que produziu nos parceiros comerciais da China a sensação de segurança de estarem a lidar com um sistema de regras, regulado e credível.¹¹⁵

Para além do desenvolvimento económico chinês e a conseqüente ascensão da China a potência internacional, é relevante, compreender os efeitos que o seu crescimento teve nos Estados Unidos. Como já foi mencionado, antes da entrada da China para a OMC, pensava-se, na América, que os grandes beneficiadores, na ótica comercial, da integração chinesa na ordem económica mundial, seriam os exportadores americanos pois haveria uma liberalização económica da China e uma maior facilidade em exportar bens e serviços. Por sua vez, o aumento das exportações americanas para a China e manutenção relativa do valor das importações resultaria numa diminuição do défice da balança comercial entre estes dois países, que no ano 2000 era, aproximadamente, 83 mil milhões de dólares, em termos nominais.¹¹⁶ No entanto, com a administração Clinton e durante as administrações Bush e Obama o défice da balança comercial americana face à China agravou-se gradualmente, contrariando o que eram os resultados esperados, tendo em 2015 atingido aproximadamente 367 mil milhões de dólares.¹¹⁷ Adicionalmente e devido à mão-de-obra barata chinesa, o valor real do trabalho nos Estados Unidos caiu. Similarmente, o preço dos bens industriais depreciou devido à aliciante oferta chinesa a preços consideravelmente mais baixos que os ocidentais. A procura chinesa

¹¹⁴ Permanent Mission of China to the WTO, “China in the WTO: Past, Present and Future.” Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/s7lu_e.pdf; World Bank, “GDP growth (annual %).” Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.KD.ZG&country=CHN#>

¹¹⁵ Stewart Paterson, 2018, op. cit.

¹¹⁶ United States Census Bureau, “Trade in Goods with China”. Disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>; O défice da Balança Comercial EUA-China refere-se somente à troca de bens.

¹¹⁷ World Bank, “GDP (current US\$)”, op.ci.; Permanent Mission of China to the WTO, op. cit.

por matérias-primas indispensáveis na produção industrial encareceu-as e favoreceu os países que as produziam. Em suma, a China e os países produtores de matérias-primas viram ao longo dos anos o rendimento disponível das famílias aumentar, enquanto que no Ocidente diminuiu ou manteve-se estável, em termos reais.¹¹⁸

O descontentamento perante a injustiça sentida pelas economias de mercado ocidentais face à economia centralizada chinesa foi capitalizado por Donald Trump com a adopção do slogan “America First”.¹¹⁹ Foram vários os ataques que Donald Trump fez à China. Entre os mais notáveis, ficou o discurso feito no New York Economic Club, onde apresentou as principais ideias do seu plano económico. Nesta intervenção, Trump abordou questões como o desemprego industrial e a estagnação das condições de vida e ofereceu como solução a substituição do “*globalism*” pelo “*Americanism*”. O tema comercial foi também abordado, tendo sido destacadas as consequências da entrada da China para a OMC, logo à partida: “Entre a Segunda Guerra Mundial e o ano 2000, os Estados Unidos tiveram uma taxa média de crescimento de 3,5%. Mas, após a adesão da China à Organização Mundial do Comércio, a nossa taxa média de crescimento foi reduzida para apenas 2%. Práticas comerciais predatórias, *dumping* de produtos, manipulação de moeda e roubo de propriedade intelectual levaram milhões de empregos e triliões de riqueza do nosso país.”¹²⁰

Desde 2017, os Estados Unidos adotaram uma abordagem mais agressiva no seu envolvimento com a China no sentido de defender as empresas e trabalhadores norte americanos das práticas de comércio chinesas. A estratégia tinha como objetivo último restaurar o equilíbrio comercial e conter a ascensão da China no palco internacional.¹²¹ Tudo isto esteve na origem da guerra comercial sino-americana, iniciada em 2018 através da imposição por parte dos EUA de uma série de tarifas sobre as importações chinesas. O que se seguiu foram várias retaliações através da aplicação de tarifas entre Pequim e Washington.

Para além da guerra comercial, a relação entre os EUA e a China teve outros pontos de stress. Desde logo, a chamada de Donald Trump, enquanto Presidente eleito, ao Presidente de Taiwan. Esta foi a primeira vez, desde 1979, que um Presidente americano falou diretamente com o Presidente de Taiwan, tendo sido considerado uma provocação à República Popular da

¹¹⁸ Stewart Paterson, 2018, op. cit.

¹¹⁹ Tiago Moreira de Sá e Diana Soller, 2018, op. cit.

¹²⁰ Tessa Bernson, “Read Donald Trump's Speech on Jobs and the Economy”. Disponível em: <https://time.com/4495507/donald-trump-economy-speech-transcript/>

¹²¹ Office of the United States Trade Representative, “China, Mongolia & Taiwan”. Disponível em: <https://ustr.gov/countries-regions/china-mongolia-taiwan>

China. Adicionalmente, durante os últimos anos nos EUA estabeleceu-se um consenso bipartidário de que a China é uma ameaça e as acusações têm sido várias e públicas, nomeadamente, as de roubo de tecnologia e propriedade intelectual, manipulação monetária e a condenação da postura agressiva e militar chinesa no Mar do Sul da China.¹²² A negociação da fase I do acordo comercial entre os EUA e a China trouxe alguma tranquilidade à relação sino-americana. Nesta negociação ficou acordado que algumas tarifas já delineadas não se iriam efetivar e outras já aplicadas seriam reduzidas. A China aceitou aumentar as suas compras de produtos norte americanos e intensificar a proteção da propriedade intelectual e os Estados Unidos concordaram retirar o rótulo de manipulador de moeda à República Popular da China.¹²³

Em 2020, a crise pandémica mundial teve consequências ao nível da relação entre Washington e Pequim. O Presidente Trump chamou o Covid 19 de “vírus chinês” e retirou financiamento à Organização Mundial da Saúde (OMS) acusando a organização de má gestão da pandemia e de estar sob o controlo chinês.¹²⁴ Deste modo, a relação sino-americana continuou a deteriorar, tendo várias as empresas chinesas sido adicionadas à lista negra de comércio americana e tendo sido impostas sanções a oficiais chineses por abusos de direitos humanos e Hong Kong e Xinjiang. Os EUA chegaram a proibir investimentos em empresas chinesas ligadas ao exército chinês. O consenso bipartidário evidenciou-se com a mudança de Presidente. Joe Biden confirmou o compromisso de combater a ameaça chinesa e reafirmou a posição de que, em Xinjiang, se está a cometer um genocídio da população Uigur. Ademais, o Presidente Biden manteve as tarifas, sanções e condenações avançadas pela administração Trump.¹²⁵

Em 2022, a China ao não condenar a agressão russa na Ucrânia, demonstrou que não é provável que vejamos grandes melhorias na sua relação com os EUA nos próximos tempos. Num discurso, o Secretário de Estado Blinken, destacou a importância de investir na economia

¹²² Council on Foreign Relations, “U.S.-China Relations”, op. cit.

¹²³ Office of the United States Trade Representative, “Economic and Trade Agreement Between the Government of the United States of America and the Government of the People’s Republic of China”. Disponível em:

https://ustr.gov/sites/default/files/files/agreements/phase%20one%20agreement/Economic_And_Trade_Agreement_Between_The_United_States_And_China_Text.pdf

¹²⁴ BBC, “Coronavirus: Trump moves to pull US out of World Health Organization”. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-53327906>

¹²⁵ Council on Foreign Relations, “U.S.-China Relations”, op. cit.; Ryan Hass, “The “new normal” in US-China relations: Hardening competition and deep interdependence”. Brookings, 2021. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2021/08/12/the-new-normal-in-us-china-relations-hardening-competition-and-deep-interdependence/>

americana, em indústria, tecnologia e infraestrutura para competir com a China. Blinken afirmou que para a democracia, e não o autoritarismo, prosperar os EUA têm de se alinhar com os seus aliados e conter a China.¹²⁶

A viagem de Nancy Pelosi ao Taiwan, em 2022, contribuiu para a agravamento da relação entre Washington e Pequim, com a China a mostrar claramente o seu desagrado e a retaliar com mísseis balísticos e cessação de canais de comunicação militar entre os dois países.¹²⁷

I. II. União Europeia e China

I. II. I. A relação da UE-China, enquanto instituição

Em 1975 a União Europeia e a China eram muito diferentes daquilo que são hoje. A UE denominava-se Comunidade Económica Europeia (CEE), sendo composta por apenas nove países¹²⁸ e na China vivia-se, ainda, o fim da Revolução Cultural sob o Governo de Mao Tse Tung. Foi em 1975 que as relações diplomáticas entre a União Europeia e a China se reestabeleceram num sinal promissor daquilo que seriam anos de desenvolvimento de laços económicos e políticos.¹²⁹

A relação entre a União Europeia e China caracterizou-se desde o início por interesses económicos e comerciais. Na perspetiva europeia, a abertura à China e aprofundamento do relacionamento traria inúmeras vantagens, não só em termos de trocas comerciais, mas também devido ao acesso ao enorme mercado chinês. Para Pequim era importante fomentar harmoniosas relações com o Ocidente, preferencialmente de forma institucional, mas, igualmente relevante, era o acesso a conhecimento e tecnologia de ponta que permitiria projetar a China a potência internacional.¹³⁰ Consequentemente, nos anos que se seguiram à instauração de relações diplomáticas, a UE e a China firmaram um acordo comercial em 1985¹³¹, no qual

¹²⁶ US Embassy & Consulates in Australia, “Secretary Blinken Speech: The Administration’s Approach to the People’s Republic of China”. Disponível em: <https://au.usembassy.gov/secretary-blinken-speech-the-administrations-approach-to-the-peoples-republic-of-china/>

¹²⁷ Chatham House, “Nancy Pelosi in Taiwan: What lies ahead for China and the US?”. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2022/08/nancy-pelosi-taiwan-what-lies-ahead-china-and-us>

¹²⁸ Alemanha, Itália, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, Irlanda e Dinamarca.

¹²⁹ Matthias Stepan and Falk Ostermann, “EU-China relations”, *Atlantisch Perspectief*, Vol. 35, No. 2, 2011, p. 20.

¹³⁰ Jean-Pierre Cabestan, “European Union-China Relations and The United States”. *Asian Perspective*, Vol. 30, No. 4, 2006, pp. 11-38. Arnaldo Gonçalves, 2011, op. cit., pp. 10-208.

¹³¹ *Ibid.*, p. 173.

se comprometiam a conceder mutuamente estatuto de Nação Mais-Favorecida¹³² com o intuito de aumentar as trocas comerciais. Adicionalmente, em 2003, estabeleceram uma Parceria Estratégica¹³³ que abrangia a cooperação nas áreas económica, científica, tecnológica, legal e da educação, justificada pela intensificação da relação comercial e pelo período de Liberalismo Internacionalista¹³⁴ que marcou os anos que antecederam a adesão da China à OMC.¹³⁵ Nesta lógica, o propósito da abertura comercial da União Europeia à China, bem como no caso dos EUA, prendia-se com a expectativa de mudanças políticas e sociais na China. Isto é, a UE procurou, através da Parceria Estratégica, contribuir para evolução democrática na China e a sua responsabilização enquanto ator internacional.¹³⁶

Embora tenham existido momentos de tensão na relação sino-europeia, como o embargo de armas decorrente do episódio em Tiananmen em 1989, a relação comercial cresceu de forma muito significativa. Com efeito, entre 1988 e 2020, o valor das trocas comerciais de bens entre a UE e a China aumentou de c.12 mil milhões de euros para c.587 mil milhões de euros, um aumento de mais de 4000%, aproximadamente.¹³⁷

Nos anos contemplados neste trabalho, assistimos a um aumento do interesse da China na Europa, uma vez que a evolução da China de potência regional a internacional expandiu as suas áreas de interesse e influência. A crescente importância atribuída à UE manifesta-se em diversas frentes, assinaladamente nos países nórdicos pela sua proximidade ao Ártico e nos países de Este e do Sul da Europa.¹³⁸ Contudo, o crescente e amplo interesse chinês não tem contribuído para a coesão entre os países-membros da União no sentido da definição de uma política comum para a China. É certo que existem documentos que orientam a atuação da organização, como “*EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation*”, “*Elements for a new*

¹³² Princípio que requer, ao abrigo dos acordos da Organização Mundial do Comércio, a não discriminação de parceiros comerciais.

¹³³ Arnaldo Gonçalves, 2011, op. cit., pp. 189-208.

¹³⁴ O Liberalismo Internacionalista nasce do Liberalismo e, por isso, partilha com esta teoria o alicerce principal de promoção dos direitos e liberdades dos indivíduos. Adicionalmente, vai buscar ao Liberalismo as ideias de progresso humano, de que as relações internacionais podem ser fundamentadas em interesses comuns, da cooperação e do respeito pelas organizações internacionais. O que se acrescenta é a solidificação da Ordem Internacional Liberal através do impulso da propagação da democracia através do multilateralismo, das instituições internacionais e da abertura económica. Vide Brain Schmidt, “Theories of US foreign policy”. US Foreign Policy, Nova Iorque: Oxford University Press, 2012, pp. 5-21. Nana De Graaff e Bastiaan Van Apeldorn, “US-China relations and the liberal world order: contending elites, colliding visions?”. *International Affairs*, Vol. 94, No. 1, 2018, pp. 113- 131.

¹³⁵ A China tornou-se membro da OMC em dezembro de 2001. Jean-Pierre Cabestan, 2006, op. cit., pp. 11-38.

¹³⁶ Jean-Pierre Cabestan, 2006, op. cit., pp. 11-38.

¹³⁷ Eurostat, “Balance of payments – International transactions”. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/balance-of-payments/data/database>

¹³⁸ Mikko Huotari, Miguel Otero-Iglesias, John Seaman e Alice Ekman, "Mapping Europe-China Relations A Bottom-Up Approach", ETNC, Real Instituto Elcano, IFRI, Merics Mercator Institute for China Studies, 2015.

EU strategy on China” e “*EU-China – A strategic Outlook*”, mas ainda assim as relações bilaterais e interesses nacionais sobrepõem-se a uma visão única e concertada em questões de direitos humanos e de comércio e investimento.

No que diz respeito à política da União Europeia para a China importa referir a “*EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation*”¹³⁹ uma agenda adotada em 2013 pela China e UE que expressa o compromisso de ambas as partes, até hoje, com a parceria estratégica abrangente. Assim se definiram os traços gerais da relação sino-europeia em matérias de Paz e Segurança, Prosperidade, Desenvolvimento Sustentável e Intercâmbio entre Povos, espelhados na promoção do multilateralismo, no aprofundamento do diálogo sobre os direitos humanos, reforço da relação comercial e desenvolvimento de um acordo de investimento único.¹⁴⁰ Embora a validade, compromisso e prossecução destes princípios não esteja em causa, a agenda para a cooperação foi delineada pela UE e pela China no mesmo ano em que Xi Jinping se tornava Presidente da República Popular da China. Desde então, muito mudou no palco internacional e a União Europeia foi atualizando a sua estratégia para a China. Em 2016, havia já a consciência de que a UE “deve projetar uma voz forte, clara e unificada na sua abordagem à China”¹⁴¹, adicionalmente, a posição relativamente aos direitos humanos foi acentuada¹⁴², bem como a ligação da UE a Macau e Hong Kong. No documento do Conselho da UE de 2016, é referida a cooperação com a China na Iniciativa *Belt and Road* desde que esta seja feita de forma transparente e segunda as normas internacionais.¹⁴³

Na mais recente revisão da estratégia europeia para a China, em 2019, existe uma evidente modificação na atitude da UE que tem endurecido nos últimos anos. Neste documento, a Comissão Europeia descreve a China, simultaneamente, como “parceiro de cooperação e negociação”, “competidor económico” e “rival sistémico” e reafirma que para enfrentar o desafio imposto pelo crescente poder chinês é vital que os interesses nacionais dos estados-membros convirjam para uma política única, em benefício da União como um todo.¹⁴⁴ Adicionalmente, no *outlook* estratégico destacam-se os problemas de sobre-endividamento que

¹³⁹ China-EU Summit, “EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation”, 2013. Disponível em/ https://eeas.europa.eu/archives/docs/china/docs/eu-china_2020_strategic_agenda_en.pdf

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ European Commission, “Elements for a new EU strategy on China”, 2016, p.4. Disponível em/ https://eeas.europa.eu/archives/docs/china/docs/joint_communication_to_the_european_parliament_and_the_council_-_elements_for_a_new_eu_strategy_on_china.pdf.pdf

¹⁴² Council of the European Union, “Council conclusions EU Strategy on China”, 2016, p. 3. Disponível em/ https://eeas.europa.eu/sites/default/files/council_conclusions_eu_strategy_on_china.pdf.pdf

¹⁴³ Ibid, pp. 4-10.

¹⁴⁴ European Commission, “EU-China – A strategic outlook”, 2019, pp. 1-2. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/communication-eu-china-a-strategic-outlook.pdf>.

advêm, por vezes, dos investimentos chineses e do controlo chinês de recursos estratégicos. É referida também a necessidade de igualar as condições de acesso ao mercado chinês e de progredir no sentido de equilibrar a relação comercial. Por fim, define-se como prioritário “uma abordagem comum da UE à segurança das redes 5G” e a adoção de normas que visem regular o investimento direto chinês em ativos e infraestruturas críticas para a segurança e bom funcionamento público dos membros e da União.¹⁴⁵ O endurecimento da posição europeia face à China, em questões como o investimento, espelha-se no clima de algum protecionismo que tem proporcionado bloqueios, por Estados-Membro da UE, de aquisições de empresas nacionais por empresas chinesas. A título de exemplo, o veto do Governo alemão à venda da empresa de Leifeld Metal Spinning pelo grupo chinês Yantai Taihai por motivos de segurança ou a oposição italiana à venda do fabricante de camiões Iveco a uma empresa chinesa.¹⁴⁶

Outros motivos que sustentam a firmeza da atitude europeia perante a China são as relações comerciais, atuação e subsídios das empresas estatais chinesas, as violações dos Direitos Humanos por parte da China, assinaladamente em Hong Kong e Xinjiang, e a cibersegurança.¹⁴⁷ A posição europeia, mais assertiva, não tem sido bem recebida por Pequim. Quando a Europa impôs sanções a oficiais chineses por violações de direitos humanos em Xinjiang, a China retaliou impondo sanções a membros do Parlamento Europeu o que travou a ratificação do acordo de investimento UE-China acordado no final de 2020.

Para a Europa, a China é um parceiro importante e de crescente relevância, mas a relação que Bruxelas tem com Pequim é complexa e, embora exista um esforço para produzir uma política externa concertada entre membros, existem várias instâncias que ilustram as divergências e apontam para uma estratégia pouco eficaz da UE.¹⁴⁸ A título de exemplo podemos aludir à condenação da UE à atuação da China em questões de direitos humanos na ONU em 2017 que foi vetada pela Grécia, ou o bloqueio húngaro de uma declaração da União que acusava a China de reprimir a democracia em Hong Kong. Outra divergência entre a

¹⁴⁵ Ibid, pp. 7-11. European Parliament e European Council, "Regulation of the European Parliament and the Council on establishing a framework for the screening of foreign direct investments into the Union", 2019.

¹⁴⁶ Para se defender nesta questão, a UE criou o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro para a avaliação do Investimento Direto Estrangeiro na União. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/PE-72-2018-INIT/en/pdf>. Recentemente, países como a Alemanha, França, Itália e Espanha têm bloqueado investimentos chineses em empresas cujo âmbito de atuação possa comprometer a segurança nacional e a oferta de bens essenciais. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-04-27/eu-threatens-fines-and-merger-bans-for-chinese-state-firms>.

¹⁴⁷ Politico, “EU leaders face tough time getting tough on China”, 2020. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/eu-leaders-charles-michel-ursula-von-der-leyen-face-tough-time-getting-tough-on-china-xi-jinping/>.

¹⁴⁸ Jean-Pierre Cabestan, 2006, op. cit., pp. 11-38.

política da UE para a China e os interesses nacionais dos países-membros prende-se com a questão de Taiwan. Embora a UE apoie a política Uma Só China, alguns estados-membros têm sido cada vez mais vocais no seu apoio a Taiwan. O caso mais mediático foi o da Lituânia que aprovou a alteração na designação da Embaixada de Taiwan em Vilnius de “Gabinete de Representação de Taipei” para “Gabinete de Representação de Taiwan”. Adicionalmente, o mecanismo que se chegou a designar de 17+1 chama-se agora 14+1 porque a Lituânia, Estónia e Letónia saíram do grupo. A Lituânia declarou que não tinha retirado benefícios significativos do mecanismo de cooperação e que pretendia fortalecer as relações com Taiwan. Consequentemente, a China suspendeu importações lituânias incluindo de bens europeus que continham partes produzidas na Lituânia. Numa jogada de coerção económica, a China conseguiu que a Câmara do Comércio alemã advertisse os lituanos da insustentabilidade da situação para a Alemanha e do possível encerramento das fábricas alemãs na Lituânia, caso as relações entre Pequim e Vilnius não melhorassem.¹⁴⁹ Este episódio é ilustrativo das diferentes relações dentro da Europa com a China, por um lado a disrupção e confrontação da Lituânia e, por outro lado, a necessidade alemã de manter uma boa relação com a RPC para garantir a manutenção das trocas comerciais.

Fica, então, claro que embora a UE procure falar a uma só voz na sua política para a China os estados-membros têm as suas próprias estratégias sedimentadas no interesse nacional do seu país. Conclui-se que a estratégia europeia é apenas de “mínimo denominador comum”. É possível observar tendências, como o endurecimento da posição do bloco face à China, sendo, todavia, difícil conciliar 27 relações bilaterais. Deduz-se, também, que na relação sino-europeia o interesse económico tem-se sobreposto a decisões políticas comuns. Assim, interessa analisar as relações de alguns países europeus com a China e compará-las com a relação luso-chinesa. Em suma, a relação entre Bruxelas e Pequim tem se aprofundado, sobretudo devido aos elos bilaterais que alguns países estabeleceram com a China. Contudo, a ausência de uma estratégia concertada da UE para a China pode ser prejudicial para o posicionamento internacional da União e pode contribuir para condições desiguais entre os países europeus e a RPC.

¹⁴⁹ Euractiv, “Lithuanian FM: ‘17+1’ format with China divides Europe”. Disponível em: https://www.euractiv.com/section/politics/short_news/lithuanian-fm-171-format-with-china-divides-europe/; The New York Times, “In an Uneven Fight with China, a Tiny Country’s Brand Becomes Toxic”. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/02/21/world/europe/china-lithuania-taiwan-trade.html>; LRT, “German firms pressure Lithuania to deescalate China tensions”. Disponível em: <https://www.lrt.lt/en/news-in-english/19/1594168/german-firms-pressure-lithuania-to-deescalate-china-tensions-media>

I. II. II. A relação UE-China, estado a estado

Hungria

A relação sino-húngara ao longo dos séculos é bastante diferente da relação sino-lusa, por diversas razões. Dada a fluidez territorial da Hungria e sua assimilação noutros impérios ao longo da história, é mais pertinente analisar da relação entre China e Hungria no período posterior à II Guerra Mundial.¹⁵⁰

No período do pós-guerra, a relação sino-húngara pode ser separada em três fases: do fim da segunda grande guerra até à queda do muro de Berlim (1945 – 1989), da queda do muro até à adesão da Hungria à União Europeia (1990 – 2004) e o período após a adesão à UE (2005 – Presente).

No fim da II Guerra Mundial, a Hungria encontrava-se inserida no bloco de Leste, funcionando como um país satélite da União Soviética. A relação entre a Hungria e a China dependia, portanto, da relação entre Moscovo e Pequim. Convém destacar o papel da China na supressão da revolução húngara em 1956, quando Pequim teve um papel importante a convencer a União Soviética a interceder militarmente para eliminar a insurgência húngara.¹⁵¹

Após a queda do muro de Berlim e a abolição do regime comunista na Hungria em 1989, entrou-se numa nova fase da relação entre os dois países. Devido à memória de 1956 e às diferenças ideológicas entre as duas nações, a relação bilateral entre a China e Hungria encontrava-se num ponto baixo. No primeiro mandato de Viktor Orbán, este criticou abertamente os abusos de direitos humanos por parte da China e a incompatibilidade ideológica das duas nações, uma vez que a Hungria se tinha posicionado como um dos pioneiros da democratização do bloco do Leste.¹⁵² Para além de tecer críticas públicas ao regime chinês, Orbán recebeu o Dalai Lama em Budapeste, aumentando o fosso com a China¹⁵³. Dado que a Hungria estava focada na integração com o Ocidente, a relação com a China continuou no plano secundário.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Barta János, Gergely Jenő, Kristó Gyula, “History of Hungary from the prehistory to 2000”. Pannonica, 2002, pp. 37-113, pp. 616–644.

¹⁵¹ Péter Vámos, “Chinese Foreign Ministry Documents on Hungary, 1956”. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/chinese-foreign-ministry-documents-hungary-1956>

¹⁵² Réka Koleszár, “Hungary-China Relations: Is it Time for a Change?”. Disponível em: <https://chinaobservers.eu/hungary-china-relations-is-it-time-for-a-change/>

¹⁵³ Dalai Lama, “Dignitaries Met 2000 – 2004”. Disponível em: <https://www.dalailama.com/the-dalai-lama/events-and-awards/dignitaries-met/dignitaries-met-2000-2004>

¹⁵⁴ Erik Brattberg, Phillipe Le Corre, Paul Stronski, Thomas de Waal, “China’s Influence in Southeastern, Central, and Eastern Europe: Vulnerabilities and Resilience in Four Countries”. Carnegie Endowment for International Peace, Washington, DC, 2021.

Cerca de 15 anos depois do colapso do regime comunista na Hungria, a integração húngara na União Europeia ficou finalmente concluída. A China começou a olhar para os países do Leste Europeu com acrescido interesse, pois via neles uma oportunidade para aceder aos mercados ocidentais devido à crescente integração europeia. Além do acesso a estes mercados, a China via com bons olhos o custo significativamente mais baixo de fazer negócio nestes países, uma vez que os custos laborais eram inferiores que na Europa Ocidental e havia também menos regulamentação.¹⁵⁵ Consequentemente, no seguimento da visita, em 2003, do Primeiro Ministro húngaro, Péter Medgyessy, à China a convite de Wen Jiabao, os dois países começaram a aproximar-se.¹⁵⁶ No início, o investimento chinês consistia principalmente em pequenos negócios que revendiam bens produzidos na China.¹⁵⁷ O Presidente chinês Hu Jintao visitou também a Hungria em 2004, reforçando a aproximação entre os dois países.

Assim, entrou-se na última e atual fase da relação sino-húngara. Depois do investimento inicial, a Hungria passou a ser recetora de investimentos de empresas multinacionais chinesas, tal como o Bank of China, a Huawei, a Lenovo, Wanhua, a ZTE, entre outras.¹⁵⁸ O país era visto como uma potencial porta de entrada no Mercado Único Europeu. A integração comercial foi rápida, sendo que, em 2020, a China representava 7% das importações húngaras, ultrapassada apenas pela Alemanha, responsável por 25% das importações na Hungria. A nível de exportações, a China representa apenas 2% das exportações húngaras, sendo apenas o sexto maior destino de exportações da Hungria.¹⁵⁹ À semelhança do que se passa com muitos parceiros ocidentais, o desequilíbrio entre exportações e importações é bastante claro.

As relações sino-húngaras intensificaram-se em 2011 como resposta à Crise da Zona Euro. Em 2010, Orbán visitou a China e implementou a sua política de Abertura ao Oriente.¹⁶⁰ Em 2011, o Primeiro Ministro Chinês Wen Jiabao visitou Budapeste, onde se comprometeu a comprar dívida húngara. Foram também assinados 12 novos acordos económicos entre os dois países.¹⁶¹ Em 2011, realizou-se também em Budapeste a primeira conferência China – Central and Eastern Europe, mais tarde conhecida como a iniciativa de cooperação “17 + 1”. Esta

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ Foreign Ministry of the People's Republic of China, “Prime Minister Medgyessy Peter of Hungary will Pay a Working Visit to China”. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/ce/cgvienna/eng/xw/t127506.htm>

¹⁵⁷ Erik Brattberg, Phillipe Le Corre, Paul Stronski, Thomas de Waal, 2021, op. cit.

¹⁵⁸ Ágnes Szunomár e Peragovics Tamás, “Hungary. An Assessment of Chinese-Hungarian Economic Relations”. Comparative Analysis of the Approach Towards China: V4+ and One Belt One Road, Prague Security Studies Institute, 2019, pp. 2-8.

¹⁵⁹ Erik Brattberg, Phillipe Le Corre, Paul Stronski, Thomas de Waal, 2021, op. cit.

¹⁶⁰ Mikko Huotari, Miguel Otero-Iglesias, John Seaman e Alice Ekman, 2015, op. cit., pp. 41-46.

¹⁶¹ Réka Koleszár, op. cit.

crescente proximidade levou a que Orbán, no seu segundo mandato, definisse a sua estratégia de cooperação com a China tendo em conta dois tipos objetivos, políticos e económicos. A Hungria foi, também, o primeiro país europeu a juntar-se à iniciativa *Belt and Road*.¹⁶²

A nível político, Orbán pretende alavancar a sua relação com a China para mostrar tanto internamente como externamente que existem alternativas políticas e económicas aos parceiros ocidentais da Hungria. Pequim é visto como um parceiro que não interfere publicamente nos assuntos domésticos húngaros, ao contrário da UE, e Budapeste usa esse fator a seu favor. Do lado chinês, a relação com a Hungria é vista como uma maneira de acentuar influência chinesa na UE, influenciando as decisões do continente e bloqueando por vezes o consenso político.¹⁶³ Um exemplo recente foi o veto de Budapeste à participação do Taiwan na Organização Mundial da Saúde, como nação observadora, durante a pandemia da Covid 19, ao contrário dos parceiros ocidentais da Hungria.¹⁶⁴

Analisando a vertente económica da relação, podemos observar que os resultados desta aproximação foram mistos. Nos anos mais recentes, o investimento externo chinês centrou-se largamente em projetos de infraestrutura e aquisições, gerando poucos postos de trabalho a longo prazo. No total, empresas chinesas criaram cerca de 15 mil postos de trabalho na Hungria.¹⁶⁵ Isto contrasta drasticamente com as empresas europeias: apenas as empresas alemãs criaram mais de 300 mil postos de trabalho na Hungria, vinte vezes mais que as empresas chinesas.¹⁶⁶ Ou seja, apesar do estreitamento do relacionamento, os parceiros mais importantes da Hungria continuam a ser os países ocidentais.

É possível, também, fazer um contraste entre a relação luso-chinesa com a relação sino-húngara. Apesar das diferenças, tanto Portugal como a Hungria procuraram estreitar a relação com a China no seguimento da crise de 2010/2011. O que para os dois países europeus era uma relação essencialmente económica, rapidamente evoluiu para uma relação política, fruto da vontade chinesa de encontrar pontos de entrada na política europeia. Porém, assistimos a uma

¹⁶² Mikko Huotari, Miguel Otero-Iglesias, John Seaman e Alice Ekman, 2015, op. cit., pp. 41-46.

¹⁶³ Erik Brattberg, Phillipe Le Corre, Paul Stronski, Thomas de Waal, 2021, op. cit.

¹⁶⁴ Keegan Elmer, “Budapest stands with Beijing in opposing Taiwan’s membership of World Health Organisation”. South China Morning Post, 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3084588/budapest-stands-beijing-opposing-taiwans-membership-world>

¹⁶⁵ Hungary Today, “Orbán Praises Chinese Companies in Hungary, China’s Silk Road Plan”. Disponível em: <https://hungarytoday.hu/orban-chinese-companies-hungary-china-silk-road/>

¹⁶⁶ Daily News Hungary, “More than 300,000 jobs created by German companies in Hungary Source: dailynewshungary.com <https://dailynewshungary.com/more-than-300000-jobs-created-by-german-companies-in-hungary/>”. Disponível em: <https://dailynewshungary.com/more-than-300000-jobs-created-by-german-companies-in-hungary/>

maior alavancagem, por parte da Hungria, da sua relação com a China junto dos parceiros europeus.

Grécia

Ao contrário da relação Hungria-China, há registos de encontros entre os chineses e os gregos desde os tempos de Alexandre o Grande, no século IV a.c.¹⁶⁷ Contudo, devido ao desenrolar da história de ambas as nações, a República da Grécia e a República Popular da China apenas estabeleceram relações diplomáticas em 1972. O Primeiro Ministro grego Andreas Papandreou realizou uma visita oficial à China em abril de 1986, em parte para contrabalançar os avanços na relação sino-turca. Ainda no mesmo ano, o Primeiro Ministro chinês Zhao Ziyang visitou também a Grécia na sua viagem pelos Balcãs. As relações continuaram a desenvolver-se, mas o grande ponto de viragem deu-se no princípio dos anos 2000.

No seguimento dos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004 houve uma aproximação entre a Grécia e a China, uma vez que Pequim estava a preparar as Olimpíadas em 2008, o primeiro grande evento internacional de grande protagonismo organizado pela China desde o século da humilhação chinesa. Depois da liberalização dos serviços portuários gregos em 2006, a China manifestou interesse no Porto de Pireu, refletido na visita do Primeiro Ministro grego Kostas Karamanlis à China no mesmo ano.¹⁶⁸

À semelhança do que se passou com Portugal e com a Hungria, o período de maior intensificação na relação bilateral sino-grega deu-se na sequência da Crise Global de 2008 e da Crise da Zona Euro de 2011. Como Portugal, a Grécia recorreu à Troika, trio internacional de credores, mas, ao invés de Portugal, necessitou de três resgates consecutivos.

A necessidade de ajuda externa levou à assinatura de 19 tratados e acordos entre a China e a Grécia em 2014, na visita do Primeiro Ministro chinês Li Keqiang à Grécia. Estes acordos visavam aumentar não só a cooperação política, como também a cooperação económica e comercial. Na altura, foi estimado que os acordos comerciais assinados tivessem um valor de 6,5 mil milhões de euros, tendo sido também estabelecidos centros culturais na Grécia e China. No seguimento destes desenvolvimentos, o presidente chinês Xi Jinping visitou a Grécia em

¹⁶⁷ Sima Qian, “Records of the Grand Historian of China”. New York: Columbia University Press, 2ª Edição 1993.

¹⁶⁸ Erik Brattberg, Phillipe Le Corre, Paul Stronski, Thomas de Waal, 2021, op. cit.

2015.¹⁶⁹ A Grécia é também um membro da BRI e, à semelhança de Portugal, criou um sistema de vistos *gold* que acabou por beneficiar maioritariamente os investidores chineses, que receberam cerca de 70% dos vistos emitidos. Em 2020, a China era a terceiro maior fonte de importações gregas, representando 8% das importações helénicas. No entanto, representava apenas 3% das exportações, sendo o sexto maior destino de exportações da Grécia.¹⁷⁰

À semelhança da situação com a Hungria, a China também beneficiou politicamente da sua relação com Grécia dentro da União Europeia. Em 2016, os gregos bloquearam uma declaração da UE que apoiava uma decisão do Tribunal Internacional de Arbitragem referente ao Mar do Sul da China que não era favorável à China.¹⁷¹ A Grécia bloqueou também, em 2017, uma declaração da UE que criticava a China em matéria de direitos humanos.¹⁷² À semelhança do Governo de Orbán, o Governo grego de Tsipras, eleito em 2015, era também eurocético e estas ações foram vistas como oportunistas. Em anos recentes, a Grécia tem-se posicionado com os seus aliados tradicionais ocidentais em várias matérias sensíveis, como no tema 5G.

Em anos recentes houve vários projetos que não avançaram, nomeadamente, o Banco Nacional da Grécia não quis vender a sua seguradora a investidores chineses em 2018 e o Grupo Fosun, em 2019, recuou num acordo que tinha assinado para investir 200 milhões de dólares num aeroporto helénico.¹⁷³ Como mencionado, a Grécia mostrou-se também reticente em adotar tecnologia 5G chinesa e, em 2021, o Governo grego recusou a proposta da China State Grid que visava aumentar a participação de 24% para 49% na empresa grega Independent Power Transmission Operator.¹⁷⁴

Para perceber melhor a relação sino-grega, é crucial analisar o investimento feito pelos chineses no Porto de Pireu. Em 2008, a uma empresa estatal chinesa, a COSCO, investiu neste

¹⁶⁹ Mikko Huotari, Miguel Otero-Iglesias, John Seaman e Alice Ekman, 2015, op. cit., pp. 36-41.

¹⁷⁰ Erik Brattberg, Phillipe Le Corre, Paul Stronski, Thomas de Waal, 2021, op. cit.

¹⁷¹ Robin Emmott, “EU’s Statement on South China Sea Reflects Divisions”. Reuters, 2016. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/southchinasea-ruling-eu-idUSL8N1A130Y>.

¹⁷² Nick Cumming-Bruce e Somini Sengupta, “In Greece, China Finds an Ally Against Human Rights Criticism”. New York Times, 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/06/19/world/europe/china-human-rights-greece-united-nations.html>.

¹⁷³ Eugenia Tzortzi, “‘No’ From EIB to Gongbao for National Insurance”. Kathimerini, 2018. Disponível em: <https://www.kathimerini.gr/economy/business/990497/ochi-apo-ete-se-gongbao-gia-tin-ethniki-asfalistiki/>; Stelios Bouras, “Foreign investors cool on Hellinikon Project”. Business Daily, 2021. Disponível em: https://www.businessdaily.gr/english-edition/37713_foreign-investors-cool-hellinikon-project

¹⁷⁴ Giannis Seferiadis, “Greece Joins ‘Anti-Huawei Camp’ as US Seals Stronger Ties”. Nikkei, 2020. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Huawei-crackdown/Greece-joins-anti-Huawei-camp-as-US-seals-stronger-ties>.

porto.¹⁷⁵ A China vê o Porto de Pireu como uma peça fundamental da BRI e um ponto importante de entrada na Europa. Em 2016, a empresa acabou por comprar 67% da sociedade portuária, que gere o Porto de Pireu, por 369 milhões de euros, ficando também com a concessão do porto até 2052. Por outro lado, a COSCO prometeu também a realização de mais investimentos no porto até 2021, de modo a dinamizar a economia local. Caso não realizasse os investimentos, ficaria apenas com uma participação de 51%.¹⁷⁶

A análise inicial do investimento chinês na Grécia, aponta para uma relação proveitosa. Entre 2009 e 2018, o volume de contentores que passou pelo porto aumentou cerca de seis vezes, para 4,9 milhões.¹⁷⁷ O porto passou a ser o sexto maior da Europa e o trigésimo segundo no mundo.¹⁷⁸ O Porto de Pireu conseguiu também atrair o negócio de empresas como a Hewlett Packard, a Maersk e a Mediterranean Shipping Company.¹⁷⁹ Contudo, o projeto sofreu também bastante desgaste. Apenas 58% do investimento prometido até meio de 2021 tinha sido completado e, inclusive, parte dos investimentos no porto foram financiados com fundos da UE. Políticos e negócios locais expressaram o seu descontentamento e desilusão com o projeto e os donos dos barcos queixaram-se de dificuldades de acesso ao mercado chinês e assimetria na concorrência.¹⁸⁰

Traçando o paralelo com os casos húngaro e português, vemos um certo padrão no desenvolvimento das relações bilaterais entre estas nações europeias e a China. Após as duas crises de 2008 e 2011, estes três países voltaram-se para a China em busca de investimento externo devido à falta de recursos. Nos casos português e grego, devido aos resgates que foram sujeitos, a relação assumiu contornos mais económicos que políticos. No caso húngaro, a componente política da relação bilateral com a China assumiu um papel de maior destaque, em larga medida devido à sua relação com a UE e ao regime interno do país.

¹⁷⁵ Liu Qianqian e Polyxeni Davarinou, “Sino-Greek Economic Cooperation: COSCO’s Investment in the Port of Piraeus”. *IDS Bullentin*, Volume 50, Número 4, 2019, pp. 109-125.

¹⁷⁶ *Jornal de Negócios*, “Grécia cede à China 67% do porto do Pireu até 2052”. Disponível em: https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/grecia_cede_a_china_67_do_porto_do_pireu_ate_2052

¹⁷⁷ Olaf Merk, “China’s Participation in European Container Ports: Drivers and Possible Future Scenarios”. *Revue Internationale et Stratégique*, Número 117, 2020, pp. 41-53.

¹⁷⁸ Eurostat, “Top 20 ports handling containers, 2008-2018”. Disponível em:

[https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:Top_20_ports_handling_containers,_2008-2018_\(thousand_TEUs\).png](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:Top_20_ports_handling_containers,_2008-2018_(thousand_TEUs).png); Loyds List, “One Hundred Ports 2020”. Disponível em: <https://lloydslist.maritimeintelligence.informa.com/one-hundred-container-ports-2020>

¹⁷⁹ *Ibid.*; Mikko Huotari, Miguel Otero-Iglesias, John Seaman e Alice Ekman, 2015, *op. cit.*, pp. 36-41.

¹⁸⁰ Erik Brattberg, Phillipe Le Corre, Paul Stronski, Thomas de Waal, 2021, *op. cit.*

Alemanha

Devido à conturbada história da Alemanha como estado-nação, esta secção foca-se apenas na relação entre a Alemanha e a China no período posterior à Guerra Fria. Dado o curto espaço de tempo, é possível separar a relação entre os dois países em duas fases distintas: uma fase de crescente aproximação, desde 1990 até à primeira metade da década de 2010, e uma segunda fase de paulatino distanciamento desde a segunda metade da década de 2010 até ao presente. Também é necessário ter em conta a diferença do nível económico da Alemanha e de Portugal, da Hungria e da Grécia. Em 2021, a Alemanha foi a quarta maior economia do mundo, com um PIB de 4.223 mil milhões de dólares. Em comparação, Portugal foi a 49ª maior economia com um PIB de 250 mil milhões de dólares, a Grécia a 52ª maior economia com um PIB de 216 mil milhões de dólares e a Hungria a 56ª maior economia com um PIB de 182 mil milhões de dólares.¹⁸¹

Favorecer as relações com a China foi um dos objetivos do Governo de Helmut Kohl que, em 1993, traçou a sua política externa asiática e, em 1995, visitou a China tornando-se o primeiro chanceler alemão a visitar o país desde os acontecimentos da Praça de Tiananmen.¹⁸² À semelhança de muitos outros parceiros ocidentais, a Alemanha adotou uma política externa com a China que seguia o princípio de *Wandel durch Handel*. Este princípio acreditava na “mudança através do comércio”, ou seja, ao integrar economicamente as economias alemã e chinesa, na China ia ocorrer uma natural liberalização e democratização. Esta postura foi adotada também com outros países, como por exemplo a Rússia.¹⁸³

Durante a primeira fase, a relação sino-germânica tornou-se progressivamente mais robusta, salvo casos pontuais de alguma fricção. Em 2004, a relação foi classificada como uma “parceria estratégica com responsabilidade global”, mas entre 2007 e 2010 as relações diplomáticas esfriaram devido a uma visita do Dalai Lama à chancelaria alemã. No entanto, em 2010 a relação passou a ser designada de “parceria estratégica”, marcando o fim da tensão política e, em 2011, foram assinados 22 acordos bilaterais. Foram postos em prática vários mecanismos de diálogo e houve múltiplas visitas e consultas diplomáticas ao longo dos anos,

¹⁸¹ World Bank, “GDP (current US\$)”, op. cit.

¹⁸² Mikko Huotari, Miguel Otero-Iglesias, John Seaman e Alice Ekman, 2015, op. cit., pp. 30-36; South China Morning Post, “Kohl to make rare PLA visit”. Disponível em: “<https://www.scmp.com/article/138269/kohl-make-rare-pla-visit>”

¹⁸³ Roderick Kefferpütz, “Shifting Politics: The Future of Germany’s China Policy”. Institute Montaigne, 2022. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/analysis/shifting-politics-future-germanys-china-policy>

visando aumentar cooperação em três áreas: economia, cultura e sociedade civil, e domínio científico.¹⁸⁴

Devido ao peso das exportações na economia alemã, que contribuíram para mais de 50% do PIB na década de 2010, percebemos a importância da relação econômica com a China, para a Alemanha.¹⁸⁵ A China tem sido, e é, o maior parceiro comercial alemão, tendo o volume comercial entre os dois países chegado aos 245 mil milhões de euros em 2021. Fruto dos elevados lucros das multinacionais alemãs presentes na China, as elites políticas alemãs foram pressionadas a ignorar problemas como furto de propriedade intelectual e protecionismo chinês.¹⁸⁶

Ao contrário dos casos português, húngaro e grego, a Alemanha investiu fortemente na China. O montante total de IDE Alemão na China chegou aos 40 mil milhões de euros, com mais de 5000 empresas alemãs presentes no território chinês, contrastando com um stock de IDE chinês na Alemanha de 7 mil milhões de euros. Estes investimentos e exportações alemãs, bem como a criação de *joint ventures*, foram importantes para a China que beneficiou de conhecimentos técnicos e tecnologia estrangeira que não possuía.¹⁸⁷

Em 2016, o Midea Group, uma empresa chinesa, fez uma oferta de cinco mil milhões de dólares para comprar a Kuka, uma empresa robótica alemã.¹⁸⁸ Este evento marcou um ponto de viragem nas relações bilaterais entre a China e Alemanha, pois a Kuka era vista como uma das empresas mais importantes na Alemanha. O Governo não dispunha de meios legais para bloquear a aquisição e, não sendo capaz de encontrar outro comprador, não conseguiu evitar a venda aos chineses. Noutro episódio, o Governo americano obrigou o Governo alemão a travar a aquisição chinesa da empresa Aixtron, pois este produtor de *chips* eletrónicos fornecia componentes utilizados em sistemas de defesa americanos. O Governo alemão já tinha aprovado a transação, revelando lacunas na sua abordagem ao IDE. Em paralelo, o Governo

¹⁸⁴ Mikko Huotari, Miguel Otero-Iglesias, John Seaman e Alice Ekman, 2015, op. cit., pp. 30-36

¹⁸⁵ Ibid.

¹⁸⁶ German Federal Foreign Office, “Germany and China: Bilateral relations”. Disponível em: <https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/laenderinformationen/china-node/china/228916>; Noah Barkin, “Germany’s Strategic Gray Zone with China”. Carnegie Endowment for International Peace, 2020, pp. 1-7.

¹⁸⁷ Mikko Huotari, Miguel Otero-Iglesias, John Seaman e Alice Ekman, 2015, op. cit., pp. 30-36

¹⁸⁸ Kane Wu, Eyk Henning e Christopher Alessi, “China’s Midea Offers \$5 Billion for German Robot Maker Kuka”. The Wall Street Journal, 2016. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/chinas-midea-group-announces-bid-for-germanys-kuka-1463556160>

chinês estava a aumentar o protecionismo económico e as empresas chinesas estavam a chegar a um nível de paridade com as empresas alemãs, criando mais tensão competitiva.¹⁸⁹

Estes casos mostraram que a relação sino-germânica era vista por Pequim e Berlim de formas distintas. Para Pequim, a relação sempre foi concomitantemente económica e política, dado que a China queria avançar no seu plano de industrialização e ter acesso a tecnologia de ponta. Ao alcançar um certo nível de paridade tecnológica e científica, o Governo chinês começou a exercer um maior controlo sobre a economia.¹⁹⁰ No entanto, para a Alemanha a relação era primariamente de cariz económico, relegando a natureza política da mesma para segundo plano fruto da crença que integração económica levaria à liberalização política e comercial da RPC.

A partir de 2016, a atitude alemã alterou-se. Em 2017, Sigmar Gabriel, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, realizou reuniões regulares com os outros ministérios para avaliar os riscos de exposição à China, tanto ao nível estatal como ao nível federal na Alemanha. No mesmo ano, a Alemanha juntou-se à Itália e à França para criar na EU um mecanismo de triagem de aquisições por parte de agentes estrangeiros. Em consequência, o pico do IDE chinês na UE foi em 2016, e tem vindo a descer sucessivamente desde então.¹⁹¹ A Alemanha optou também por não integrar a BR, e procura agora fortalecer as suas relações económicas com estados democráticos do Indo-Pacífico, em detrimento da China.¹⁹² Mais recentemente, discórdias sobre o Taiwan, o Mar do Sul da China e Hong Kong levaram a um maior afastamento. Em resultado, o Governo alemão classificou a China, em linha com a UE, como um “parceiro, mas também competidor e rival sistémico”, sendo que existem “diferenças fundamentais de opinião, especialmente em relação a direitos humanos, liberdades individuais, questões relativas a lei internacional, à ordem liberal internacional e à interpretação de multilateralismo.”¹⁹³

Em conclusão, é possível perceber que a relação sino-germânica é bastante diferente dos outros exemplos analisados neste trabalho, devido à natureza simbiótica da relação. Nos exemplos da Grécia, Hungria e Portugal, ao invés de representar um parceiro comercial de longa data, a China representava uma opção de último recurso para obter investimento,

¹⁸⁹ Noah Barkin, 2020, op. cit., pp. 1-7.

¹⁹⁰ Ibid.

¹⁹¹ Ibid.

¹⁹² Rafał Ulatowski e Joseph Hills, “How Germany is changing its China strategy”. Chatham House, 2022.

Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2022/05/how-germany-changing-its-china-strategy>

¹⁹³ German Federal Foreign Office, op. cit.

funcionando também como alternativa à UE. A simbiose sino-germânica advém, por um lado, da China ter sido recetora de elevados montantes de IDE alemão e proporcionar, por outro lado, um mercado de exportações muito atrativo para as empresas alemãs, tendo mesmo sido o maior destino de exportações germânicas em anos recentes. Além da simbiose, a relação assumiu durante muitos anos uma vertente mais económica do que política, devido ao peso e robustez das duas economias, contrastando também com os exemplos analisados até agora, vistos por Pequim através uma ótica mais política que económica.

Capítulo II: A dimensão externa das relações luso-chinesas

II. I. Política Externa Portuguesa entre 2010 – 2021

Como mencionando, as relações entre Lisboa e Pequim são muito antigas e, inevitavelmente, inserem-se no modelo de política externa portuguesa. Assim sendo, uma visão geral sobre as relações diplomáticas de Portugal justifica-se.

Certas características geográficas de Portugal contribuíram para a definição da ação externa, designadamente, a dimensão do país, as fronteiras com a Europa e com o Oceano Atlântico e a vizinhança com Espanha. Por conseguinte, as linhas orientadoras da política externa portuguesa desde o século XV até à transição para a democracia desenvolveram-se em torno da tensão continental com Espanha e da procura de alternativas no Atlântico. Efetivamente, a dimensão atlântica pautava-se pela relação privilegiada com a potência marítima vigente, inicialmente a Inglaterra e mais tarde, os Estados Unidos da América e a NATO e pela questão colonial de defesa do Império. Neste sentido, seguiu-se uma política de costas viradas para o continente e de rejeição da integração europeia, que durou até à transição para a democracia.¹⁹⁴

O 25 de Abril abriu o caminho para instauração da democracia e para o processo de descolonização. O período inicial de transição, entre 1974 e 1976, ficou marcado pela indefinição da política externa portuguesa, apresentando indícios terceiro-mundistas de relações privilegiadas com as antigas colónias. Só depois de 1976, com a consolidação da democracia, é que Portugal se assume ocidental: atlântico, na relação com os EUA, NATO e Inglaterra; e europeu, como escolha estratégica e política e não apenas por motivos práticos e

¹⁹⁴ Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, “Portugal e a integração europeia, 1945-1986: a perspectiva dos actores”. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.

financeiros.¹⁹⁵ Desde então e até à atualidade, a Europa e o Atlântico têm sido centrais na política externa portuguesa, bem como as relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o Brasil. Outra inovação recente da inserção internacional portuguesa prende-se com a política externa de valores, em que as linhas orientadoras das relações externas de Portugal devem ter como princípios normativos subjacentes a democracia, o estado de direito e a segurança humana.¹⁹⁶

Concretamente, no período em análise, importa referir a crise da dívida europeia uma vez que teve consequências profundas na definição da orientação externa de Portugal. Como foi mencionado acima, a Europa, após a transição para a democracia, foi para Portugal, o vetor prioritário da sua política externa pois, enquanto membro da União Europeia, Portugal consegue uma maior projeção e possibilidade de prossecução dos seus objetivos internacionais.¹⁹⁷ No entanto, o papel principal e incontestável que a Europa teve na ação externa portuguesa desde a consolidação da democracia e integração na CEE, sofreu significativas perturbações com a crise. A debilidade da moeda europeia numa recessão, a dimensão da crise e das medidas implementadas em Portugal vieram contestar a unanimidade em torno da linha europeísta da política externa portuguesa. A crise veio também consolidar o poder alemão no e reforçar a posição central da Alemanha na definição da orientação externa europeia. Para Portugal, tal refletiu-se num alinhamento absoluto com a Alemanha com o objetivo de ultrapassar com sucesso as dificuldades financeiras e recuperar credibilidade externa.¹⁹⁸

Contudo, há autores que afirmam que, nesta fase, assistimos a uma “deseuropaização” de Portugal na medida em que se procurou desenvolver relações com parceiros fora da Europa, nomeadamente com países de África, da Ásia e América Latina, tendo a “opção lusófona” e o triângulo estratégico entre Portugal, Angola e Brasil ganhado especial relevância.¹⁹⁹ A lusofonia apresenta-se como a principal alternativa às opções tradicionais da política externa,

¹⁹⁵ *Ibidem*.

¹⁹⁶ Nuno Severiano Teixeira, “Breve ensaio sobre a política externa portuguesa”. *Relações Internacionais*, Vol. 28, 2010, pp. 51-61.

¹⁹⁷ Maria Raquel Freire e Rafaela Rodrigues de Brito, “Ensaio Bibliográfico Estudos sobre a Política Externa Portuguesa após 2000”. *Relações Internacionais*, Vol. 28, 2010, pp. 157-179.

¹⁹⁸ Tiago Moreira de Sá, “Política Externa Portuguesa”. *Fundação Francisco Manuel dos Santos*, Vol. 56, 2015, pp. 66-67.

¹⁹⁹ Teresa de Sousa e Carlos Gaspar, “Portugal, a União Europeia e a Crise”. *Relações Internacionais*, Vol. 48, 2015, pp. 99-114.

no âmbito das relações económicas e de segurança e defesa, através de vínculos bilaterais e multilaterais, como a CPLP.²⁰⁰

Relativamente à relação com a potência atlântica, observou-se um relegar das relações com Washington para segundo plano, evidente na redução da participação de Portugal em operações da NATO e na redução da presença militar americana na Base das Lajes.²⁰¹ No entanto, como explica Tiago Moreira de Sá, a relação com os EUA e a NATO é de suma importância para Portugal no âmbito da defesa e segurança.²⁰² Consequentemente, é vital que Portugal foque a sua atenção na zona do Atlântico e na relação transatlântica com os EUA, enquanto membro da UE, para manter os laços de segurança e garantir a defesa do seu território e zona económica exclusiva.²⁰³

Outra consequência da crise europeia foi a alteração do equilíbrio existente entre a Europa e o Atlântico.²⁰⁴ As dificuldades financeiras e o crescente poder alemão promoveram a pertinência da aposta na dimensão atlântica e lusófona que pretende ligar o Atlântico de Norte a Sul tendo como veículo de ligação Portugal. Isto é, Portugal no centro da articulação entre os EUA, Canadá e Europa, entre a Europa, o continente africano e o Brasil e entre o Atlântico Sul e Norte.²⁰⁵

Ainda fruto da situação financeira que Portugal atravessou entre 2011 e 2015, houve uma reforçada aposta na diplomacia económica como pilar da política externa portuguesa.²⁰⁶ A importância da diplomacia económica é observável internacionalmente e deve-se à globalização e crescente interligação das economias mundiais, aproximando objetivos externos e internos e aumentando o peso da economia no binómio política-economia a nível internacional.²⁰⁷ Para compreender o racional utilizado por Portugal para adoção desta estratégia de política externa, é necessário esclarecer o que se entende por diplomacia económica. A definição de diplomacia económica não é consensual uma vez que há autores que defendem que a diplomacia económica é diferente da comercial. Alguns autores defendem

²⁰⁰ Tiago Moreira de Sá, 2015, op. cit., p. 84

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Tiago Moreira de Sá, 2015, op. cit., pp. 78-84.

²⁰³ Cristiano Cabrita, "O Vector Transatlântico da Política Externa Portuguesa", em "Política Externa Portuguesa Contemporânea". Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2019, pp. 145-180.

²⁰⁴ Teresa de Sousa e Carlos Gaspar, 2015, op. cit., p. 106.

²⁰⁵ Tiago Moreira de Sá, 2015, op. cit., pp. 89-90.

²⁰⁶ António Raimundo, Stelios Stavridis e Charalambos Tsardanidis, "The Eurozone crisis' impact: a de-Europeanization of Greek and Portuguese foreign policies?". *Journal of European Integration*, Vol. 43, Num. 5, 2021.

²⁰⁷ Pedro Ponte e Sousa, "A Diplomacia Económica na Política Externa Portuguesa Contemporânea - Problemas Teórico-Conceptuais". *Relações Internacionais*, Vol. 61, 2019, pp. 48-49.

que a diplomacia económica trata das questões da política internacional como a relação com organizações económicas e a imposição de sanções negativas ou positivas e a diplomacia comercial aborda matérias de trocas comerciais e investimento direto estrangeiro. Outros autores defendem que os conceitos são equivalentes e, se tanto, a diplomacia comercial é um subcampo da económica.²⁰⁸ Ainda assim, por uma questão de clareza, nesta investigação, decidimos utilizar a definição apresentada por Tiago Moreira de Sá.

“Estado na linha da frente do desenvolvimento das relações económicas do país, procurando a sua referida diversificação, que passa pela busca de novas fontes de investimento, pelo apoio à internacionalização das empresas, pela promoção internacional da máquina produtiva nacional, pela credibilização do comportamento económico e financeiro do Estado, ou pela atração de oportunidades de negócio.”²⁰⁹

Tendo em conta a definição acima apresentada, a recém relevância da diplomacia económica na política externa portuguesa clarifica-se. No contexto da crise europeia e numa altura em que a situação financeira em Portugal era particularmente débil, foi necessário ao Estado português diversificar as suas relações económicas para atrair investimento e recuperar a confiança externa na economia nacional.²¹⁰

É nesta conjuntura que a China assume algum destaque na ação externa de Portugal dado que a política externa portuguesa procurou novos parceiros estratégicos económicos.²¹¹ Perante o enfraquecimento europeu devido à crise da dívida, Portugal beneficiou da relação bilateral com a China e focou-se no desenvolvimento de laços económicos, no espaço da diplomacia económica. Mais recentemente, com o fim do programa de resgate, a relação luso-chinesa recentrou-se em volta da orientação europeia.²¹²

Em suma, desde 2010 a política externa portuguesa foi marcada pela crise na Zona Euro que levou à consolidação da diplomacia económica e ao aumento da influência de países como a China dado que as prioridades se centraram na recuperação financeira.

²⁰⁸ Ibid., p. 50.

²⁰⁹ Tiago Moreira de Sá, 2015, op. cit., p. 90.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Teresa de Sousa e Carlos Gaspar, 2015, op. cit., pp. 107.

²¹² António Raimundo, Stelios Stavridis e Charalambos Tsardanidis, 2021, op. cit.

II. II. Política Externa Chinesa entre 2010 - 2021

Para compreender as relações sino-portuguesas, é necessário analisá-las no contexto da política externa chinesa e da nova Rota da Seda, onde se inserem os investimentos chineses na Europa e em Portugal.

De acordo com Howard French, Tian Xia ou “*Everything Under the Heavens*” é um conceito fundamental para perceber a visão chinesa da ordem internacional. Para a China, dada a sua história milenar e imperial, a sua posição no palco internacional é de ascendência natural sobre tudo aquilo que se encontra debaixo dos céus. Este conceito define uma ordem hierarquizada onde as relações são baseadas na deferência ao Estado chinês, o que reflete a visão chinesa da geopolítica internacional, de domínio regional e internacional. Esta ideia milenar reflete-se, atualmente, naquela que foi a principal inovação da política externa chinesa dos últimos anos, a iniciativa *Belt and Road*. Esta estratégia, trazida a público em 2013 pelo recém-eleito Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês (PCC) e Presidente da RPC Xi Jinping, visa criar uma rede complexa de vínculos económicos e políticos entre a China e países parceiros com o objetivo de fomentar interdependência e conectividade.²¹³

A iniciativa *Belt and Road* é o instrumento do “Sonho Chinês”. Esta ideia começou a entranhar-se na sociedade chinesa ainda com Hu Jintao, mas foi Xi Jinping que institucionalizou a visão de um caminho, espírito e poder chineses.²¹⁴ O sonho de Xi Jinping é um sonho coletivo, de uma nação que alia as “expetativas materiais” às “ideias, aspirações e esperanças” da população chinesa, e que se concretiza na China enquanto nação próspera e potência internacional.²¹⁵

Para cumprir este sonho, Xi Jinping anunciou em 2013 a Nova Rota da Seda inspirada na Rota da Seda de séculos passados. Em termos práticos, a iniciativa *Belt and Road* é um projeto intercontinental de construção de infraestruturas, que visa o investimento e desenvolvimento dos países aderentes. Contudo, esta iniciativa é muito mais do que um ambicioso empreendimento de infraestruturas: é uma estratégia que visa aprofundar a conectividade entre a China e o resto do mundo, não por meio de tratados e de regras

²¹³ Howard W. French, “Everything Under the Heavens: How the Past Helps Shape China’s Push for Global Power”. 1ª Edição. Nova Iorque. Alfred A. Knopf, 2017.

²¹⁴ Antonio Talia, “China’s National Dream Needs Chinese Power: The New Era in Xi’s Thought”. Instituto per gli Studi di Politica Internazionale, 2018, p. 3 em Vasco Rato, 2020, op. cit., p. 84.

²¹⁵ Peter Ferdinand, “Westward ho—the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping”. *International Affairs* 92.4, 2016, pp. 941-957. Kerry Brown, “The new emperors: power and princelings in China”. Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris, 2014, pp. 206-208 em Peter Ferdinand, 2016, op. cit.

estabelecidas, mas através de cooperação flexível, cuja finalidade última, enquanto instrumento de política externa, é a de projetar a China para a esfera do poder global, provocando uma disrupção da ordem internacional liberal e do equilíbrio de poder que a sustenta.²¹⁶

O projeto, que tem atualmente 147 participantes²¹⁷, divide-se em duas vertentes, a terrestre e a marítima.²¹⁸ A Faixa Económica da Nova Rota da Seda engloba seis corredores terrestres que ligam a China à Ásia Central, ao Médio Oriente e à Europa²¹⁹ e a Rota da Seda Marítima do século XXI, com a qual a China pretende desenvolver portos que a conectem pelo mar, inclui os países do Sudeste Asiático, Médio Oriente, África e Europa. O financiamento e desenvolvimento destes projetos está a cargo de bancos e empresas chinesas que procuram, através de empréstimos, “construir estradas, centrais eléctricas, portos, caminhos de ferro, redes 5G, e cabos de fibra óptica em todo o mundo”²²⁰, com o objetivo colocar a China no centro do financiamento, investimento e comércio das regiões abrangidas pela iniciativa *Belt and Road* e, conseqüentemente, sedimentar a sua posição como líder económico e político, regional e internacionalmente.²²¹

De acordo com o plano de ação do Governo chinês, apresentado em 2015, o objetivo da iniciativa *Belt and Road* é o de “promover a conectividade dos continentes asiático, europeu e africano e dos seus mares vizinhos, estabelecer e reforçar as parcerias entre os países ao longo da *Belt and Road*, criar redes de conectividade multidimensionais, e promover desenvolvimento diversificado, independente, equilibrado e sustentável nestes países”.²²² Para alcançar este objetivo, a RPC propõe que se aprofunde a cooperação em cinco esferas de atuação: a coordenação de políticas, particularmente a promoção da cooperação intergovernamental, a conectividade de infraestruturas, o comércio livre com a redução de barreiras comerciais e incentivo à integração económica, a integração financeira no que diz

²¹⁶ Vasco Rato, 2020, op. cit.

²¹⁷ Green Finance and Development Center, “Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)”. Disponível em: <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>

²¹⁸ Jacob J. Lew, Gary Roughead, Jennifer Hillman e David Sacks, “China’s Belt and Road: Implications for the United States”. Council on Foreign Relations, Independent Task Force Report No. 79, 2021.

²¹⁹ Novo Corredor Económico Terrestre da Eurásia (NELBEC); China - Mongólia - Corredor Económico da Rússia (CMREC); China - Ásia Central - Corredor Económico da Ásia Ocidental (CCWAEC); China - Corredor Económico da Península da Indochina (CICPEC); Bangladesh - China - Índia - Corredor Económico de Mianmar (BCIMEC); China - Corredor Económico do Paquistão (CPEC)

²²⁰ David Sacks, “Countries in China’s Belt and Road Initiative: Who’s in And Who’s Out”. Council on Foreign Relations, 2021. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/countries-chinas-belt-and-road-initiative-whos-and-whos-out>.

²²¹ Jacob J. Lew, Gary Roughead, Jennifer Hillman, e David Sacks, 2021, op. cit.

²²² The State Council of The People’s Republic of China, “Action plan on the Belt and Road Initiative”, 2015. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm.

respeito à política monetária e à criação de instituições financeiras e, por fim, as ligações interpessoais que abrangem a cooperação cultural e académica.²²³

A iniciativa *Belt and Road*, enquanto projeto geopolítico de conectividade que pretende criar um mundo interligado e interdependente, junta três tipos de *stakeholders*: a China, os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. Para a China, a BRI reflete a preocupação crescente de contrabalançar os EUA face ao pivot asiático americano²²⁴ e de sedimentar o seu posicionamento no mundo multipolar globalizado, através da exportação do modelo e normas chineses e da crescente influência junto das organizações internacionais. Adicionalmente, esta estratégia quer manter os níveis de crescimento económico chinês²²⁵, procurando evitar a armadilha do rendimento médio²²⁶, através de oportunidades de investimento, fortalecimento das exportações, mitigação de falhas a nível energético e incentivo ao consumo interno. Os países em desenvolvimento encontram na iniciativa *Belt and Road* fundos para a construção de infraestruturas, em troca de boa vontade política. Por fim, a interação *win-win* entre a China e os países desenvolvidos, estabelece-se com o aprofundamento da relação comercial, isto é, um lucrativo mercado de exportação para a China, e para a Europa a resposta às suas necessidades de importação. Ademais, os países desenvolvidos beneficiam do aumento do investimento de parte a parte, mais uma vez em troca de proveitos políticos. Dada a sua envergadura, esta estratégia espelha bem a competição acérrima pelo domínio da ordem internacional liberal.²²⁷

Considerando a vasta pretensão geográfica, política e económica da *Belt and Road*, a sua importância para a política externa chinesa era previsível, mas foi a oficialização, em 2017, aquando da inscrição desta estratégia na constituição do Partido Comunista Chinês, que a

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ O Pivot Asiático define a Ásia como foco principal da política externa norte americana e explicita a intenção de conter a ascensão da China através de esforços no sentido renovação da liderança dos EUA. Hillary Clinton, 2011, op. cit., pp. 56-63.

²²⁵ Para mais informações sobre o crescimento económico chinês após a sua adesão a Organização Mundial do Comércio: Stewart Paterson, 2018, op. cit.

²²⁶ A armadilha do rendimento médio refere-se à situação em que países de rendimento médio não conseguem transitar para economias de rendimento elevado devido ao aumento dos custos e declínio da competitividade. Breda Griffith, “Middle-income trap”. Em Nallari et al., “Frontiers in development policy”, 2011, pp. 39-43.

²²⁷ Carmen Mendes e Lorenzo Gagliano. “The Belt and Road Initiative: A New Platform in EU-China Cooperation?” *The Belt and Road Initiative*. Palgrave Macmillan, Singapore, 2020. pp. 239-253. Peter Frankopan. “The New Silk Roads: The Present and Future of the World”. London: Bloomsbury Publishing, 2018. Vasco Rato, 2020, op. cit. Jacob J. Lew, Gary Roughead, Jennifer Hillman, e David Sacks, 2021, op. cit. The State Council of The People’s Republic of China, 2015, op. cit. Peter Ferdinand, 2016, op. cit. Sit Tsui, Erebus Wong, Lau Kin Chi e Wen Tiejun, “One Belt, One Road: China’s Strategy for a New Global Financial Order”. *Monthly Review*, Vol. 68, No. 8, 2017. Sebastian Ibold, “Belt and Road Initiative”. Disponível em: <https://www.beltroad-initiative.com/info/>.

elevou a pilar fundamental da estratégia diplomática chinesa e assegurou a sua manutenção no futuro.²²⁸ Assim sendo, pode afirmar-se que as linhas orientadoras da política externa chinesa se pautam por estratégias de alcance global e de elevação da China a potência no plano mundial, pretendendo promover o poder chinês e criar uma nova Ordem Mundial liderada pela China, através da interligação económica entre Pequim e parceiros. Ao conceder financiamento, aumentar o comércio e intensificar o investimento, a China quer estreitar vínculos com os países que participam na BRI para que, mais tarde, e quando necessitar, possa colher proveitos políticos.²²⁹

Alguns críticos alertam para os perigos desta estratégia na medida em que o envolvimento de alguns países na *Belt and Road* se traduz num comprometimento da sua autonomia futura por ajudas económicas no presente. Ao criar dívidas incomportáveis nos países parceiros, estes últimos são levados a ceder controlo das infraestruturas ao seu credor, a China, que passa a controlar pontos críticos regionais. Entre os principais opositores desta iniciativa está a Índia, que tem vindo a expor os desígnios chineses de domínio asiático. Outro motivo de preocupação prende-se com a crescente influência de Pequim em Bruxelas e nos países vizinhos da UE.²³⁰

Dos vetores de atuação da iniciativa *Belt and Road* destaca-se a Europa como foco crucial desta estratégia. Como já foi detalhado, a relação diplomática UE-China teve início em 1975, mas nem sempre foi fácil. Ainda assim, em 2003, a China e a União Europeia tornaram-se, de acordo com os próprios, parceiros estratégicos. Esta parceria, do ponto de vista económico, resultou num aprofundamento da relação comercial que conduziu a um desequilíbrio da balança comercial da UE face à China. Adicionalmente, sentem-se algumas iniquidades na Europa no que diz respeito ao acesso ao mercado e *know-how* chinês e à proteção da propriedade intelectual. Consequentemente, quando a iniciativa *Belt and Road* foi anunciada, as reações iniciais na Europa foram de alguma suspeição. Todavia, embora a UE conserve algumas reticências relativamente ao projeto chinês, os países europeus têm aderido paulatinamente à iniciativa. De facto, em 2018, a China e a UE afirmaram o mútuo empenho na cooperação, multilateralismo, comércio e conectividade sob a égide da iniciativa *Belt and Road*. A relação UE-China no contexto da *Belt and Road*, traduz-se principalmente, pelo mecanismo de investimento 14+1 entre a China e os países da Europa de Leste e pela captação

²²⁸ Vasco Rato, 2020, op. cit.

²²⁹ Bruno Mações, “Belt and Road, A Chinese World Order”. 1ª Edição. Reino Unido. Hurst & Company, 2018.

²³⁰ Alyssa Ayres, “India Objects to China's Belt and Road Initiative—and It Has a Point”. Council on Foreign Relations, 2017.

de investimento chinês por parte dos países do Sul da Europa. Estes últimos, que assinaram um Memorando de Entendimento com a China e onde se insere Portugal, viram no investimento chinês uma resposta à crise financeira de 2010/2011.²³¹

Resumidamente, Xi Jinping veio transformar a política externa da China que passou de procurar manter um perfil discreto para uma diplomacia de grande país. A estratégia do atual Presidente chinês, a Diplomacia do Lobo Guerreiro, como ficou conhecida, é agressiva e de oposição a qualquer crítica à liderança e políticas chinesas. Ademais, reconhecendo a China como potência em ascensão, atribuiu ao país um papel ativo nos assuntos internacionais.²³²

Capítulo III: Portugal e a China, uma história com cinco séculos

III. I. 1513 - 1949: relação comercial

Há cerca de quinhentos anos, por volta do ano 1513, estabeleciam-se os primeiros contactos entre Portugal e a China. A relação foi nos primeiros anos tormentosa, marcada por desconhecimento e desconfiança de parte a parte, tendo consistido, essencialmente, em trocas comerciais, muitas vezes ilícitas.²³³ O crescimento do comércio luso-chinês conduziu ao acordo de 1554 entre mercadores portugueses e autoridades chinesas e esteve na origem do estabelecimento, em 1557, de Macau como entreposto português.²³⁴ A partir desse momento a importância de Macau pautou a relação luso-chinesa.

Nos séculos que se seguiram, tanto Portugal como a China gozaram de soberania partilhada sobre Macau. Esta política beneficiava o comércio, permitia a convivência pacífica entre povos e proporcionou o adiantamento da autonomia administrativa na região. No século XIX, a questão de Macau voltou ao centro das relações entre Portugal e a China, com a imposição, em 1849, da soberania portuguesa e limitação dos poderes chineses sobre o território e, em 1887, com a assinatura do Tratado de Amizade e Comércio que reconheceu a autoridade portuguesa em Macau, não obstante a carência de legitimidade territorial. A imposição da soberania portuguesa em Macau deu-se na sequência do enfraquecimento da China devido às Guerras do Ópio. O tratado assinado pelo império chinês e reino português

²³¹ Carmen Mendes e Lorenzo Gagliano, 2020, op. cit.

²³² Jianwei Wang, “Xi Jinping’s ‘Major country diplomacy:’ A paradigm shift?”. *Journal of Contemporary China*, Vol. 28, Issue, 115, 2019, pp. 15-30.

²³³ Carmen Mendes, 2016, op. cit., pp. 396-422.

²³⁴ João de Deus Ramos, “Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau”. *Nação e Defesa*, 1990, pp. 165-166.

teve o apoio diplomático do Reino Unido, inserindo-se no conjunto dos Tratados Desiguais que obrigou a China a abrir-se e a ceder territórios e soberania às potências industriais, designadamente Hong Kong ao Reino Unido com o Tratado de Nanking.²³⁵ Desde então, e até 1949, data da criação da República Popular da China, as relações luso-chinesas mantiveram-se estáveis.²³⁶

O não reconhecimento da República Popular da China por parte do Governo português, liderado por António de Oliveira Salazar, causou o esfriamento das relações entre Pequim e Lisboa. Contudo, os líderes da recém-formada RPC não puseram em causa a presença portuguesa em Macau, uma vez que a conjuntura internacional da altura, isto é, os eventos que envolveram a China, os Estados Unidos e a Rússia, assim o sentenciaram. Para a recém formada RPC e para o PCC, a unificação da China era crucial, mas Mao Tse Tung tinha como prioridade depor o regime de Chiang-Kai-Chek, anexar Taiwan e só depois preocupar-se com Hong Kong e Macau²³⁷, o que permitiu a continuidade das administrações britânica e portuguesa nos respetivos territórios.²³⁸ Ademais, com a eclosão da Guerra da Coreia em 1950, os Estados Unidos, seguidos das Nações Unidas, restringiram o comércio com a China, o que deixou Pequim isolado internacionalmente.²³⁹ Neste contexto, Macau revelou-se indispensável para a China uma vez que possibilitou a entrada de dólares americanos e a importação e exportação de bens.²⁴⁰ Consequentemente, a administração portuguesa foi-se mantendo e, ainda que oficialmente não existissem relações diplomáticas entre Portugal e a China, as ligações *de facto* eram satisfatórias.²⁴¹

III. II. 1950 - 1999: a questão de Macau

Nos anos que se seguiram, o sentimento na RPC de que a ocupação portuguesa era ilegítima foi crescendo, bem como a vontade de recuperar a soberania. Assim, na sequência do

²³⁵ Vasco Rato, “Dragon Rejuvenated: Making China Greatest Again”. IDN, Lisboa, 39, 2020, p. 21. Arnaldo Gonçalves, “As relações políticas, diplomáticas e económicas de Portugal com a República Popular da China, mediadas por Macau”, 2009, pp. 3-4. Carmen Mendes, 2016, op. cit.

²³⁶ Carmen Mendes, “Portugal, China and the Macau negotiations, 1986-1999”. 1ª Edição. Hong Kong University Press, 2013. Carmen Mendes, 2016, op. cit.

²³⁷ Francisco Gonçalves Pereira, “Accommodating diversity. The People’s Republic of China and the «Question of Macau» (1949-1999)”. Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2013, p. 117, em Carlos Gaspar, “A China e a Questão de Macau”. Relações Internacionais, Lisboa. 43, 2014, pp. 110.

²³⁸ Carlos Gaspar, 2014, op. cit.

²³⁹ Xin-zhu J. Chen, “China and the US Trade Embargo, 1950-1972”. American Journal of Chinese Studies, Vol.13, No.2, 2006, pp. 169-186.

²⁴⁰ Richard Louis Edmonds and Herbert S. Yee, “Macau: From Portuguese Autonomous Territory to Chinese Special Administrative Region”, The China Quarterly, No. 160, December 1999, pp. 806-807.

²⁴¹ Carmen Mendes, 2013, op. cit.

episódio 1-2-3 da Revolução Cultural²⁴², Portugal reconheceu Macau como território chinês.²⁴³ É importante notar que embora o poder de facto pertencesse a Pequim, o status quo de administração portuguesa do território resistiu até 1999.

Portugal sofreu mudanças profundas e abruptas com a Revolução de 1974. A par da democratização do regime, iniciou-se o processo de descolonização, do qual Macau foi excluído porque, no caso deste território, o que se impunha era a sua restituição à China. Todavia, os Governos constitucionais portugueses fizeram esforços no sentido da reaproximação com Pequim e, por conseguinte, em 1979, a China e Portugal aceitaram as condições para o restabelecimento de relações diplomáticas. Portugal reconheceu Macau como território chinês e a RPC como único legítimo governante sobre a China e Taiwan. Mais tarde, em 1987, veio a público uma ata secreta do acordo de 79 que tratava da questão de Macau. Esta ata explicitava que haveria de se fazer a restituição, através de negociações, quando conveniente para os Governos de Portugal e da China e que embora a China fosse soberana em Macau, Portugal administraria o território chinês até à restituição.²⁴⁴

Antes de 1978, a importância de Macau para a China prendia-se com a necessidade de manter aberta uma porta para Ocidente, no contexto do isolamento internacional da China. No entanto, esta situação alterou-se com a política de Deng Xiaoping de abertura internacional e de unificação da China. Deste modo, a disposição chinesa de reaver Macau revelou-se determinante e as negociações com Portugal tiveram lugar entre 1986 e 1987.⁸ Das negociações resultou a Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau, assinada a 13 de Abril de 1987 por Cavaco Silva e Zhao Ziyang. Ficou acordado que “(...) o Governo da República Popular da China voltará a assumir o exercício da soberania sobre Macau a partir de 20 de Dezembro de 1999”, tendo a data sido considerado uma vitória para Portugal, que tinha como ponto de honra que a devolução de Macau tivesse uma data diferente e posterior à de Hong Kong. A obtenção de um regime misto de nacionalidade para os Macaenses foi igualmente considerada um resultado positivo das negociações entre Pequim e Lisboa.²⁴⁵ Adicionalmente, ficou assente que a Região Administrativa Especial de Macau, sob a bandeira

²⁴² O episódio 1-2-3 da Revolução Cultural teve lugar no dia 3 de Dezembro de 1966, quando as forças pró-Pequim em Macau se insurgiram contra o Governo de Macau, tentando derrubá-lo. A administração portuguesa declarou lei marcial tendo conseguido dominar os manifestantes e aliviar a tensão, mantendo o status quo.

²⁴³ Carmen Mendes, 2016, op. cit. Carlos Gaspar, “A China e a Questão de Macau”. Relações Internacionais, Lisboa, 43, 2014, pp. 109-114.

²⁴⁴ Carmen Mendes, 2013, op. cit.

²⁴⁵ DRE, “Resolução da Assembleia da República n.º 25/87”. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/406316/details/normal?perPage=100&q=Constitui%C3%A7%C3%A3o+da+Rep%C3%BAblica+Portuguesa>.

“um país, dois sistemas” de Deng Xioping, manteria a sua autonomia e sistema político e económico até 2049 e as relações portuguesas com a China continuariam a ter Macau como intermediário.

O que se seguiu à Declaração Conjunta foi o período de transição que findou com a entrega de Macau à China em 1999. Durante este tempo, Portugal focou-se na solidificação do sistema político e judicial, no desenvolvimento de infraestruturas, no apoio aos cidadãos de Macau e na consolidação da relação com a China.²⁴⁶ Segundo Richard Louis Edmonds e Herbert S. Yee, Portugal preocupou-se, principalmente, com os seus interesses económicos e políticos no território, descurando a modernização e democratização de Macau.²⁴⁷ O que é certo é que, em 1975, Portugal reconheceu a República Popular da China, em 1979 estabeleceram-se relações diplomáticas entre os dois países, e no dia 20 de Dezembro de 1999 deu-se a transferência do exercício de soberania de Macau de Portugal para a China. Nos 20 anos que se seguiram ao estabelecimento de relações diplomáticas, estas tiveram como tema central Macau. Após a resolução desta questão, as relações bilaterais sino-portuguesas entraram num período de menor intensidade.

III. III. 2000 - 2010: relativa apatia

A apatia a que estavam submetidas as relações entre Portugal e a China após 1999 foi interrompida pela criação por parte da China, em 2003, do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, ou simplesmente, Fórum Macau. Esta iniciativa tinha como objetivo institucionalizar as relações da China com os Países de Língua Portuguesa no quadro do multilateralismo e o papel de Portugal enquanto intermediário, com relações privilegiadas de ambos os lados.²⁴⁸

Os vários séculos de relações diplomáticas e a bem-sucedida resolução de Macau fortaleceram a relação política entre Portugal e a China de tal modo que, no século XXI, foi possível orientar o foco das relações entre os dois países para o plano económico, como assim o afirmou o então Presidente da República, Jorge Sampaio, em 2004, aquando da sua visita à RPC. Ademais, em 2005, assinou-se a Parceria Estratégica Global que tinha como propósito a

²⁴⁶ Carmen Mendes, 2013, op. cit.

²⁴⁷ Richard Louis Edmonds and Herbert S. Yee, 1999, op. cit., p. 806.

²⁴⁸ TDM Portuguese News & Programs, “China - Portugal: 40 Anos Relações Diplomáticas - 2000-2019”.

Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=woNgaY7oYFM&ab_channel=TDMPortugueseNews%26Programs.

“intensificação e a diversificação das relações bilaterais”, o “reforço dos fluxos de comércio e investimento nos dois sentidos” e a “cooperação no domínio do turismo”.²⁴⁹ Porém, até 2011, o relacionamento entre Portugal e a China foi pouco expressivo, com excepcionais visitas oficiais e alguma atenção à balança comercial portuguesa face à China.²⁵⁰

Como foi referido, entre 1999 e 2010 a relação luso-chinesa pautou-se por um bom relacionamento político e tentativas de estreitamento das ligações económicas que ficaram aquém das expectativas. Este relativo entorpecimento alterou-se com a crise financeira que atingiu Portugal entre 2010 e 2015 e a consequente intervenção externa. O período conturbado das contas públicas portuguesas catapultou o investimento chinês em território nacional e tornou Portugal num dos maiores recetores de investimento chinês per capita na Europa.²⁵¹ Assim, evidencia-se a pertinência de sistematizar e analisar as relações bilaterais entre a China e Portugal desde 2010 até 2021, dada a importância e atualidade do tema.

Capítulo IV: Portugal e a China entre 2010 - 2021

IV. I. Conjuntura Externa: a crise financeira de 2010

Em 2020, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, disse ao Financial Times que, ao contrário do que se possa pensar, Portugal não é um amigo especial da China na Europa, tendo afirmado que tais conjeturas seriam apenas um mito.²⁵² Contudo, o simples facto de este tema ter sido abordado na imprensa internacional e de haver necessidade de negar a existência de uma amizade especial, atesta ao salto que se verificou, na última década, nas relações bilaterais entre Portugal e a China. Para perceber melhor a intensificação das relações entre Portugal e China, é importante analisar a crise internacional de 2008 e subsequente crise financeira de 2010 em Portugal.

A crise internacional de 2008 teve início nos EUA, mais especificamente no setor imobiliário. Devido a problemas nos empréstimos à habitação, no setor *subprime*, o sistema

²⁴⁹ DRE, “MNE, Decreto n.o 17/2006 de 27 de Junho”. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2006/06/122A00/45324536.pdf>. Para mais informação sobre a Parceria Global Estratégica ver Pedro Galinha, “China e Portugal: Dez Anos de Parceria Estratégica Global”, Nova FCSH, 2017 e João Miguel Oliveira Faria, “A Presença Económica da China em Portugal (2001-2018)”, Universidade do Minho, 2020, pp. 36-37.

²⁵⁰ TDM Portuguese News & Programs, op. cit. Carmen Mendes, 2016, op. cit.

²⁵¹ Rhodium Group (RHG) and Mercator Institute for China Studies (MERICS), “Chinese FDI in Europe: 2019 Update”. Disponível em: https://rhg.com/wp-content/uploads/2020/04/MERICS-Rhodium-Group_COFDI-Update-2020-2.pdf.

²⁵² Financial Times, “Lisbon rebuffs claims Portugal is China’s ‘special friend’ in EU”, 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/862c633e-393b-11ea-a6d3-9a26f8c3c44>.

financeiro americano ficou contaminado quando os credores não conseguiram cumprir as suas obrigações. Devido à crise, que levou à falência o banco internacional Lehman Brothers em setembro de 2008, a economia americana viu-se privada de financiamento e crédito para realizar comércio internacional. Naturalmente, a recessão afetou todas as nações dependentes de comércio internacional com os EUA, entre as quais Portugal.²⁵³

Os problemas no sistema financeiro português não tardaram a sentir-se. Em novembro de 2008, o Banco Português de Negócios foi nacionalizado. Em resposta a este e outros episódios na Europa, a UE e o BCE viram-se forçados a intervir. O BCE baixou rapidamente as taxas de juro e a UE aconselhou os países membros a aumentar a despesa pública, caso tivessem margem orçamental para tal. Em Portugal, o PIB caiu 4,4% entre o primeiro trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009 e a taxa de desemprego subiu de 8,1% para 9,5% no mesmo período. Apesar de em 2009 e 2010 se ter assistido a uma ligeira recuperação do PIB face a 2008, o desemprego subiu constantemente e a dívida pública agravou-se consideravelmente, partindo de 75,6% do PIB em 2008 e atingindo 100,2% do PIB em 2010.²⁵⁴

Em 2010, os problemas na Zona Euro começaram a acentuar-se rapidamente, especialmente nos países mais periféricos. Os níveis de dívida pública encontravam-se elevados, dificultando a capacidade de certos países cumprirem com os pagamentos de juros. Isto levou a um aumento ainda maior das taxas de juro para a emissão de nova dívida, agravando a situação. A Grécia foi o primeiro país da Zona Euro a ser intervencionado, seguido pela Irlanda e, por fim, Portugal.²⁵⁵ Ainda se seguiriam intervenções externas em Espanha e no Chipre.

Em Portugal, o Primeiro Ministro à data, José Sócrates, tentou aplicar um leque de soluções que consistiam em cortes na despesa e aumentos de impostos para recuperar a confiança de investidores estrangeiros, para equilibrar as contas públicas e estancar o aumento da dívida pública. No entanto, estas medidas provocaram uma recessão, enquanto a Europa

²⁵³ Fundação Francisco Manuel dos Santos, “Recessão de 2008: T1 – 2009: T1”. Disponível em: <https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/2008-2009-filha-da-crise-financeira-internacional>

²⁵⁴ Fundação Francisco Manuel dos Santos, “2008-2009: Filha da crise financeira internacional”. Disponível em: <https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/2008-2009-filha-da-crise-financeira-internacional>

²⁵⁵ IMF, “Greece: Request for Stand-By Arrangement”. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2016/12/31/Greece-Request-for-Stand-By-Arrangement-23840>; IMF, “Ireland: Recovery from Financial Crisis”. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/IRL/ireland-lending-case-study>; IMF, “Political Consensus at the Heart of Portuguese Recovery”. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/PRT/portugal-lending-case-study>

passava por uma situação idêntica. As tentativas do Governo português de evitar intervenção externa falharam, levando à demissão do Primeiro Ministro e ao pedido de resgate.²⁵⁶

A intervenção da *Troika*, composta pelo Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, foi ainda negociada por José Sócrates e levou a um resgate de 78 mil milhões de euros, em abril de 2011. O plano, no entanto, viria a ser executado pelo Governo de Pedro Passos Coelho, eleito em maio do mesmo ano. O panorama nacional não era favorável: o PIB esteve em queda 10 trimestres consecutivos e atingiu o ponto mais baixo, com uma descida de 6,9% até ao primeiro trimestre de 2013. A taxa de desemprego também se foi agravando até chegar aos 17,1% no primeiro trimestre de 2013, e o consumo das famílias baixou mais de 10%.²⁵⁷

O acordo negociado com a *Troika* previa cortes na despesa pública e impunha também a privatização de empresas de certas indústrias, como a venda da TAP e vendas de participações nas companhias de energia nacionais.²⁵⁸ Perante a conjuntura financeira de Portugal e tendo em conta o caminho de diplomacia económica que vinha sendo feito desde 2004 com a China, Pequim apresentou-se como a solução possível à necessidade de investimento em Portugal. Como consequência, observou-se uma aceleração nas relações sino-portuguesas, não apenas no campo económico, mas também no relacionamento político.

IV. II. A relação política

IV. II. I. Programas de Governo

Analisando a diplomacia política, é de notar a evolução no segmento de política externa dos Programas dos Governos XVIII–XXII. O XVIII Governo Constitucional, encabeçado por José Sócrates, embora reconhecendo as mutações que se estavam a operar no Sistema Internacional devido à crise financeira, destacava a Europa, o Atlântico e a lusofonia como vetores principais de ação externa.²⁵⁹ Já em 2011-2015, com Pedro Passos Coelho como Primeiro Ministro, evidencia-se no programa do XIX Governo uma nova prioridade de ação, a diplomacia económica. Este Governo reconhecia as opções tradicionais de política externa

²⁵⁶ Fundação Francisco Manuel dos Santos, “2010-2013: A mais longa e severa das crises”. Disponível em: <https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/2010-2013-mais-longa-e-severa-das-crises>

²⁵⁷ Ibid.

²⁵⁸ IMF, “Political Consensus at the Heart of Portuguese Recovery”, op. cit.

²⁵⁹ XVIII Governo Constitucional - 2009-2011, Programa do Governo. Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/468569/gc18.pdf>.

como objetivos importantes e consensuais, mas acreditava que para Portugal recuperar a credibilidade externa, atrair investimento, internacionalizar empresas e aumentar exportações, o desafio passava pela promoção da diplomacia económica.²⁶⁰ Com a mudança de Governo, chefiado por António Costa em 2015, afirmaram-se como linhas orientadoras da política externa portuguesa, em conjunto com a Europa, o Atlântico e o mundo lusófono, as comunidades portuguesas, a internacionalização da economia e o multilateralismo. Um aspeto interessante do programa do XXI Governo Constitucional, é a listagem de alternativas à redução da presença americana nos Açores, visto que os Açores são um tema central no futuro das relações sino-portuguesas, como será abordado mais à frente.²⁶¹ Outro aspeto relevante, é o destaque atribuído ao “aprofundamento do potencial das relações económicas Luso-Chinesas e do Fundo para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.²⁶²

António Costa, tendo sido Primeiro Ministro de três Governos Constitucionais, designadamente o XXI, XXII e XIII, demonstrou visivelmente, através dos seus programas de Governo a evolução na relação luso-chinesa. Se, em 2015, o programa do XXI Governo destacava o aprofundamento da relação económica entre Pequim e Lisboa, já em 2019, a relação com a China era “específica” e deveria ser “mantida e desenvolvida (...) tendo em vista a estabilidade (...) do território de Macau”. Destacava-se, igualmente, a importância de “garantir uma aplicação rigorosa da Declaração Conjunta Luso-Chinesa e um acompanhamento ativo da transição”.²⁶³ Já em 2022, no programa do XIII Governo Constitucional, não se encontram quaisquer menções exclusivas à China ou a Macau, sendo apenas referida a intenção de fomentar o relacionamento com a região do Indo-Pacífico.²⁶⁴

²⁶⁰ XIX Governo Constitucional - 2011-2015, Programa do Governo. Disponível em: https://www.historico.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf.

²⁶¹ Pedro Sanchez Costa Pereira, “Portuguese Foreign Policy Constraints and Responses. In The Road Ahead The 21st Century World Order in the Eyes of Policy Planners”. Brasília: FUNAG, 2018, pp. 260-283.

²⁶² Ibidem. XXI Governo Constitucional - 2015-2019, Programa do Governo. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx>.

²⁶³ XXII Governo Constitucional - 2019-2022, Programa do Governo. Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464042/GC12.pdf>, p. 22.

²⁶⁴ XXIII Governo Constitucional - 2022-2026, Programa do Governo. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=«mlkvi»=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>, p. 50.

IV. II. II. Viagens institucionais

Ainda no campo político, as visitas de alto nível apontam também para o fortalecimento das relações luso-chinesas.²⁶⁵ Entre 2010 e 2019²⁶⁶, realizaram-se 11 visitas institucionais a Portugal e à China dos mais altos representantes dos dois países, o que representa um aumento de aproximadamente 57% face ao número de visitas que ocorreram entre 2000 e 2009. No período de apatia das relações sino-portuguesas, o Presidente Hu Jintao veio a Portugal em 2004 e o Primeiro Ministro Wen Jibao em 2005. O Presidente da República Portuguesa Jorge Sampaio foi à China em 2005 e o Primeiro Ministro português José Sócrates em 2007.²⁶⁷ Na sequência da crise financeira de 2010 realizaram-se 8 visitas por Presidentes ou Primeiros Ministros, contrastando com as 4 do período antecedente.

DATA	DESCRIÇÃO
2010	Visita a Pequim do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Luís Amado.
2010	Visita de Estado a Portugal do Presidente chinês, Hu Jintao.
2012	Visita à China do Ministro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas.
2012	Paragem técnica nos Açores do Primeiro Ministro chinês, Wen Jiabao.
2014	Visita à China do Presidente português, Aníbal Cavaco Silva.
2014	Vista de curta duração aos Açores do Presidente chinês, Xi Jinping.
2016	Paragem técnica nos Açores do Primeiro Ministro chinês, Li Keqiang.
2016	Visita à China do Primeiro Ministro português, António Costa.
2018	Vista a Portugal do Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi.
2018	Visita de Estado a Portugal do Presidente chinês, Xi Jinping.
2019	Visita de Estado à China do Presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa.

Figura 1 - Visitas a Portugal e à China dos mais altos representantes dos dois países.²⁶⁸

As visitas que tiveram lugar em 2010 marcaram o início de uma nova etapa na relação sino-portuguesa, uma fase de reforço dos laços políticos e impulsionamento da cooperação económica e cultura. Neste ano, Lisboa e Pequim reiteraram a parceria estratégica,

²⁶⁵ Carmen Mendes, 2016, op. cit.

²⁶⁶ A China encontra-se fechada desde 2020 devido à situação mundial originada pela Pandemia Covid-19. O Presidente chinês Xi Jinping permaneceu na China continental desde janeiro de 2020, tendo saído, pela primeira vez, em junho de 2022 para se deslocar a Hong Kong.

²⁶⁷ Jorge Sampaio, “Arquivo da Presidência”. Disponível em:

<https://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/main.html>; Aníbal Cavaco Silva, “Arquivo da Presidência”.

Disponível em: <https://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=48>; Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, “Portugal, Activities”. Disponível em:

https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/gjhdq_665435/3265_665445/3351_664720/3353_664724/index_1.html

²⁶⁸ Elaboração da autora. Diário de Notícias, “PR/China: Cronologia das relações diplomáticas Portugal-China”.

Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/prchina-cronologia-das-relacoes-diplomaticas-portugal-china-10827815.html>. Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, op. cit.

comprometeram-se a desenvolver as relações comerciais e a continuar a promoção das relações UE-China.²⁶⁹

Aquando da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Portas à China, já tinham sido realizados significativos investimentos chineses em Portugal. Assim, esta passagem por território chinês atendeu à continuação do reforço das relações bilaterais entre os dois países na cooperação para a recuperação financeira portuguesa.²⁷⁰

Na visita de Cavaco Silva “(...) as duas delegações reconheceram as possibilidades de aumentar significativamente as trocas comerciais e com um contributo para reduzir o desequilíbrio (...)” que se constatava. Os líderes português e chinês confirmaram a intenção de avançar a confiança política e a convergência de interesses ao nível global.²⁷¹

Outra visita determinante para o estreitamento das relações luso-chinesas foi a viagem do Primeiro Ministro António Costa à China, em 2016. Nessa visita, a RPC enfatizou a participação de Portugal na iniciativa *Belt and Road*, mostrou-se disposta a prosseguir com o investimento chinês em Portugal e frisou o papel de Portugal na dinamização das relações entre Pequim e Bruxelas.²⁷²

Na visita do Chefe de Estado chinês a Portugal em 2018, a cooperação para a conectividade Ásia-Europa foi um tema central, tendo sido assinado um memorando de entendimento entre os dois países sobre o avanço integrado da iniciativa *Belt and Road*, através da colaboração nas áreas de finanças, investimento, transportes e energia. Adicionalmente, perspetivou-se o aumento das relações culturais, e das ligações nos âmbitos da educação, turismo e ciência.²⁷³ Nesta visita foram assinados dezassete acordos bilaterais, sendo os mais importantes o memorando da iniciativa *Belt and Road*, o acordo de comércio, o protocolo para a emissão de dívida portuguesa em renminbi e o acordo entre a Altice e a Huawei para o desenvolvimento da tecnologia 5G.²⁷⁴

A última visita aconteceu em 2019, quando o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa se deslocou à China para o segundo Fórum da Iniciativa *Belt and Road* para a Cooperação

²⁶⁹ Ibidem. Público, “Hu Jintao destaca “esforços” portugueses na relação entre a China e a União Europeia”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/11/06/mundo/noticia/hu-jintao-destaca-esforcos-portugueses-na-relacao-entre-a-china-e-a-uniao-europeia-1464684>.

²⁷⁰ Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, op. cit.

²⁷¹ TDM Portuguese News & Programs, op. cit.

²⁷² Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, op. cit.

²⁷³ Ibidem.

²⁷⁴ Público, “Os 17 acordos assinados na visita de Xi Jinping a Portugal”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/12/05/economia/noticia/17-acordos-assinados-vista-xi-jinping-portugal-1853673>.

Internacional. Esta visita veio reiterar a confiança política já antiga entre a China e Portugal e comprovar a posição favorável do Governo português à iniciativa *Belt and Road*.²⁷⁵

Observando a Figura 1, é interessante assinalar as três “paragens técnicas” de representantes chineses nos Açores, ao longo dos últimos dez anos. Os Açores são uma área de elevado interesse estratégico uma vez que se encontram no meio do Oceano Atlântico. Durante a II Guerra Mundial, os EUA estabeleceram nos Açores uma base militar, mais especificamente, a Base das Lajes, na Ilha Terceira. Para os EUA, a relevância da Base das Lajes tinha duas dimensões, uma estratégica e outra tecnológica. Do ponto de vista estratégico, a importância dos Açores prendia-se com o facto das ilhas açorianas serem o “limite da fronteira avançada da defesa americana” e, do ponto de vista tecnológico, principalmente durante a II Guerra Mundial e Guerra Fria, pelos seus portos e aeroportos.²⁷⁶

Com as “as mudanças que ocorreram na estrutura internacional de distribuição de poder desde o fim da Guerra Fria, com a erosão do poder americano durante as longas guerras no Iraque e no Afeganistão, a deslocação dos centros de poder para outra região do sistema internacional, e a crise económica e financeira de 2008”²⁷⁷, os EUA iniciaram uma estratégia de retraimento que levou à redução da sua presença na Base das Lajes, em 2012. Nesse mesmo ano, Wen Jiabao, Primeiro Ministro chinês fez uma breve paragem nos Açores que levantou suspeitas relativamente a uma possível ocupação chinesa da Base das Lajes, em consequência da redução da presença americana.²⁷⁸ Nos anos que se seguiram, os Açores receberam, em 2014, o Presidente chinês, Xi Jinping e, em 2016, o Primeiro Ministro chinês, Li Keqiang, consolidando a demonstração de interesse chinês em Portugal, no período 2010-2021. Para a China, a dimensão da Zona Económica Exclusiva portuguesa, aliada à situação geográfica dos Açores, tornam os Açores uma região nevrálgica para a iniciativa *Belt and Road*, e para o confronto sino-americano. De facto, em 2016, o Primeiro Ministro António Costa, indicou a possibilidade de a China vir a ocupar a Base das Lajes, no âmbito da cooperação científica.²⁷⁹ Desde então, foi também noticiado o interesse chinês na ilha Terceira para instalação de um

²⁷⁵ Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, op. cit.

²⁷⁶ Tiago Moreira de Sá, “Os Estados Unidos e os Açores: A Base das Lajes e o Retraimento Americano”. *Relações Internacionais*, Vol. 51, 2016 pp. 57-74.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 58.

²⁷⁸ Público, “Visita de Wen Jiabao aos Açores em Junho levantou suspeitas sobre interesse chinês na Base das Lajes”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2012/11/26/jornal/visita-de-wen-jiabao-aos-acores-em-junho-levantou-suspeitas-sobre-interesse-chines-na-base-das-lajes-25651950>

²⁷⁹ Ting Shi e Stephen Engle, “Portugal Open to China Investment in Azores as U.S. Sway Wanes”. Bloomberg, 2016. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2016-10-12/portugal-open-to-china-investment-in-azores-as-u-s-sway-wanes>.

centro de negócios. No entanto, estas hipóteses nunca saíram do papel, tendo a presença americana permanecido nos Açores. O interesse chinês está, também, no porto da Praia da Vitória que o Governo regional dos Açores quer desenvolver como um porto marítimo de águas profundas. Assim, os Açores são mais um traço da nova era das relações sino-portuguesas, pautada pela vontade de consolidação da relação política. Os Açores figuram, de igual modo, na crescente tensão sino-americana, o que para Portugal poderá ter repercussões futuras, caso seja obrigado a escolher entre o parceiro económico e o aliado de defesa.²⁸⁰

Em suma, entre 2011 e 2021 verificou-se um fortalecimento do relacionamento bilateral entre Portugal e a China, visível ao nível dos programas de Governo, do aumento das visitas de Estado e até do apoio chinês à candidatura de António Guterres para Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e da expectativa chinesa de apoio português para a aceleração da ratificação do acordo de investimento entre a UE e a China, durante a presidência portuguesa da UE em 2021. Ao longo dos últimos anos, Portugal e a China alavancaram a boa relação política e aproveitaram mudanças internas e do contexto internacional para desenvolver uma parceria estratégica vasta.

Entre 2020 e 2022, os acontecimentos internacionais motivaram alguma desaceleração na relação sino-portuguesa. Em primeiro lugar, a pandemia Covid 19 trouxe efeitos ao nível dos relacionamentos entre países. A China adotou desde cedo uma política de Covid Zero que a isolou totalmente do resto do mundo, ao condicionar viagens de e para a China, incluindo as deslocações do Presidente chinês que não saiu da China continental durante dois anos. O Covid 19 trouxe também problemas ao nível das cadeias de fornecimento de bens. Antes da pandemia, as cadeias de abastecimento eram definidas com base nos custos e na produtividade, sendo, por estas razões, cadeias verdadeiramente globais. Com a China envolvida em diversas cadeias de abastecimento e completamente fechada, durante 2020 e 2021, a disrupção provocada pela pandemia veio mostrar que, por vezes, a continuidade do negócio é mais importante do que o seu custo e trazer algum ceticismo à globalização das cadeias de abastecimento. Este

²⁸⁰ Paul Ames, “China’s Atlantic stopover worries Washington”. Politico, 2016. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/chinas-atlantic-stopover-terceira-worries-washington-li-keqiang-united-states/>. Márcio Berenguer, “A base das Lajes interessa à China?”. Público, 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/10/12/politica/noticia/a-base-das-lajes-interessa-a-china-1747041>.

protecionismo sentiu-se ao nível europeu com o Presidente da Câmara de Comércio da União Europeia na China, Joerg Wuttke, a notar que as regras draconianas de controlo da pandemia aplicadas na China foram prejudiciais para as empresas europeias devido a interrupções na produção e inerentes custos.²⁸¹ Para Portugal, que no seu programa de Governo de 2022 reforça a “continuidade e o aprofundamento dos eixos e objetivos estratégicos da política europeia e externa”²⁸², a atitude europeia perante a China é fundamental.

A eclosão na guerra da Ucrânia, em 2022, modificou as prioridades europeias. Na relação com a China a UE e Portugal, por inerência, têm se mostrado apreensivos devido ao continuado apoio da China a Moscovo, como quando Pequim votou contra a condenação da invasão nas Nações Unidas em março.²⁸³

IV. III. A relação económica

IV. III. I. Investimento

A aproximação política teve também consequências na relação económica entre Pequim e Lisboa. Em primeiro lugar, houve uma aceleração do investimento chinês em Portugal, e resultante aumento da penetração de acionistas chineses no tecido empresarial português. Em 2011, a China Three Gorges (CTG), uma empresa estatal chinesa, comprou 21,4% da EDP por 2.690 milhões de euros e em 2017, comprou mais 1,9% da EDP, por 208 milhões de euros. Outra empresa controlada pelo Governo da RPC, a CNIC, chegou a deter 5% da EDP, uma posição que foi construindo gradualmente ao longo do tempo. O interesse chinês na elétrica portuguesa culminou numa Oferta Pública de Aquisição (OPA) pela totalidade do capital da EDP por parte da CTG em 2018, que foi reprovada em Assembleia Geral em 2019. É importante notar a oposição feita pelos EUA à OPA da CTG sobre a EDP, tanto a nível político como corporativo, o que, em larga medida, contribuiu para o insucesso da aquisição. Em 2018, George Glass, Embaixador dos EUA em Portugal entre 2017 e 2021, disse, numa entrevista que deu ao Jornal Observador em “tom de advertência”, que a aquisição chinesa da totalidade de uma empresa de infraestrutura crítica era muito perigosa para Portugal e que os EUA viam o negócio com preocupação. Nas suas palavras: “ter outro país a controlar parte da

²⁸¹ Bloomberg, “European Trade Group Warns China Lockdowns Disrupting Production”. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-04-06/european-chamber-warns-china-lockdowns-disrupting-production?leadSource=verify%20wall>

²⁸² XXIII Governo Constitucional, 2022-2026, op. cit., p. 48.

²⁸³ The Diplomat, “Which Asian Countries Voted to Suspend Russia’s UNHRC Membership?”. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/04/which-asian-countries-voted-to-suspend-russias-unhrc-membership/>

infraestrutura crítica é um caminho perigoso que se está a trilhar.” (...) “Neste caso [da OPA sobre a EDP] são empresas estatais do Governo da China (...) a comprar uma empresa (a EDP) por completo. E essa empresa também tem ativos muito importantes nos Estados Unidos, no setor das Renováveis, é o terceiro maior fornecedor de energia renovável nos Estados Unidos.”²⁸⁴ Central ao fracasso da OPA esteve a Elliott, um fundo americano que chegou a deter perto de 3% do capital da EDP. A Elliott apresentou alternativas de crescimento para a EDP, votou e incentivou ao voto contra o levantamento do limite de votos de 25% por acionista, condição *sine qua non* da oferta chinesa que acabou com a OPA da CTG à EDP.²⁸⁵ Este episódio marcou o primeiro sinal público do desconforto americano face ao investimento e presença chinesa em Portugal. Desde então, a China tem vindo a reduzir a participação na EDP, tendo a CNIC vendido a totalidade das suas ações e a CTG reduzido a sua participação para 19%.²⁸⁶ A posição da CTG foi reforçada em 2022, para mais de 20% do capital da elétrica.²⁸⁷ É importante referir, também, o papel que a CNIC teve na OPA da CTG. Segundo a imprensa internacional, a CNIC, controlada pelo regulador chinês SAFE, esteve envolvida na prevenção de outras potenciais ofertas de energéticas europeias rivais, como a espanhola Iberdrola, a francesa Engie ou a italiana Enel.²⁸⁸

À EDP seguiu-se a REN, com a State Grid, outra empresa detida pelo Estado chinês, a adquirir 25% da empresa portuguesa por 387 milhões de euros. Posteriormente, em 2014, a seguradora Fidelidade e a Luz Saúde foram compradas pela Fosun que adquiriu também 5% da REN e, em 2016 e 2017, 17% e 13% do Millennium BCP, respetivamente. Atualmente a Fosun detém 29,95% do BCP e 84,99% da Fidelidade.²⁸⁹ Em 2014, o Haitong comprou o BESI. A China investiu também nos Media com a compra, por um valor não divulgado, de 30% da Global Media, que detém o Diário de Notícias, Jornal de Notícias e TSF, entre outros, pela

²⁸⁴ Observador, “Summer Session com o embaixador George Glass: Ter outro país a controlar rede elétrica de Portugal "é um caminho perigoso"”. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/summer-session-com-o-embaixador-george-glass-ter-outro-pais-a-controlar-rede-eletrica-de-portugal-e-um-caminho-perigoso/>.

²⁸⁵ Businesswire, “Elliott Believes in a Brighter Future for EDP”. Disponível em: <https://www.businesswire.com/news/home/20190213005945/en/Elliott-Believes-in-a-Brighter-Future-for-EDP>.

²⁸⁶ EDP, “Titulares de Participações Qualificadas e Direitos de Voto”. Disponível em: <https://www.edp.com/pt-pt/investidores/estrutura-acionista>. Reuters, “Factbox: Chinese investments in Portugal”. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-edp-m-a-china-investment-factbox-idUSKCN1IF24M>.

²⁸⁷ EDP, “China Three Gorges com Participação Qualificada na EDP de 20,22%”. Disponível em: <https://www.edp.com/pt-pt/noticias/2022/02/04/china-three-gorges-com-participacao-qualificada-na-edp-de-2022>

²⁸⁸ Dinheiro Vivo, “OPA EDP. Estado chinês trava OPA rivais europeias à EDP, diz FT”. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/opa-edp-estado-chines-trava-opa-rivais-europeias-a-edp-diz-ft-12792421.html>

²⁸⁹ Ibidem. Millennium bcp, Estrutura Acionista. Disponível em: <https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Pages/EstruturaAcionista.aspx>. Fidelidade, Acionistas. Disponível em: <https://www.fidelidade.pt/PT/a-fidelidade/QuemSomos/QuemSomos/Paginas/Acionistas.aspx>.

empresa de Macau KNJ Investment. Em 2016, a empresa chinesa Hainan Airlines fez parte do consórcio envolvido na privatização da TAP e o banco de investimento do Banif foi vendido à Bison Capital Holdings, em 2018. Mais recentemente, China Communications Construction Company (CCCC) anunciou a compra de 23% do capital da Mota-Engil, através de um investimento de 169 milhões de euros. Esta participação subiu para 32,41% após o aumento de capital anunciado pela Mota-Engil.²⁹⁰

É de salientar, também, que interesses chineses estiveram envolvidos noutros processos de compra de ativos estratégicos a nível da infraestrutura portuguesa. Um exemplo claro é a tentativa de aquisição da Brisa em 2020, através da China State Construction Engineering Corp.²⁹¹

Além do expressivo investimento chinês em empresas portuguesas, deu-se também a entrada em Portugal de dois grandes bancos chineses, o Banco Internacional e Comercial da China (ICBC) em 2011 e o Banco da China em 2012 e a entrada da multinacional Huawei com um investimento total em Portugal de 50 milhões de euros.²⁹²

No período de recuperação financeira, de 2010 a 2015, a China investiu aproximadamente 8,3 mil milhões de dólares em Portugal²⁹³, o que representou um aumento significativo do stock de investimento direto estrangeiro ao longo dos anos.²⁹⁴ Os investimentos realizaram-se nos setores da energia, serviços, finanças, saúde e imobiliário, como detalhado na Figura 2, onde alguns dos principais investimentos chineses foram selecionados. Em 2015 Portugal foi o país europeu onde ocorreu o maior investimento chinês em percentagem do PIB.²⁹⁵

²⁹⁰ Jornal de Negócios, “Construtora chinesa compra 23% da Mota-Engil por 169,4 milhões”. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/construcao/detalhe/construtora-chinesa-compra-23-da-mota-engil-por-1694-milhoes>; Expresso, “Construtora Mota-Engil abre as portas a reforço da posição dos chineses da CCCC”. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2021-01-08-Construtora-Mota-Engil-abre-as-portas-a-reforco-da-posicao-dos-chineses-da-CCCC>; Mota-Engil, “Perfil Corporativo”. Disponível em: <https://www.mota-engil.com/investidores/perfil-corporativo-2/>; CMVM, “Proposta Aprovada na Assembleia Geral de Acionistas da Mota-Engil SGPS, S.A. de 7 de janeiro de 2021”. Disponível em: <https://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/docs/FR77987.pdf>

²⁹¹ Bloomberg News Wire, “Chinese Group Is Among Bidders for Portugal’s Brisa Stake”. Disponível em: <https://www.bnnbloomberg.ca/chinese-group-is-among-bidders-for-portugal-s-brisa-stake-1.1393525>

²⁹² Lusa, “Onde investem os chineses em Portugal?”. Disponível em: <https://macau20anos.lusa.pt/onde-investem-os-chineses/>.

²⁹³ American Enterprise Institute, “China Global Investment Tracker”. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>.

²⁹⁴ OECD, “Inward FDI stocks by partner country”. Disponível em: <https://data.oecd.org/fdi/inward-fdi-stocks-by-partner-country.htm#indicator-chart>

²⁹⁵ Ivana Casaburi, “Chinese investment trends in Europe 2016-2017 Report”. Disponível em: <https://itemsweb.esade.edu/research/esadegeo/ChineseInvestmentTrendsInEurope.pdf>

DATA	COMPRADOR	ALVO	VALOR, \$M	PARTICIPAÇÃO	SECTOR
2011	China Three Gorges	EDP	€2 690	21,4%	Energia
2012	China Three Gorges	EDP	€208	1,9%	Energia
2012	State Grid	REN	€387	25,0%	Energia
2013	Beijing Enterprises	Veolia Water Portugal	€95	100,0%	Água
2014	Haitong Securities	BESI	€379	100,0%	Financeiro
2014	Fosun	Caixa Seguros (Fidelidade, Multicare)	€1 000	80,0%	Financeiro
2014	Fosun	Luz Saúde	€460	96,0%	Saúde
2015	CNIC	EDP	n.a.	5,0%	Energia
2016	Hainan Airlines	TAP	€30	23,0%	Aviação
2016	Fosun	BCP	€175	17,0%	Financeiro
2017	Fosun	BCP	€531	13,0%	Financeiro
2018	Bison Capital	Banif - Banco de Investimento	€16	100,0%	Financeiro
2020	CCCC	Mota-Engil	€170	23,0%	Construção
2011 - 2022	Total	-	€6 141	-	-

Figura 2 - Principais investimentos e contratos chineses selecionados em Portugal (2011 - 2021).²⁹⁶

Como podemos observar na Figura 2 onde foram selecionados alguns dos maiores investimentos de origem chinesa em Portugal, o investimento foi largamente concentrado em dois sectores, o da energia com 53% do investimento e o financeiro com 34%. É possível também observar que a maioria das transações, 8 das 13 na figura, foram em operações de aquisição de participações minoritárias nas empresas. Para além disso, cerca de 40% das transações estão relacionadas ou com a EDP ou com o BCP, sendo que estas duas empresas representam 59% do capital chinês em análise no quadro. É de realçar, também, que as empresas destinatárias do investimento chinês eram na sua maioria empresas já maduras e com equipas de gestão bem estabelecidas onde, por isso, as necessidades de investimento futuro seriam, em teoria, reduzidas.

Outra observação interessante ao analisar a Figura 2 é que a maioria das transações, cerca de 85% das 13 analisadas, foram realizadas até 2017, inclusive. No verão de 2017, o regulador do sistema bancário chinês, o China Banking Regulatory Commission (CBRC), pediu aos bancos nacionais a restrição de crédito que tivesse como destino aquisições no estrangeiro. Entre os principais visados por esta medida, encontravam-se o HNA Group, Wanda Group, Anbang Insurance e a Fosun, conglomerados chineses bastante dinâmicos em fusões e aquisições no pós-crise. O CBRC considerou que este tipo de investimento poderia representar um risco endémico à economia e o Governo chinês começou a adotar uma postura mais musculada com os executivos destas empresas, chegando mesmo a deter o CEO do HNA Group

²⁹⁶ Elaboração da autora. American Enterprise Institute, op. cit.

em 2021.²⁹⁷ Este exemplo é apenas mais uma instância que demonstra o elevado controlo do Governo chinês sobre o destino do investimento estrangeiro de empresas chinesas, mesmo que estas sejam privadas, fundamentando a ideia do Realismo da Economia Política Internacional de que as multinacionais refletem os principais interesses do seu estado-nação de origem.

Além dos principais investimentos chineses em Portugal, devemos também analisar a evolução dos valores totais de IDE. O Investimento Direto Estrangeiro, de acordo com o Banco de Portugal, é “o investimento que uma entidade residente numa determinada economia realiza com o objetivo de controlar ou influenciar a gestão de uma empresa residente noutra economia”. Existem diferentes instrumentos através dos quais se pode investir, o capital, a compra de ações e a dívida (por meio de empréstimos ou emissão de títulos de dívida).²⁹⁸

O IDE traz inúmeras vantagens para a economia recetora como o desenvolvimento económico e *spillover* de conhecimento e tecnologia. Existe também a possibilidade de aumentar os postos de trabalho. A evolução do IDE é fruto da globalização e do crescente papel das multinacionais, como detalhado na Teoria da Economia Política Internacional, por Robert Gilpin. As multinacionais não têm, muitas vezes, uma direção de investimento óbvia e transparente porque procuram constantemente minimizar custos, otimizar processos e por vezes “ocultar a propriedade de capitais próprios”.²⁹⁹

Uma das formas que o Banco de Portugal utiliza para reportar o investimento direto é o princípio direcional. Nesta perspetiva, o investimento é analisado pela direção do mesmo, isto é, o que tem origem e o que tem destino em Portugal. O Investimento Direto Estrangeiro tem como destino Portugal, trata-se do investimento que empresas estrangeiras fazem em empresas portuguesas. O IPE, ou Investimento de Portugal no Exterior representa o inverso, o investimento que Portugal faz em empresas estrangeiras.

Relativamente ao IDE, até 2019, o Banco de Portugal recorria ao princípio da contraparte imediata para comunicar esta estatística. Nesta ótica, a origem do investimento refere-se ao país que detém diretamente a empresa que investiu em Portugal, o investidor imediato, independentemente de este ser uma empresa subsidiária ou não.

²⁹⁷ The Malaysian Reserve, “China Detains Chiefs of Troubled HNA Amid Xi Wider Crackdown”. Disponível em: <https://themalaysianreserve.com/2021/09/25/china-detains-chiefs-of-troubled-hna-amid-xi-wider-crackdown/>

²⁹⁸ Banco de Portugal, “O que é o investimento direto?”: Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/paginas/1646/>

²⁹⁹ Banco de Portugal, op. cit.

Na Figura 3, observamos os valores de IDE em Portugal, posição direcional, contraparte imediata, em milhões de euros. Da análise do gráfico, conclui-se que em 2021 os principais investidores em Portugal, por ordem de grandeza foram: Espanha, Países Baixos, Luxemburgo, França, Reino Unido, Alemanha, Brasil, China e EUA. Logo, segundo a perspetiva da contraparte imediata, a China ocupou, desde 2019, o oitavo lugar no ranking de IDE em Portugal.

O total de IDE em Portugal em 2019, 2020 e 2021 foi 146 993 milhões de euros, 148 704 milhões de euros e 159 769 milhões de euros, respetivamente. A percentagem de IDE chinês, de acordo com o princípio da contraparte imediata foi 1,7% em 2019, 1,8% em 2020 e 1,83% em 2021.

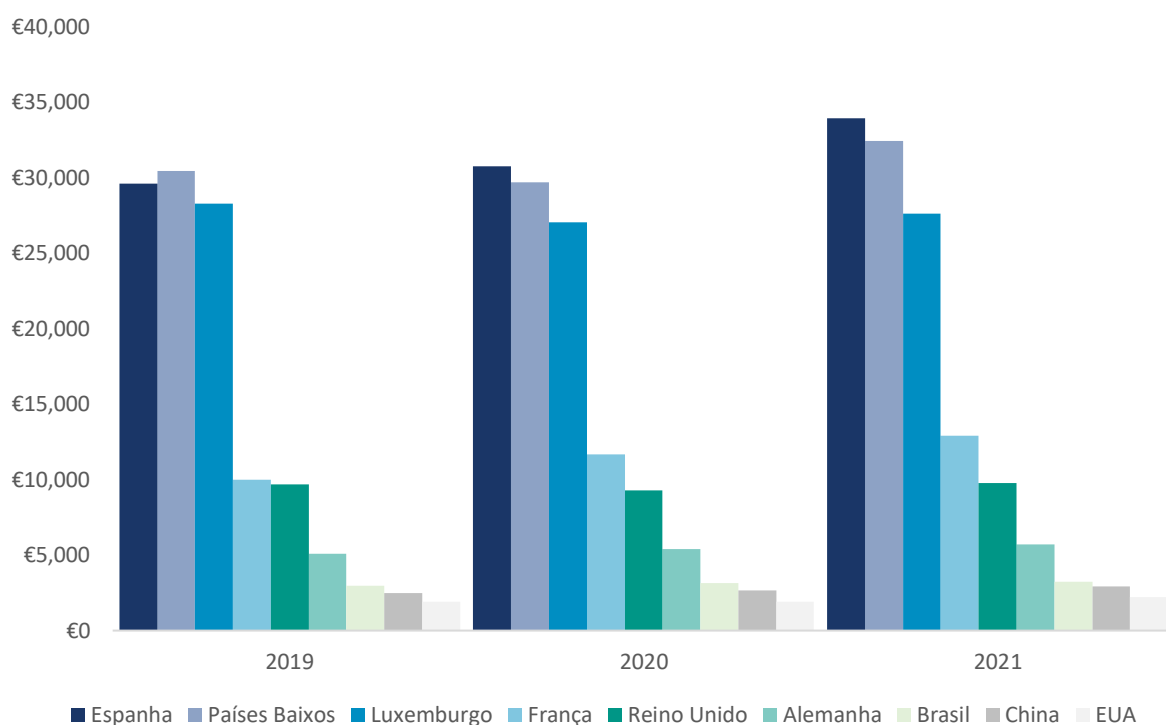


Figura 3 - IDE em Portugal, Princípio direcional, Contraparte Imediata, anual, milhões de euros.³⁰⁰

³⁰⁰ Banco de Portugal, “Séries Estatísticas - Investimento direto - Princípio direcional”. Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/dados/series?mode=graphic&svid=3295&series=12580200,12575914,12573787,12573781,12579710,12577798,12578065,12580192,12575401>; utilizaram-se apenas valores de 2019, 2020 e 2021 por uma questão de rigor e coesão, uma vez que nas estatísticas da contraparte final apenas existem valores para estes anos. Não foram analisados os anos anteriores na ótica da contraparte imediata porque, como detalhado no texto da dissertação estes números não seriam fidedignos uma vez que a China investe em Portugal por meio de subsidiárias sediadas no Luxemburgo e em Hong Kong.

A partir de 2019, o Banco de Portugal passou a reportar o IDE de acordo com o princípio da contraparte final. A contraparte final permite identificar o investidor final, a verdadeira origem do investimento, “em última análise, quem detém ou controla o investimento, usufrui do rendimento e assume o risco”.³⁰¹

Por outras palavras, se a empresa que investe em Portugal estiver sediada no Luxemburgo, a ótica da contraparte imediata regista este investimento como proveniente do Luxemburgo, independentemente das características do investidor. Contudo, se a empresa luxemburguesa for uma subsidiária de uma empresa chinesa, o princípio da contraparte final apresenta o investimento como originário da China.

Assim, as conclusões sobre a relação de investimento entre Portugal e a China transformam-se totalmente quando se utiliza a contraparte final e não a imediata para medir o Investimento Direto Estrangeiro. Comparando as Figuras 3 e 4, fica claro que a China subiu diversas posições no ranking dos maiores investidores em Portugal, assumindo agora a quarta posição. Percebemos, pois, que a China utiliza subsidiárias, principalmente no Luxemburgo e em Hong Kong para investir em Portugal, o que diminuía o seu peso nos dados da contraparte imediata.

Nas estatísticas anteriores a 2019, o peso da China no IDE em Portugal não passava de, aproximadamente, 2%, mas com a utilização da contraparte final, este valor passou a 6,82%, 7,44% e 6,66% em 2019, 2020 e 2021, respetivamente.³⁰²

³⁰¹ Banco de Portugal, “O que é o investimento direto?”, op. cit.

³⁰² Banco de Portugal, “Séries Estatísticas - Investimento direto - Princípio direcional”. Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/dados/series?mode=graphic&svid=3294&series=12586254,12586237,12586208,12586256,12586215,12586211,12585918,12586235,12586206,12586213>

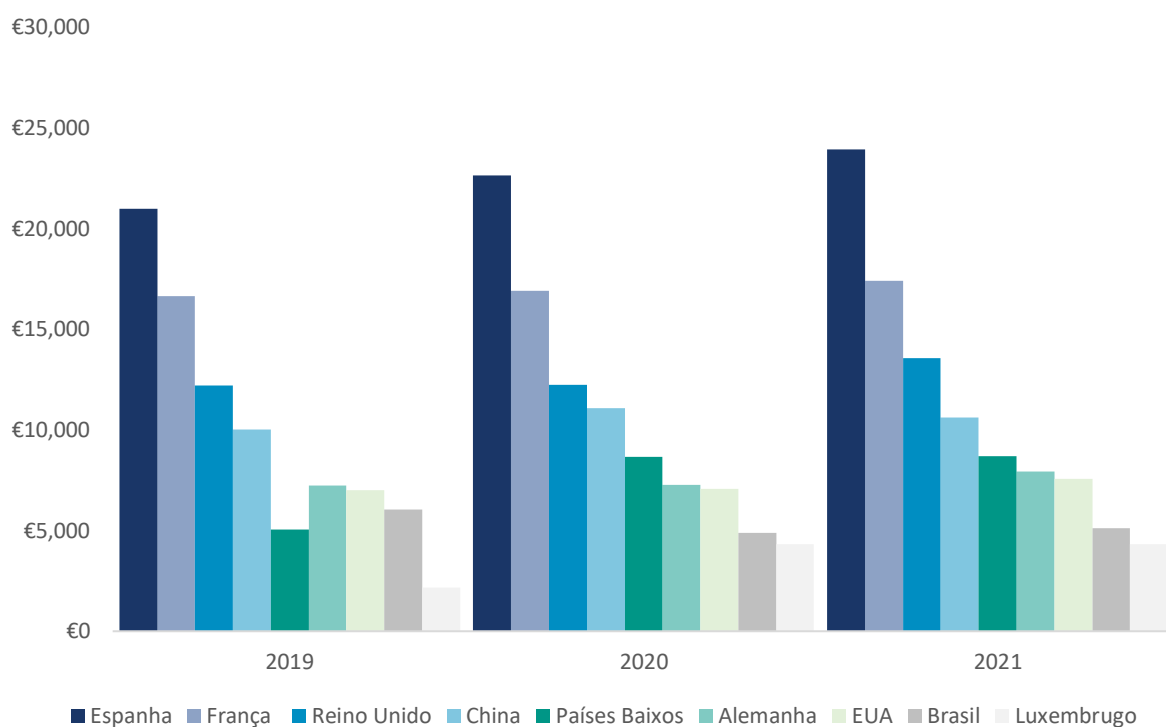


Figura 4 - IDE em Portugal, Princípio direcional, Contraparte Final, anual, milhões de euros.³⁰³

Em termos de investimento português na China, tem-se assistido a uma entrada gradual de produtos portugueses na China, como os vinhos, os automóveis e o café.³⁰⁴ Ademais, em 2017, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa (CCILC) e a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) contabilizaram 57 empresas portuguesas em território chinês, designadamente, a Filstone, Hovione, Sogrape, Sonae, entre outras.³⁰⁵

O investimento português na China exibe um crescimento no período pós-crise, atingindo o máximo em 2017, embora esteja muito aquém do investimento no sentido inverso.

³⁰³ Ibid.

³⁰⁴ Carmen Mendes, 2016, op. cit.

³⁰⁵ Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, “DPE - Investimento Directo Português no Estrangeiro Lista Indicativa de Empresas na China”. Disponível em: https://www.ccilc.pt/en/wp-content/uploads/2017/07/idpe_china_semcontactos_1_12_2015.pdf; Yuan Yuan Wu, “A internacionalização das empresas portuguesas no mercado chinês”. ISCTE, 2020, pp. 59-63.

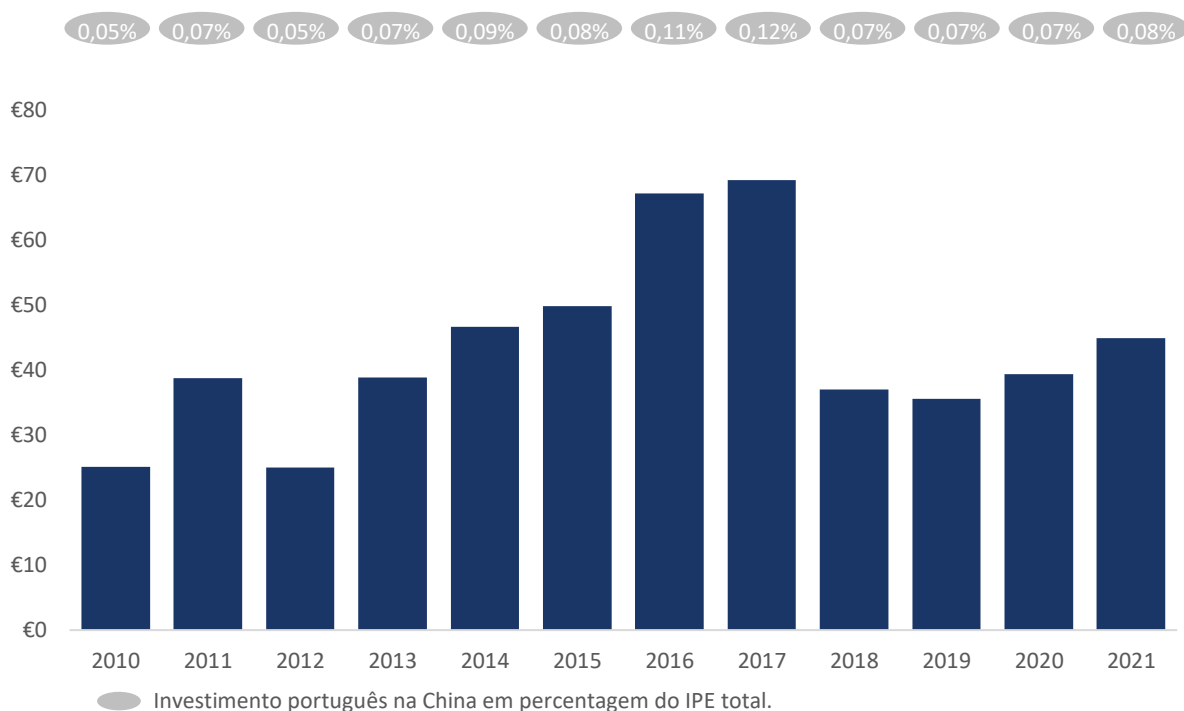


Figura 5 - Investimento de Portugal na China. Valores em milhões de euros.³⁰⁶

A Figura 5 atesta à pouca expressividade que o investimento português na China tem tido ao longo dos anos. É notável o aumento de 2012 a 2017, tendo incrementado de 25 para 69 milhões de euros. Contudo, desde 2017, observamos uma diminuição do investimento português na China. Ademais, o peso do investimento na China nunca chegou a 1% do IPE total de Portugal, contrastando com o peso de, aproximadamente, 7% que o investimento chinês teve em Portugal entre 2019 e 2021.

Em suma, a aceleração do investimento chinês em Portugal nasceu das necessidades e oportunidades criadas pela crise financeira, mas o seu desenvolvimento para uma ótica sustentável de médio-longo prazo deveu-se à experiência profícua do mercado português para os investidores chineses, em termos de oportunidades de negócio e acesso simplificado à Europa e ao mundo lusófono.³⁰⁷ Ademais, o fortalecimento do investimento chinês em Portugal foi potenciado pela iniciativa chinesa de conectividade *Belt and Road*.

³⁰⁶ Elaboração da autora. Banco de Portugal, “Séries Estatísticas”. Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/dados/series?mode=graphic&svid=3244&series=12503764,12503184,12469681>; Banco de Portugal, “IPE-China-Pos-Anual-M€”. Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12573778>

³⁰⁷ Ivana Casaburi, op. cit.

IV. III. II. Vistos *gold* e imigração

O setor imobiliário reflete, de igual modo, o interesse da China em Portugal. Criado em 2012, como resposta à crise para atrair investimento estrangeiro, o mecanismo dos vistos *gold* tem sido dominado por cidadãos chineses. Este programa concede autorizações de residência a cidadãos e famílias de países fora da União Europeia, na condição de ser feito um investimento em Portugal. Este investimento pode tomar diversas formas, nomeadamente, uma transferência de capital no valor de 1.5 milhões de euros, transferência de 500 mil euros para fundos de investimento, aquisição de imóveis residenciais no valor de 500 mil euros e de 350 mil euros para imóveis para reabilitação, investimento de 500 mil euros para investigação científica e para constituição de uma sociedade comercial e, por fim, criação de 10 postos de trabalho e investimento de 250 mil euros para investimento em património cultural. Já foi garantido um total acumulado de perto de 6.284 milhões de euros, o que se traduz em 10.636 vistos *gold* atribuídos dos quais 5.092 a investidores chineses, representando aproximadamente 48% do total, à data de abril de 2022.³⁰⁸

A China tem sido o país que mais tem usufruído do mecanismo de vistos *gold* em Portugal. Contudo, como se pode observar no gráfico abaixo, tem havido uma diminuição da atribuição de autorizações de residência a cidadãos chineses em valores absoluto e relativo. Se, em 2014 a China representava 81% das emissões de vistos *gold*, em 2021 este valor foi apenas 31%. Embora continue a existir um procura elevada por este tipo de vistos por parte da China, a desaceleração apontada pode ser indicativa de uma diminuição na intensidade da relação luso-chinesa.

³⁰⁸ Global Citizen Solutions, “Golden Visa Portugal: Estatísticas e Números de 2022”. Disponível em: <https://www.globalcitizensolutions.com/pt-pt/estatisticas-golden-visa/>

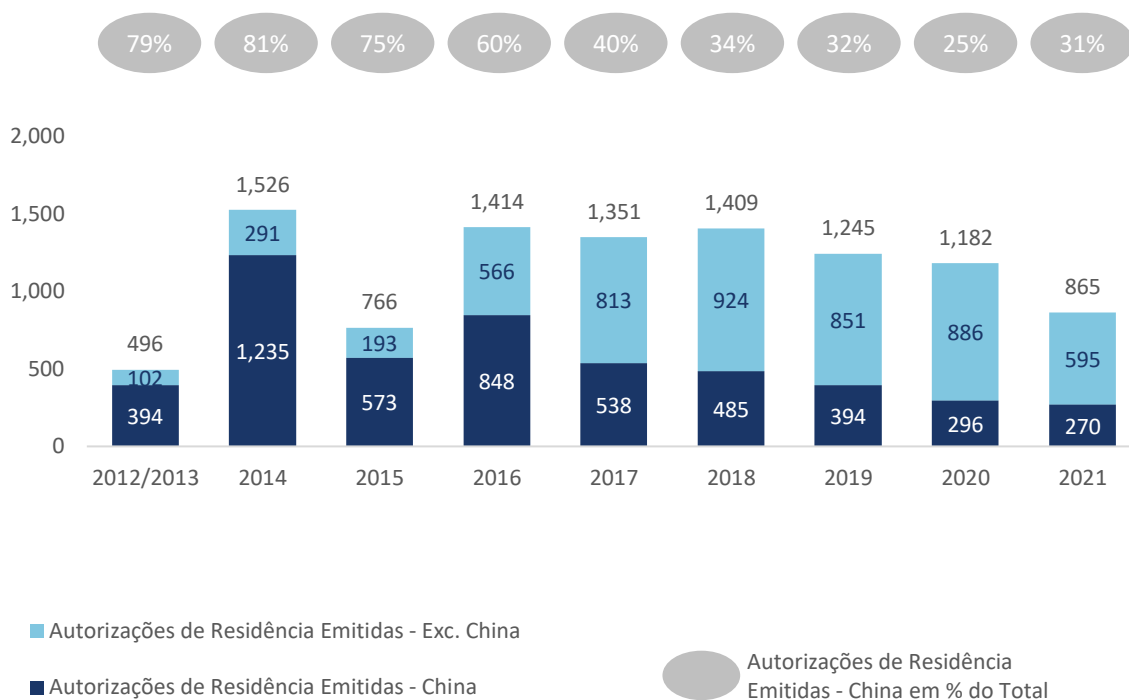


Figura 6 - Autorização de Residência para Investimento emitidas Portugal.³⁰⁹

É, também interessante comparar o mecanismo de vistos *gold* português com mecanismos similares existentes noutros países europeus, nomeadamente na Irlanda, Espanha, Itália e Grécia.

Na Irlanda foram emitidos, entre 2012 e 2021, 1.431 vistos, significativamente menos que em Portugal, dos quais, em média, 89% a investidores chineses. Já em Espanha e na Grécia, a percentagem de vistos atribuídos a investidores chineses foi 32% e 67%, respetivamente. Itália, que tem o programa mais recente, apenas em vigor desde 2018, apresenta o menor número de candidaturas de cidadãos da China, mais concretamente 4,7%.³¹⁰ A procura chinesa por vistos *gold* parece não apresentar evidências de preferência na origem dos vistos. Os investidores chineses procuram o país que lhes confira a maior vantagem comparativa em

³⁰⁹ Elaboração da autora com base nos Relatório Estatísticos Anuais do SEF. Sef, “Outros Mapas Estatísticos – Autorização de Residência para Investimento”. Disponível em: <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalhe.aspx?nID=93>

³¹⁰ Investment Migration Insider, “Greece Golden Visa Statistics”. Disponível em: <https://www.imidaily.com/datacenter/greece-data/>; Idem, “Ireland IIP Becomes 6th Billion-Euro Golden Visa in Europe, 2021 Data Reveals”. Disponível em: <https://www.imidaily.com/intelligence/ireland-iip-becomes-6th-billion-euro-golden-visa-in-europe-2021-data-reveals/>; Idem, “Spanish Golden Visa Approvals up 43% in First Half of 2021”. Disponível em: <https://www.imidaily.com/intelligence/spanish-golden-visa-approvals-up-43-in-first-half-of-2021/>; Idem, “Applications for Italy’s “Dolce Visa” Quadruple in 2021 as Investors Embrace Improved Terms”. Disponível em: <https://www.imidaily.com/intelligence/applications-for-italys-dolce-visa-quadruple-in-2021-as-investors-embrace-improved-terms/>

termos de facilidade burocrática e acessibilidade monetária, e não o país com quem a China tem a melhor ou mais antiga relação diplomática. Este é um problema, no seio da União Europeia, levantado pela Comissária Věra Jourová, em 2019, “As pessoas que obtêm nacionalidades da UE devem ter uma ligação genuína com o Estado-Membro em questão. Queremos mais transparência sobre a forma como a nacionalidade é concedida e mais cooperação entre os Estados Membros. Não deve haver um ponto fraco na UE, onde as pessoas se possam aproveitar do esquema mais leniente.”³¹¹

Ainda sobre os vistos *gold* em Portugal, importa referir que, desde 2012 até 2021, aproximadamente 93% do investimento foi feito através da aquisição de imóveis, cerca de 6% em transferências de capital e apenas 0,2% em criação de postos de trabalho, o que se traduz na criação de apenas 20 postos de trabalho nos últimos 9 anos através do mecanismo de Autorização de Residência para Investimento (ARI).

O investimento em imobiliário é considerado uma correção de curto prazo, isto é, permite a entrada de capital numa economia necessitada, mas não acrescenta valor substancial a essa economia. Os economistas acreditam que o investimento em imobiliário não se expressa na produtividade de um país porque não está baseado em inovação, mas sim no aumento de preços. Além disto, se o investimento em imobiliário for financiado com dívida, no caso de existir uma crise, os investidores podem ser incapazes de cumprir as suas obrigações, prejudicando a economia do país em questão. Assim, um bom investimento é aquele que cria valor e contribui para o aumento da produtividade, como é o caso do investimento em tecnologia, infraestrutura ou manufatura.³¹²

Em Portugal, desde 2015 que o preço das casas à venda tem exponenciado. De acordo com o Idealista, o metro quadrado de um imóvel à venda em Lisboa era, aproximadamente, 1.445 euros em agosto de 2015 e 3.841 euros em agosto de 2022.³¹³ Este aumento de preços tem sido atribuído ao mecanismo de vistos *gold* e, por esta razão, o executivo em funções,

³¹¹ Věra Jourová, “People obtaining EU nationality must have genuine connection to the Member State concerned. We want more transparency on how nationality is granted & more cooperation between MSs. There should be no weak link in the EU, where people could shop around for the most lenient scheme”. Twitter, 2019. Disponível em: <https://twitter.com/VeraJourova/status/1088029072465297409>

³¹² Ruchir Sharma, “10 Rules of Successful Nations”. W.W. Norton & Company, 2020, 1ª Edição, pp. 95-98.

³¹³ Idealista, “Evolução do preço das casas à venda, Lisboa”. Disponível em: <https://www.idealista.pt/media/relatorios-preco-habitacao/venda/lisboa/>

alterou as regras do funcionamento do mecanismo, impedindo a obtenção do visto através da compra de imobiliário em Lisboa e no Porto, por exemplo.³¹⁴

Refletindo sobre os vistos *gold* adquiridos por cidadãos chineses, retira-se a ilação de que a imigração tem sido também palco do aprofundamento das relações luso-chinesas.

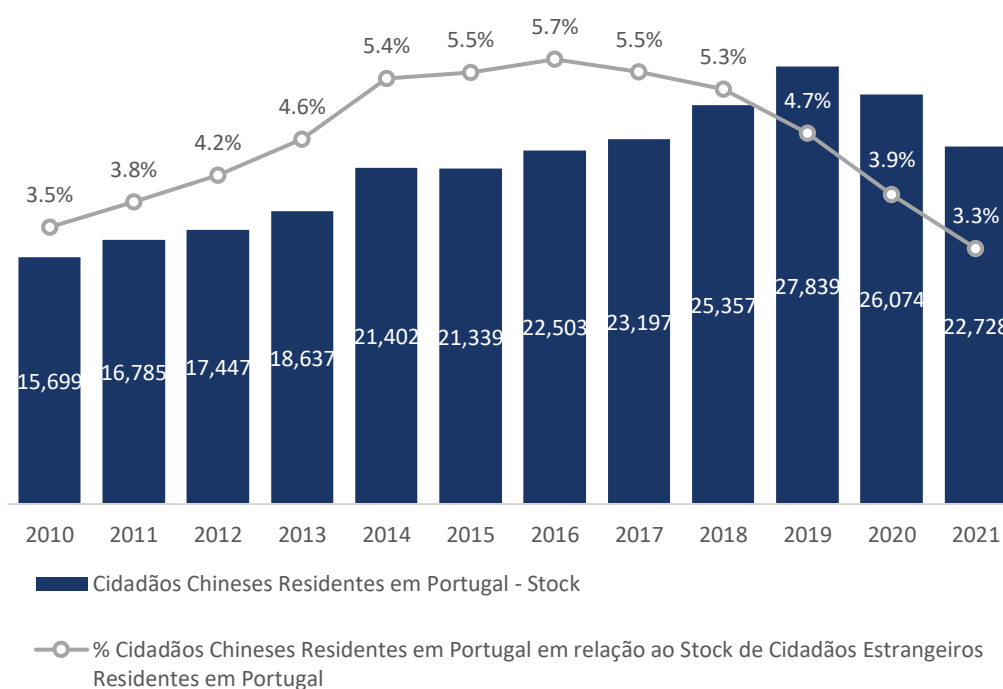


Figura 7 - Imigração chinesa em Portugal.³¹⁵

Em termos absolutos a população chinesa residente em Portugal tem aumentando consistentemente desde 2010, representando, desde essa data, um aumento de 45%. Igualmente, a percentagem de imigrantes chineses relativamente à imigração total exibiu incrementos anuais, tendo apresentado um valor médio de 4,6% entre 2010 e 2021. Em 2021, a China foi a décima nacionalidade estrangeira mais representada em Portugal descendo duas posições face a 2010. Desde 2019, assiste-se à diminuição do número de residentes chineses em Portugal e do valor relativo desta nacionalidade face ao total de residentes estrangeiros em Portugal. Este facto pode dever-se a proibição total de deslocações que está em vigor no território chinês desde a crise pandémica de 2020.

³¹⁴ Diário da República, “Decreto-Lei n.º 14/2021”. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2021/02/03000/0002100024.pdf>

³¹⁵ Elaboração da autora com base nos Relatórios Estatísticos Anuais do SEF.

IV. III. III. Relação Comercial

Por último, ainda no campo da diplomacia económica, importa analisar a evolução do comércio entre Portugal e a China nos anos 2010 e 2021.

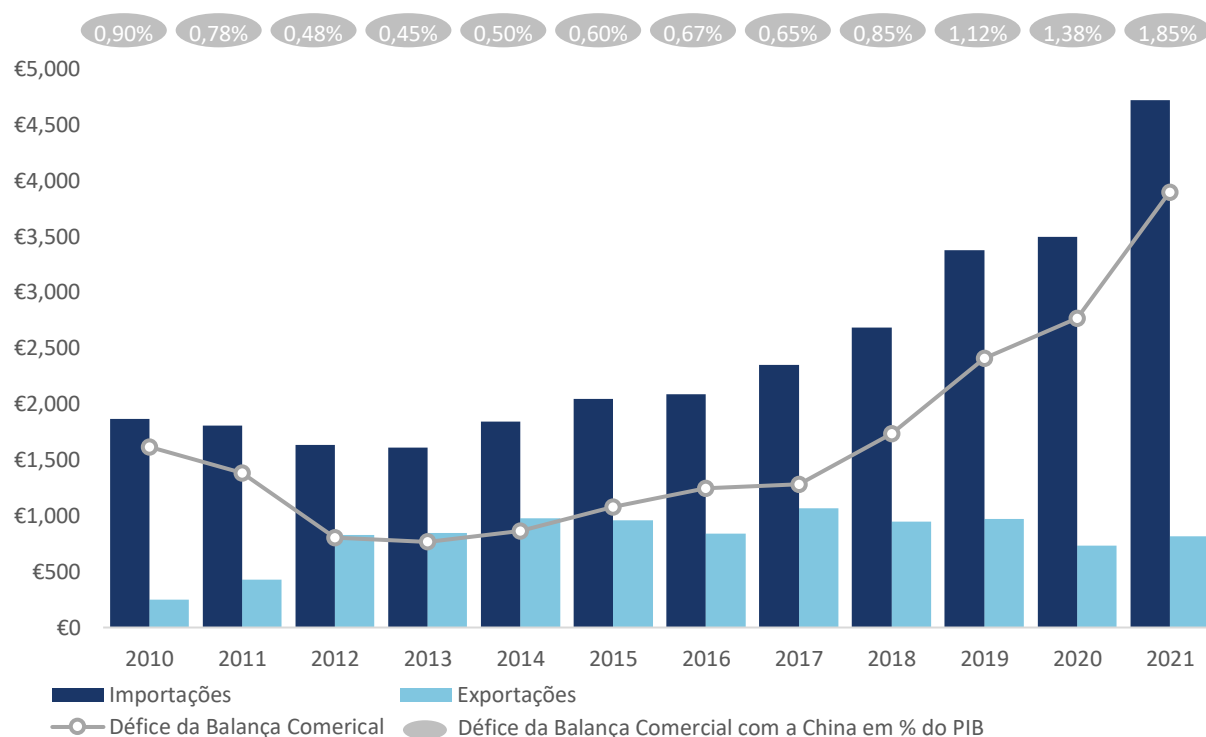


Figura 8 - Exportações e Importações de Bens e Serviços Portugal - China Continental em milhões de euros e Déficit da Balança Comercial em milhões de euros, em valor absoluto e em % do PIB.³¹⁶

A Figura 8 mostra como se têm comportado as relações comerciais entre Portugal e a China. Estas apresentam um claro aumento ao longo dos anos, tendo o comércio entre Pequim

³¹⁶ Elaboração da autora. Gabinete de Estratégia e Estudos, “Comércio Internacional Portugal - China Continental”. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-de-comercio-bilateral/china/1526-comercio-internacional-de-portugal-com-china-continental/file>; Pordata, “PIB”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>; Pordata, “Balança Comercial”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Balança+comercial-2594>; Pordata, “Exportações de bens: total e por principais países parceiros comerciais”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Exportações+de+bens+total+e+por+principais+pa%C3%ADses+parceiros+comerciais-2346>; Pordata, “Exportações de serviços: total e por principais países parceiros comerciais”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>; Pordata, “Importações de serviços: total e por principais países parceiros comerciais”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Importações+de+serviços+total+e+por+principais+pa%C3%ADses+parceiros+comerciais-2348>; Pordata, “Importações de bens: total e por principais países parceiros comerciais”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Importações+de+bens+total+e+por+principais+pa%C3%ADses+parceiros+comerciais-2345>

e Lisboa aumentado, em média, 239 milhões de euros ao ano entre 2010 e 2021. No entanto, a robustez das relações comerciais não foi acompanhada pelo equilíbrio das mesmas como se verifica no défice da balança comercial portuguesa face à China que sofreu agravamentos sucessivos desde 2014. Esta situação deveu-se ao aumento das importações vindas da China, bem como à diminuição das exportações para a RPC.³¹⁷

Em termos de exportações, a China é consistentemente apenas o décimo principal parceiro de Portugal, era-o em 2010 e manteve esta posição em 2021. O comércio com a China representou cerca de 1% do total das exportações de bens e serviços de Portugal, em média, entre 2010 e 2021. Contrariamente, relativamente às importações, a China, em 2010, ficava em sétimo no ranking de principais parceiros de Portugal e em quinto em 2021. Em termos do peso das importações chinesas em relação às importações totais, este foi, em média, entre 2010 e 2021, 3% tendo aumentado consistentemente. Em 2021, aproximadamente 5% das importações portuguesas vieram da China.³¹⁸

Esta é uma tendência europeia, visto que o défice comercial entre a EU a China atingiu 228,6 mil milhões de euros em 2021 e dado que a China é, presentemente, o maior mercado de importações da UE e o terceiro maior recetor de exportações.³¹⁹ Nos Estados Unidos, o défice comercial com a China em 2020 foi de 285,5 mil milhões de dólares, aproximadamente 283,74 mil milhões de euros.

IV. III. IV Panda Bonds

É também importante analisar a utilização de ferramentas económicas como meio de aproximação política no panorama internacional. No arsenal económico de cada país, uma das ferramentas macroeconómicas de maior destaque é a possibilidade de emissão de dívida, utilizada maioritariamente para gerir o orçamento de estado, estimular economias nacionais e, através de novas emissões, repagar dívidas existentes.

A capacidade que os países têm de se financiar na sua própria moeda é, por vezes, um fator determinante no seu desenvolvimento económico. Por um lado, um país pode não se

³¹⁷ Ibid.

³¹⁸ Ibid.

³¹⁹ European Commission, “China”. Disponível em: <https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/china/>; European Commission Directorate-General for Trade, “European Union, Trade in goods with China”. Disponível em: https://webgate.ec.europa.eu/isdb_results/factsheets/country/details_china_en.pdf

conseguir financiar na sua moeda nacional: caso a inflação seja alta e a moeda não seja uma “moeda de reserva”, a procura externa será limitada devido a medo de desvalorização da dívida em termos reais, o que acontece quando a taxa de inflação é superior à taxa de juro que a dívida paga. Por outro lado, quando um país emite dívida numa moeda externa fica sujeito a flutuações na taxa de câmbio externa. A título de exemplo, se um país apenas emite dívida em dólares americanos, cada ponto percentual de desvalorização da moeda nacional *versus* o dólar vai resultar num aumento de um ponto percentual da dívida quando convertida para moeda local. Este risco é referido pelos economistas como o “Pecado Original”, tendo sido um problema grave para economias emergentes nas décadas de 80 e 90.³²⁰

No caso de Portugal, cabe à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) a gestão da tesouraria nacional bem como o financiamento externo e gestão de dívida pública direta do estado. De acordo com esta agência, a dívida nacional deverá ser emitida maioritariamente em euros, sendo que “O IGCP admite ainda, como solução excecional e de último recurso, a possibilidade de emissão de instrumentos de médio e longo prazo em moedas não-euro, com o objetivo de colmatar necessidades adicionais, marginais e pontuais de financiamento. Para tal, dispõe de um programa de global *offerings* no mercado do US dólar”.³²¹ Em linha com os objetivos do IGCP, mais de 99% da dívida governamental Portuguesa foi emitida em euros, em linha com os outros 18 países da Zona Euro.³²²

É também importante definir o que são *Panda Bonds* e contextualizar a sua reduzida importância no mercado de internacional de obrigações devido ao baixo volume de transações que representam. *Panda Bonds* são títulos de dívida, tanto corporativa como governamental, emitidos em divisa nacional chinesa, o renminbi, por entidades não chinesas. Em 2020, o valor total de *Panda Bonds* em circulação era 40 mil milhões de dólares, correspondendo a apenas 0,2% do mercado global de obrigações. Destes 40 mil milhões, somente 3,3 mil milhões correspondem a títulos emitidos por governos soberanos, sendo o restante emitido por empresas que operam na China.³²³

³²⁰ Investopedia, “Why Governments Issue Foreign Bonds”. Disponível em:

<https://www.investopedia.com/articles/investing/051413/why-governments-issue-foreign-bonds.asp>

³²¹ IGCP, “Outros Instrumentos”. Disponível em: <https://www.igcp.pt/pt/menu-lateral/instrumentos-de-divida/outros-instrumentos/>

³²² Eurostat, “Structure of general government gross debt - end 2021”. Disponível em:

<https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/ddn-20220615-1>

³²³ Sinopsis, “Panda bonds that tie: Poland’s ruling party sets its sights on Beijing”. Disponível em:

https://sinopsis.cz/en/poland-panda-bonds/?utm_source=rssfeed&utm_medium=rss&utm_campaign=rssweb#:~:text=Panda%20bonds%20are%20mainly%20used,purpose%20of%20financing%20local%20operations

Feito este enquadramento, torna-se crucial a analisar a emissão de dívida governamental portuguesa em renminbi. Em maio de 2019, Portugal fez uma emissão de dívida de dois mil milhões de renminbi, equivalente a 260 milhões de euros. Esta emissão de dívida teve como alvo principal os investidores chineses e Portugal tornou-se o primeiro país da Zona Euro a emitir dívida em moeda chinesa, apesar de ser o terceiro país da União Europeia a fazer este tipo de transação (após a Polónia e Hungria em 2016 e 2018, respetivamente).³²⁴

Assim, importa compreender as razões que fundamentaram a transação. Uma emissão de dívida pode ter duas principais motivações: financeira e política. Do ponto de vista financeiro, a transação não foi particularmente atrativa para Portugal uma vez que é bastante mais útil para o Governo português receber dos investidores e repagar as suas dívidas em euros do que em renminbi. Ademais, o custo económico, isto é a taxa de juro que Portugal ofereceu na emissão, foi mais elevado do que numa operação comparável em euros, de acordo com Ricardo Mourinho Félix, Secretário de Estado das Finanças no momento da emissão³²⁵ e foi necessário, também, emitir também um *swap* para gerir o risco de exposição às flutuações de uma moeda estrangeira, tornando a operação ainda mais complexa. O Governo português invocou como pretexto a diversificação de fontes de financiamento através do acesso ao mercado chinês. Contudo, o montante emitido, 260 milhões de euros, é significativamente reduzido em relação ao total de dívida pública portuguesa em 2021, cerca de 270 mil milhões de euros, o que não corrobora a intenção de diversificação.³²⁶ Por fim, é relevante salientar que a dívida tinha uma maturidade de três anos, até 2022, e que após a emissão de 2019 não houve mais nenhuma emissão em renminbi.

Ao analisar a cronologia da transação percebemos que esta foi principalmente um protocolo político com o intuito de aumentar a colaboração entre Pequim e Lisboa. No seguimento da visita do Primeiro Ministro português à China, em 2016, onde António Costa afirmou que Portugal queria participar ativamente na BRI, o Governo português começou a estudar a emissão dos *Panda Bonds*. Mais tarde, em 2018, aquando da visita de Xi Jinping a Portugal, a Caixa Geral de Depósitos assinou um protocolo com o Banco da China para “a

³²⁴ Financial Times, “Portugal raises Rmb2bn from ‘Panda bond’ sale”. Disponível em: <https://www.ft.com/content/d287ed46-82e0-11e9-9935-ad75bb96c849>

³²⁵ Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa (CCILC), “Portugal, avança com emissão de Panda Bonds. Vende 2 mil milhões em Renminbi. Disponível em: <https://ccilc.pt/imprensa/portugal-avanca-com-emissao-de-panda-bonds-vende-2-mil-milhoes-de-renminbi/>

³²⁶ Banco de Portugal, “Dívida pública: nota de informação estatística de dezembro de 2021”. Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/noticias/1524/>

implementação do memorando de entendimento relativo à emissão de Panda Bonds".³²⁷ Para Portugal, de acordo com o Economista João Duque, a motivação foi o "acesso fácil a um mercado de gigantescas proporções" e o "(...) começar pouco a pouco a habituar os investidores chineses ao emitente Portugal e poder assim abrir portas para futuras emissões e atrair esses investidores".³²⁸ Para a China, é crucial contrariar a influência do dólar americano no sistema financeiro internacional sendo fundamental, para alcançar este objetivo, a internacionalização do renminbi. A longo prazo, a estratégia do Governo chinês visa a criação de um sistema monetário internacional mais favorável aos interesses chineses dado que, com mais renminbi em circulação os agentes chineses podem comprar e vender serviços externos mais facilmente, bem como financiar e pedir financiamento a nível externo, em moeda chinesa. Este leque de possibilidades diminui a exposição de agentes chineses ao risco monetário causado por flutuações no valor da moeda.³²⁹ Por fim, a emissão de *Panda Bonds* é também importante no âmbito da BRI. Ao emitir dívida em divisa chinesa, os procedimentos da emissão podem ser utilizados para fazer pagamentos em renminbi a empresas chinesas que estejam envolvidas em projetos da BRI.

IV. III. V. Considerações e Motivações

Resumidamente, observou-se desde 2010 uma intensificação das relações económicas e políticas sino-portuguesas. Para Portugal, a intensificação da relação com a China foi motivada pela crise financeira e resultante da necessidade de investimento externo, devido aos cortes na despesa pública impostos pela Troika. Importa, agora, compreender qual foi a motivação da China para o estreitamento das relações com Portugal.

Como foi explicitado no capítulo II. II., por meio da iniciativa *Belt and Road*, a China quer ser projetada a potência internacional, através do aumento da conectividade e interdependência económica, bem através da crescente influência chinesa junto das organizações internacionais e da exportação das normas chinesas para o mundo. É consensual que antes de Xi Jinping se tornar líder da República Popular da China e da iniciativa *Belt and*

³²⁷ Jornal de Negócios, "Portugal vai emitir dívida em moeda chinesa na próxima semana". Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/mercados/obrigacoes/detalhe/portugal-vai-colocar-divida-em-moeda-chinesa-na-proxima-semana>

³²⁸ Diário de Notícias, "Dívida em renminbi mostra dois lados da moeda". Disponível em: <https://www.dn.pt/brandstory/divida-em-renminbi-mostradois-lados-da-moeda-8806596.html>

³²⁹ Edwin L.-C. Lai, "Renminbi Internationalization: The Prospects of China's Yuan as the Next Global Currency". HKUST IEMS Institute for Emerging Markets Studies, Vol. 9, 2015, pp. 1-4.

Road ter sido apresentada, já existia investimento chinês na Europa e aproximação económica com Portugal. No entanto, este investimento era mais de oportunidade do que realizado através de um esforço pensado e consertado com objetivos claros de interligação internacional. Com a iniciativa *Belt and Road* o investimento chinês ganhou coerência e rapidamente passou a estar enquadrado no projeto de expansão internacional chinês.

Uma vez que Portugal é um país europeu, membro da União Europeia, e com presença atlântica, clarificam-se as razões que motivaram o investimento chinês em Portugal. Em primeiro lugar, ao investir em setores chaves da economia portuguesa, como a energia, saúde e serviços financeiros, a China indicou um fundamento de investimento mais estratégico e político do que simplesmente económico, sendo que estes setores alvo são estratégicos para o bom funcionamento público e para a segurança do país. Outros países europeus não aceitam investimentos chineses em setores estratégicos da sua economia pois temem que os seus países se exponham demasiado às flutuações políticas e económicas da China. Os investimentos chineses têm sido determinados, também, pela oportunidade de acesso a conhecimento e tecnologia, como no caso do investimento chinês na EDP. Outro ponto de interesse que atrai Pequim a Lisboa é a sua situação geográfica e institucional, enquanto membro da UE. Os objetivos da China na Europa não se reduzem somente ao desenvolvimento de infraestruturas para criação de valor e de emprego, mas passam também pelo aumento do capital político junto das instituições europeias. Deste modo, a China tem procurado em Portugal, como noutros países europeus, apoio dentro da UE em matérias de interesse chinês, dado que muitas vezes a unanimidade dos Estados-Membros nas votações é um requisito para passar legislação e para a tomada de posições estratégicas. A título de exemplo, como mencionado anteriormente, esteve a expectativa chinesa de apoio português para a aceleração da ratificação do acordo de investimento entre a UE e a China, durante a presidência portuguesa do Conselho da UE em 2021.³³⁰ Vimos, também, que a China utilizou a mesma estratégia com a Grécia e com a Hungria.

Compreendemos que o interesse de Pequim em Portugal se prende com o seu projeto de ascensão da China. Assim, os investimentos chineses em Portugal, especialmente numa

³³⁰ Observador, “China espera “empurrão” de Portugal para acordo de investimento com União Europeia”, 2021. Disponível em: <https://observador.pt/2021/01/30/china-espera-empurrao-de-portugal-para-acordo-de-investimento-com-uniao-europeia/>. Philippe Le Corre, “This is China’s Plan to Dominate Southern Europe”. National Interest, 2018. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/chinas-plan-dominate-southern-europe-34697>. Philippe Le Corre, “‘China’s Offensive in Europe;’ Is There a Master Plan in Beijing?”. The Wall Street Journal, 2016. Disponível em: <https://www.iris-france.org/78081-chinas-offensive-in-europe-is-there-a-master-plan-in-beijing/>.

altura em que eram necessários, deram à China a oportunidade de ganhar boa vontade política e uma porta para a Europa.

No sentido inverso, do lado português, a relação bilateral com a China é de uma natureza mais económica do que política. Ao contrário da Hungria, Portugal não pretende alavancar a sua relação com a China para desafiar a UE. A relação cresceu fruto de necessidade económica, numa altura em que o Governo estava privado de capital. Os ativos vendidos foram transacionados em leilões competitivos, nos quais os chineses licitaram mais alto que os restantes interessados, como Paulo Portas confirmou em 2015 ao dizer que nenhuma empresa europeia apresentou propostas melhores que as empresas chinesas durante a onda de privatizações no pós-crise.³³¹

Tendo em conta todo este enquadramento, é possível afirmar que tanto em Portugal como na China, o relacionamento luso-chinês é visto como positivo e mutuamente benéfico. Embora exista uma crescente oposição na Europa aos investimentos chineses e consequente poder chinês no continente europeu, Portugal não apresenta, de modo geral, resistência à entrada de capital chinês no país.³³² Por outro lado, depois do período onde as aquisições chinesas foram mais intensas, parece que o apetite tem vindo a cair nos últimos anos.

Capítulo V. Desafios Futuros

V. I. Estados Unidos vs. China

O trabalho desenvolvido ajuda a explicitar a evolução da relação luso-chinesa desde que esta se estabeleceu há cinco séculos atrás até à atualidade, com especial enfoque nos anos que se seguiram à crise financeira e intervenção externa em Portugal. No rescaldo da crise da dívida pública, o investimento chinês foi muito importante através da injeção de capital na economia portuguesa e da aquisição de empresas e imobiliário.

Aceitando a saudável relação política entre Portugal e a China, baseada na parceria estratégica que envolve trocas comerciais, investimento e colaboração na iniciativa *Belt and Road*, é pertinente detalhar os desafios futuros que o relacionamento bilateral luso-chinês

³³¹ Wilson Ledo, “Paulo Portas: “As empresas chinesas investiram em Portugal num momento difícil””. *Jornal de Negócios*, 2015. Disponível em: https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/paulo_portas_as_empresas_chinesas_investiram_em_portuga_l_num_momento_dificil

³³² John Seaman, Mikko Huotari, Miguel Otero-Iglesias, “Chinese Investment in Europe: A Country-Level Approach”. *A Report by the European Think-tank Network on China (ETNC)*, 2017, pp. 117-125.

reserva. O principal prende-se com a crescente rivalidade entre o parceiro económico asiático e o aliado tradicional de defesa e segurança americano. O aumento da tensão entre os EUA e a China coloca problemas à estratégia diplomática portuguesa, essencialmente, em três dimensões: o porto de Sines, os Açores e o 5G.

São vários os desafios que vão marcar o futuro da relação entre Portugal e a China, mas nenhum é mais fraturante que o problema da incompatibilidade nas relações com os EUA e com a China. Portugal tem, até ao momento, conseguido retirar benefícios das suas relações com Washington e Pequim sem grandes repercussões. Com Washington, Portugal mantém o vínculo atlântico e política comum de segurança e defesa, patente na participação de ambos na NATO. Da China, Portugal recebeu injeções de capital vitais ao funcionamento da sua economia. Contudo, a relação exclusivamente económica com a RPC passou a ter também contornos estratégicos, devido à inclusão de Portugal na iniciativa *Belt and Road*. Neste sentido, Portugal apresentou-se, por vezes, como um aliado chinês na Europa o que se tem tornado um obstáculo incontornável para a relação luso-americana. Em 2020, George Glass, Embaixador americano, deixou claro que pode chegar a altura em que Portugal será obrigado a escolher entre aliados americanos e parceiros chineses. Nas suas palavras, os portugueses “têm de fazer uma escolha agora. Não se pode ter os dois...”³³³

V. I. I. Sines

O porto de Sines é um porto de águas profundas, sendo também, o porto europeu mais perto do Canal do Panamá e dos EUA. Para os EUA, Sines representa uma oportunidade de aumentar as exportações de gás para a Europa, o que permitiria uma redução da dependência da UE face à Rússia. Para a China, Sines apresenta-se como uma das interseções entre os corredores terrestres e marítimos da iniciativa *Belt and Road*. Em linha com estas possibilidades e na sequência do memorando de entendimento assinado entre Portugal e a China em 2018, Pequim fez uma proposta de 640 milhões de euros para estabelecer em Sines um porto de contentores chineses, no âmbito da BRI.

É de notar a diferença na forma de atuação da China e dos EUA, relativamente ao Porto de Sines. Enquanto o investimento americano é feito no contexto de uma economia livre e concorrencial onde as empresas, e não o Governo, são responsáveis pelas suas decisões de investimento, no que respeita às empresas chinesas estas, ou são empresas estatais ou estão

³³³ Expresso, op. cit.

fortemente controladas pelo PCC. Logo, se o Governo chinês entender como geopoliticamente interessante o investimento em Sines, as empresas vão seguir as diretrizes estatais. Pelo contrário, nos EUA, mesmo que o Governo veja interesse estratégico no investimento, as empresas americanas, para investir, têm também de considerar o projeto lucrativo.

Desde a sua abertura, em 2019, os olhos estiveram postos, um pouco por todo o mundo, no concurso público internacional para a construção e concessão do novo terminal de contentores do porto de Sines. Os Estados Unidos, por meio do antigo Embaixador dos EUA em Portugal, George Glass, expressaram desagrado e receio de ver o porto de Sines cair em mãos chinesas por motivos estratégicos e de segurança. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, à data, deixou clara a natureza concorrencial a que está sujeita a concessão em Sines e, nesse sentido, afirmou a relevância de existirem propostas europeias e americanas atrativas. Ademais, o Ministro afirmou que “Portugal quer participar na iniciativa chinesa do século XXI, mas não vamos estar dentro da iniciativa”.³³⁴ No entanto, apesar do interesse elevado que parecia suscitar o porto a sul de Lisboa, o concurso terminou sem propostas, devido aos efeitos da pandemia Covid 19, de acordo com José Luís Cacho, presidente da administração dos Portos de Sines e do Algarve.³³⁵

A dimensão do desafio do Porto de Sines evidenciou-se com a recente guerra na Europa, entre a Rússia e a Ucrânia. A invasão russa à Ucrânia, em fevereiro de 2022, trouxe inúmeros problemas à Europa, um dos quais uma grave crise energética provocada pela elevada dependência do gás russo. Neste contexto, já foi aprovado investimento no Porto de Sines para aumentar a capacidade de receber gás e enviar para a Europa.³³⁶ A guerra entre a Rússia e a Ucrânia mostrou aos estados e às empresas que, por vezes, manter relações próximas com países não alinhados com os interesses ocidentais pode ter repercussões económicas e políticas pesadas. Traçando um paralelo entre a guerra Rússia-Ucrânia e um eventual conflito entre a

³³⁴ World Politics Review, “How Long Can Portugal Continue to Play Both Sides of the U.S.-China Rivalry?”, 2020. Disponível em: <https://www.worldpoliticsreview.com/articles/29246/how-long-can-portugal-continue-to-play-both-sides-of-the-u-s-china-rivalry>. Financial Times, 2020, op. cit.; Philippe Le Corre, “China’s Rise as a Geoeconomic Influencer: Four European Case Studies”. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2018; TDM Portuguese News & Programs, op. cit.; Expresso, “EUA pressionam Governo: “Portugal tem de escolher agora entre os aliados e os chineses”. Disponível em: <https://expresso.pt/politica/2020-09-25-EUA-pressionam-Governo-Portugal-tem-de-escolher-agora-entre-os-aliados-e-os-chineses>.

³³⁵ Sergio Goncalves, “UPDATE 1-No bids in Portugal's tender for Sines container port terminal”. Reuters, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/portugal-ports-tender-idUSL8N2M03BJ>.

³³⁶ RTP Notícias, “Governo aprova investimento no Porto de Sines para reforçar capacidade de receber e expedir gás”. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/economia/governo-aprova-investimento-no-porto-de-sines-para-reforcar-capacidade-de-receber-e-expedir-gas_n1431725

China e o Taiwan, rapidamente percebemos que ter uma concessão chinesa no Porto de Sines pode ter consequências agudas, principalmente na relação com os Estados Unidos.

V. I. II. Açores

Outro desafio para a política externa portuguesa é a questão dos Açores, em particular, a redução da presença americana e, em contrapartida, o interesse chinês no arquipélago.³³⁷ Como supramencionado, os Açores, devido à sua situação geográfica, são uma região crítica tanto para os EUA como para a China. Para os EUA, os Açores encontram-se no limite da sua área de defesa e constituem um garante do domínio americano no Atlântico. Para a China, a posição das ilhas no Atlântico Norte torna-o extremamente atrativo no contexto da iniciativa *Belt and Road* e simboliza uma das arenas onde a China desafia o poder americano. A questão dos Açores coloca Portugal entre a espada e a parede, entre os EUA e a China, evidenciando a progressiva dificuldade de Lisboa em conciliar as exigências asiáticas e americanas.

V. I. III. 5G

Ainda no contexto da rivalidade EUA-China, é relevante mencionar a situação com a empresa chinesa Huawei. Portugal, ao contrário de outros países europeus, optou por não limitar a participação chinesa na rede de 5G nacional. A ideia de que, desde que a Huawei cumpra a lei portuguesa e europeia, a colaboração sino-portuguesa não será um problema, tem sido reforçada pelos governantes portugueses, a contragosto dos EUA.³³⁸

O 5G é a tecnologia de quinta geração para redes móveis e de banda larga. É atualmente utilizado para a comunicação de banda larga, mas está pensado que esta tecnologia tenha mais utilizações nomeadamente a comunicação sensível, que requer transmissão sólida e contínua, e a comunicação maciça que permitirá conectar um número muito elevado de dispositivos. Estas aplicações relacionam-se com a Internet das Coisas (IdC) e trazem preocupações de segurança uma vez que permitem acesso a um número desmedido de dados.

Estas preocupações são sentidas não só pelos Estados Unidos, mas também pela Europa que publicou um relatório sobre a segurança da rede 5G, em 2019. Sumariamente, a Comissão

³³⁷ World Politics Review, 2020, op. cit.

³³⁸ Ibidem. Financial Times, 2020, op. cit.

Europeia aconselhava que não se utilizasse apenas um fornecedor de tecnologia 5G pois deixaria a rede móvel sujeitas às volatilidades de uma empresa.³³⁹

No caso da Huawei, sendo uma empresa chinesa este risco aprofunda-se. Embora a Huawei seja uma empresa privada, como vimos no capítulo do enquadramento teórico, as multinacionais, têm nacionalidade e cultura, espelhando, por isso, os principais interesses do seu país de origem. Facto que se intensifica num regime autoritário, como o chinês. Assim os riscos associados ao controlo da rede 5G por empresas chinesas prendem-se com a possibilidade de acesso do estado chinês a dados confidenciais e com a possível adoção, por parte da Huawei, de políticas favoráveis à China.

Apesar de conhecimento da forte oposição americana à utilização de Huawei na rede de 5G, o Governo português não excluiu a multinacional chinesa do mercado, como foi o caso do Governo britânico. Não obstante, a Nos, Altice e Vodafone, principais operadoras de telecomunicações em Portugal determinaram que não vão utilizar tecnologia Huawei nas suas principais redes de 5G.³⁴⁰

V. II. O futuro do comércio e do investimento

Outros desafios da relação sino-portuguesa relacionam-se com o comércio e o investimento. É crucial que se reduza o défice da balança comercial portuguesa e que os investimentos chineses em Portugal sejam através de projetos *greenfield*.³⁴¹ É também importante reduzir o investimento chinês em imobiliário e conseguir captar capital para outros sectores com maior necessidade.

No que diz respeito à balança comercial, tanto no caso português como nos outros casos analisados neste texto, o desequilíbrio em favor da China continua a ser considerável. É crucial alcançar um equilíbrio mais sustentável, de modo a estimular a economia portuguesa através do aumento de exportações. A China tem uma política comercial bastante mais restritiva que Portugal e a União Europeia, dificultando o acesso ao seu mercado interno.

³³⁹ NIS Cooperation Group, “EU coordinated risk assessment of the cybersecurity of 5G networks”. Comissão Europeia, 2019.

³⁴⁰ Reuters e Público, “Telecomunicações portuguesas não terão Huawei nas redes core 5G. Não há “imposições” do Governo”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/07/30/tecnologia/noticia/operadoras-telecomunicacoes-portuguesas-nao-va-utilizar-huawei-redes-5g-1926465>

³⁴¹ Financial Times, 2020, op. cit. TDM Portuguese News & Programs, op. cit.

Em relação aos investimentos do tipo *greenfield*, as empresas chinesas deveriam investir mais na construção de negócios de raiz, gerando novos postos de trabalho e estimulando a economia local. Exemplos passados foram a entrada do ICBC e da Huawei em Portugal, que criaram operações através de investimento, ao invés de comprar empresas já em funcionamento em Portugal. Contudo, os exemplos de investimentos *greenfield* são bastante reduzidos quando comparados com os investimentos *brownfield*. Por fim, é crucial captar investimento chinês em sectores económicos que gerem riqueza e não produzam apenas rendas, como o imobiliário.

V. III. As violações dos Direitos Humanos e Política Externa de Valores

O contraste da natureza do regime chinês com a política externa de Portugal baseada nos valores da vida humana e da defesa do estado de direito³⁴² cria um desafio futuro nas relações sino-portuguesas, uma vez que Portugal vai ter de pesar a importância de relações com democracias, que defendem os mesmos valores que Portugal, *versus* possíveis ganhos económicos, políticos e financeiros que poderão vir de um aprofundamento da relação com a República Popular da China. Referente a esta questão, podemos referir a execução da Declaração Conjunto Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau. Aquando da restituição de Macau à China em 1999, ficou acordado que na Região Especial Administrativa de Macau figuraria, até 2049, o sistema capitalista, o respeito pela democracia, pela autonomia, a liberdade de expressão, imprensa, associação e manifestação. No entanto, temos assistido a violações, até à data, incólumes do Tratado entregue às Nações Unidas. O estrangulamento da democracia em Macau tem acontecido através de condicionamentos à liberdade de imprensa através de pressão exercida sobre jornalistas para que sigam a linha editorial do PCC, através da proibição da vigília em memória do massacre de Tiananmen e, mais recentemente, através da exclusão arbitrária e autoritária de candidatos às eleições parlamentares.

Ainda relativamente à dualidade entre a perseguição de uma política externa de valores e a relação com a China, os acontecimentos em Xinjiang e Hong Kong representam claros desafios para o futuro da relação luso-chinesa.

³⁴² Nuno Severiano Teixeira, 2010, op. cit.

Capítulo VI. Conclusão

Nesta dissertação descreveu-se a evolução da relação luso-chinesa na sequência da crise financeira portuguesa de 2010. Para analisar o desenvolvimento desta relação foi necessário percorrer a dimensão histórica que contextualiza as interações entre Portugal e a China. Como ficou explícito, a relação sino-portuguesa data ao século XVI. Desde então, e até 1949, Portugal e a China foram parceiros comerciais. O comércio entre os dois países foi aumentado e, em 1557, foi instituído em Macau um entreposto comercial português. Esta foi a primeira fase da relação luso-chinesa. A relação bilateral pautou-se pela centralidade de Macau entre 1950 e 1999, anos cruciais tanto para a China, com a fundação e fortalecimento da República Popular da China, como para Portugal com o a Revolução do 25 Abril e fim do Estado Novo. Em 1979, reestabeleceram-se as relações diplomáticas entre Portugal e a China, e até 1999, o relacionamento pautou-se pela resolução da questão de Macau que consistiu na devolução à RPC do exercício da soberania sobre o território. Seguidamente, entrou-se na terceira fase da relação luso-chinesa, uma fase de algum adormecimento. Entre 2000 e 2010, Lisboa e Pequim mantiveram uma boa relação política e económica, patente na criação do Fórum Macau e da Parceria Estratégica Global, mas foi um período de menor intensidade na relação luso-chinesa.

Como concluímos, no contexto da política externa portuguesa, as relações com a China tiveram diferentes fases. Ainda que a China nunca tenha sido central na definição da orientação diplomática portuguesa, a importância da relação luso-chinesa esteve sempre presente, obtendo uma posição de destaque com a questão de Macau e, mais recentemente, como solução para a crise de 2010. Neste sentido, a relação com a China entre 2010 e 2021 evoluiu, tendo havido um aprofundamento da confiança política e um estreitamento das ligações económicas.

A nível político, os programas de Governo indiciam uma aproximação a Pequim através do recurso à diplomacia económica como estratégia para recuperar a credibilidade portuguesa nos mercados internacionais e atrair investimento chinês. O número de viagens institucionais aponta também para um estreitamento da relação política entre Portugal e a China, uma vez que houve um aumento significativo face à década anterior. Contudo, tanto nos programas de Governo como ao nível das viagens dos mais altos quadros, é observável uma desaceleração a partir de 2019. Este abrandamento pode ter várias explicações, como a redução das viagens internacionais devido à pandemia Covid 19.

A nível económico, a relação luso-chinesa teve um impulso com a crise financeira. A precisar de capital e de cumprir o programa da Troika, Portugal aceitou as atrativas ofertas

chinesas para comprar participações significativas na EDP, REN, Caixa Seguros, entre outras empresas. O IDE chinês é expressivo em Portugal, tendo sido a China o quarto maior investidor, em 2021. O desenvolvimento da relação económica refletiu-se também num aumento do comércio e consequente deterioração do défice comercial português face à China. Ademais, a imigração chinesa tem vindo a aumentar, sendo que muitos imigrantes procuram o mecanismo de vistos *gold* para entrar em Portugal.

Em termos de desafios atuais e futuros da relação luso-chinesa, destaca-se, em primeiro lugar, as consequências ao nível do vínculo transatlântico que um aprofundamento da relação com a China poderá ter, o que, levado às últimas instâncias, poderia representar uma mudança drástica na condução externa de Portugal.

Considerando a investigação desenvolvida no presente trabalho, determina-se as seguintes quatro ideias como os resultados fundamentais da dissertação.

Em primeiro lugar, com a crise financeira portuguesa de 2010, inicia-se uma nova etapa da relação luso-chinesa. Após um período de moderada atividade, a crise internacional que começou nos Estados Unidos em 2008 e originou, na Europa uma crise de dívidas soberanas, colocou Portugal num aperto financeiro. A recessão, que teve início em 2010, traduziu-se numa necessidade imperativa e urgente de financiamento em Portugal e culminou no pedido de resgate e, consequentemente, na decisão de venda de ativos do estado. Foi perante esta conjuntura financeira e internacional que a China ganhou um lugar de destaque no campo da diplomacia política e económica portuguesa. Sendo a relação entre a Economia e a Política simbióticas, um aprofundamento da relação de investimento e de comércio teria de ser acompanhado por algum estreitamento da relação política. Como mencionado, a aproximação entre Lisboa e Pequim é comprovada com o aumento das referências diretas à China nos programas de Governo de 2010-2021 e aumento das viagens institucionais em comparação com a década anterior. Ademais, demonstrou-se nesta tese que a China foi um ávido comprador de empresas portuguesas no período de recuperação económica, tendo adquirido ativos estratégicos e incrementado a sua posição e fluxo de investimento em Portugal. De igual modo, mostrou-se que a China foi o principal recetor de vistos *gold*, sendo que o maior número de ARIs emitidas a cidadãos chineses aconteceu em 2014. Por conseguinte, verificámos, também a imigração chinesa em Portugal aumento na sequência da crise financeira. Como expectável, houve também um fortalecimento da relação comercial. Por fim, foi apresentada, também, a emissão de dívida portuguesa em divisa chinesa.

A segunda ideia fundamental relaciona-se com as motivações do estreitamento da ligação entre a China e Lisboa. Sendo claro que, no contexto da crise em Portugal, a relação luso-chinesa atingiu um ponto forte de confiança e envolvimento, os motivos desta aproximação são concomitantemente políticos e económicos. Para Portugal, a relação com a China é baseada em interesses, essencialmente, económicos. A China foi, num período de dificuldades financeiras, fonte de capital para a economia portuguesa. Ao contrário de outros países europeus, como vimos, Portugal não pretendeu alavancar a sua relação com Pequim para contrabalançar ou desafiar parceiros e aliados. Adicionalmente, verificámos que as participações vendidas pelo Estado português a investidores chineses, tiveram como justificação principal o valor das ofertas, sendo que foi a China quem mais alto licitou.

Não obstante, enquanto para Portugal a relação se caracterizava pela natureza económica, para a China o interesse foi maioritariamente estratégico e político. Inserido na iniciativa *Belt and Road*, o fortalecimento da relação luso-chinesa prende-se com o empreendimento chinês de ascensão a potência internacional. Para alcançar essa posição, a China procura fomentar a conectividade e interdependência económica para, desse modo, aumentar a sua influência e exportar os seus princípios. Assim, o interesse da China prende-se com o facto de Portugal pertencer à União Europeia e ser, também, um país atlântico, representado uma porta para o Ocidente. Outro resultado crucial deste trabalho é a conclusão de que a duradoura e harmoniosa relação entre Portugal e a China não teve preponderância na aproximação política e económica de 2010. Ficou explícito na dissertação que Pequim estreitou o seu relacionamento com vários países europeus na sequência da crise da Zona Euro, alguns dos quais com quem não mantinha uma relação particularmente próxima, nem longa, reforçando as motivações estratégicas e políticas do investimento chinês, em Portugal. Apesar do carácter económico do interesse português em investimento chinês, a evolução da relação luso-chinesa teve consequências políticas. A crescente rivalidade entre os EUA e a China e o endurecimento da posição da UE vis-à-vis China, puseram Portugal em situações difíceis, como quando o Embaixador americano em Portugal deixou claro que, mais cedo ou mais tarde, Portugal teria de escolher entre a China e os Estados Unidos.

O terceiro ponto que resulta da análise efetuada na dissertação, relaciona-se com a inferência de que a relação sino-portuguesa pode estar a entrar num novo momento de arrefecimento dos laços bilaterais. Determinou-se que os principais investimentos chineses em grandes empresas portuguesas foram realizados até 2017, que desde este ano, observa-se, similarmente, uma diminuição do valor absoluto e relativo das emissões de vistos *gold* a

investidores chinesas e uma quebra no stock de imigração chinesa em Portugal desde 2019. Como foi referido, não houve, também, mais nenhuma emissão de *Panda Bonds* pelo Governo português. Os indícios de desaceleração na relação luso-chinesa foram evidenciados, também, do prisma político, nomeadamente, a interrupção de visitas institucionais desde 2019 e as mudanças no texto dos três programas de Governo de António Costa. Se, em 2015 se dava destaque a relação com Pequim, em 2022 já não havia nenhuma menção específica à RPC.

Por fim, é relevante refletir sobre os motivos do recente abrandamento do relacionamento entre Portugal e a China, a quarta ideia que deriva da investigação. Por um lado, as relações que os aliados tradicionais portugueses, os EUA e a Europa, estabelecem com a China contribuem para a definição da condução externa de Portugal. É natural que se sinta em Portugal os efeitos do crescente antagonismo americano e picos de tensão entre os EUA e a China e, em menor escala, entre Bruxelas e Pequim, que podem contribuir para um afastamento entre a RPC e Portugal. Adicionalmente, outra causa pode ser o carácter autoritário do regime chinês, espelhado no controlo e constrangimento do investimento no estrangeiro. Por último, a recente tendência de desglobalização e reindustrialização da Europa provocada pelas disrupções das cadeias de distribuição devido à pandemia Covid 19, contribuiu também para um realinhamento com parceiros ocidentais, com os quais Portugal partilha os valores basilares de defesa da democracia, do estado de direito e dos direitos humanos.

No seu último livro “Global Political Economy”, Robert Gilpin, professor de Política e Relações Internacionais em Princeton, recorda as seguintes máximas da economia: “todos os benefícios têm um custo” e “num mundo de escassez tem de se fazer escolhas difíceis”.³⁴³ Este pensamento surgiu diversas vezes durante o desenvolvimento desta dissertação. O tempo e espaço para completar a investigação são limitados e, por isso, escolhas difíceis foram feitas, das teorias abordadas, às variáveis analisadas. Como em tudo, o ganho em concisão e clareza acarreta custos de incompletude, mas esse é o enlevo da investigação. Do facto de todos os trabalhos serem incompletos, originam-se as lacunas que produzem novo conhecimento e, assim, desafio, logo à partida, a quem mais se interessar pelo tema das relações luso-chinesas a continuar este trabalho aqui apresentado. Assim, ficaram por investigar questões de elevado interesse que se inserem no contexto das relações luso-chinesas. Importa compreender a evolução da relação luso-chinesas no contexto pós crise pandémica e guerra da Ucrânia e as implicações que a atual conjuntura internacional terá na interação entre Pequim e Lisboa.

³⁴³ Robert Gilpin, “Global Political Economy: Understanding the International Economic Order”. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2001, p. 24.

Ademais, é útil compreender as implicações do relacionamento sino-português nas relações que Portugal estabelece com outros países da região, como o Japão e a Índia, adversários da China, com quem Portugal tem, também, laços históricos. Finalmente, a questão da triangulação das relações da China com os PALOP tendo Portugal como intermediário privilegiado deve ser explorada, de forma a comprovar se o Fórum Macau beneficiou Portugal na sua relação com a China.

Capítulo VII. Referências

Ágnes Szunomár e Peragovics Tamás, “Hungary. An Assessment of Chinese-Hungarian Economic Relations”. *Comparative Analysis of the Approach Towards China: V4+ and One Belt One Road*, Prague Security Studies Institute, 2019, pp. 2-8.

Alyssa Ayres, “India Objects to China's Belt and Road Initiative—and It Has a Point”. Council on Foreign Relations, 2017.

American Enterprise Institute, “China Global Investment Tracker”. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>

Anabela Campos e Isabel Vicente, “Negócios da China: Como a Troika abriu a porta à venda das empresas de bandeira, a invasão do investimento chinês e os novos donos disto tudo”. Oficina do Livro, 1ª Edição, Lisboa, 2016.

Andrew Linklater, “Marxism”. Em Scott Burchill, Andrew Linklater, et. al., “Theories of International Relations”. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 3ª Edição, pp. 110-136.

Aníbal Cavaco Silva, “Arquivo da Presidência”. Disponível em: <https://anibalcavacosilva.arquivo.presidencia.pt/?idc=48>

António Raimundo, Stelios Stavridis e Charalambos Tsardanidis, “The Eurozone crisis’ impact: a de-Europeanization of Greek and Portuguese foreign policies?”. *Journal of European Integration*, Vol. 43, Num. 5, 2021.

Antonio Talia, “China’s National Dream Needs Chinese Power: The New Era in Xi’s Thought”. Instituto per gli Studi di Politica Internazionale, 2018, p. 3.

Arnaldo Gonçalves, "A Parceria Estratégia União Europeia-China". Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 118.

Arnaldo Gonçalves, “As relações políticas, diplomáticas e económicas de Portugal com a República Popular da China, mediadas por Macau”, 2009, pp. 3-4.

Banco de Portugal, “Dívida pública: nota de informação estatística de dezembro de 2021”. Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/noticias/1524/>

Banco de Portugal, “IPE-China-Pos-Anual-M€”. Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12573778>

Banco de Portugal, “O que é o investimento direto?": Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/paginas/1646/>

Banco de Portugal, “Séries Estatísticas - Investimento direto - Princípio direcional”.

Disponível em:

<https://bpstat.bportugal.pt/dados/series?mode=graphic&svid=3294&series=12586254,12586237,12586208,12586256,12586215,12586211,12585918,12586235,12586206,12586213>

Banco de Portugal, “Séries Estatísticas - Investimento direto - Princípio direcional”.

Disponível em:

<https://bpstat.bportugal.pt/dados/series?mode=graphic&svid=3295&series=12580200,12575914,12573787,12573781,12579710,12577798,12578065,12580192,12575401>

Banco de Portugal, “Séries Estatísticas”. Disponível em:

<https://bpstat.bportugal.pt/dados/series?mode=graphic&svid=3244&series=12503764,12503184,12469681>

Barta János, Gergely Jenő, Kristó Gyula, “History of Hungary from the prehistory to 2000”. Pannonica, 2002, pp. 37-113, pp. 616–644.

BBC, “Coronavirus: Trump moves to pull US out of World Health Organization”.

Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-53327906>

Benjamin J. Cohen, “International Political Economy – An Intellectual History”.

Princeton University Press, 2008, p. 16.

Bill Archer, “H.R.4444 — 106th Congress (1999-2000)”. Disponível em:

<https://www.congress.gov/bill/106th-congress/house-bill/4444>

Bloomberg, "EU Threatens Fines and Merger Bans for Chinese State Firms".

Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-04-27/eu-threatens-fines-and-merger-bans-for-chinese-state-firms>.

Bloomberg News Wire, “Chinese Group Is Among Bidders for Portugal’s Brisa Stake”.

Disponível em: <https://www.bnnbloomberg.ca/chinese-group-is-among-bidders-for-portugal-s-brisa-stake-1.1393525>

Bloomberg, “European Trade Group Warns China Lockdowns Disrupting Production”.

Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-04-06/european-chamber-warns-china-lockdowns-disrupting-production?leadSource=verify%20wall>

Brain Schmidt, “Theories of US foreign policy”. US Foreign Policy, Nova Iorque:

Oxford University Press, 2012, pp. 5-21.

Breda Griffith, “Middle-income trap”. Em Nallari et al., “Frontiers in development policy”, 2011, pp. 39-43.

Bruno Mações, “Belt and Road, A Chinese World Order”. 1ª Edição. Reino Unido. Hurst & Company, 2018.

Businesswire, “Elliott Believes in a Brighter Future for EDP”. Disponível em: <https://www.businesswire.com/news/home/20190213005945/en/Elliott-Believes-in-a-Brighter-Future-for-EDP>

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa (CCILC), “Portugal, avança com emissão de Panda Bonds. Vende 2 mil milhões em Renminbi. Disponível em: <https://ccilc.pt/imprensa/portugal-avanca-com-emissao-de-panda-bonds-vende-2-mil-milhoes-de-renminbi/>

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, “DPE - Investimento Directo Português no Estrangeiro Lista Indicativa de Empresas na China”. Disponível em: https://www.ccilc.pt/en/wp-content/uploads/2017/07/idpe_china_semcontactos_1_12_2015.pdf

Carlos Esplugues, “China's Accession to WTO”. Chinese Business Law, 2009. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1952779>

Carlos Gaspar, “A China e a Questão de Macau”. Relações Internacionais, Lisboa. 43, 2014, pp. 110.

Carmen Mendes e Lorenzo Gagliano. “The Belt and Road Initiative: A New Platform in EU-China Cooperation?” The Belt and Road Initiative. Palgrave Macmillan, Singapore, 2020. pp. 239-253.

Carmen Mendes, “A evolução das relações Luso-Chinesas”. Estudios Iberoamericanos 2015-2016, 2016.

Carmen Mendes, “Portugal, China and the Macau negotiations, 1986-1999”. 1ª Edição. Hong Kong University Press, 2013.

Chatham House, “Nancy Pelosi in Taiwan: What lies ahead for China and the US?”. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2022/08/nancy-pelosi-taiwan-what-lies-ahead-china-and-us>

China-EU Summit, "EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation", 2013.
Disponível em/ https://eeas.europa.eu/archives/docs/china/docs/eu-china_2020_strategic_agenda_en.pdf

CMVM, “Proposta Aprovada na Assembleia Geral de Acionistas da Mota-Engil SGPS, S.A. de 7 de janeiro de 2021. Disponível em:
<https://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/docs/FR77987.pdf>

Colin Elman, “Realism”. Em Martin Griffiths, “International Relations Theory for the Twenty First Century – An Introduction”. Nova Iorque: Routledge, 1ª Edição, 2007, pp. 11-20.

Comissão Europeia, “Portugal Memorandum of understanding on specific economic policy conditionality”, 2011, p. 14.

Council of the European Union, "Council conclusions EU Strategy on China", 2016, p. 3. Disponível em/
https://eeas.europa.eu/sites/default/files/council_conclusions_eu_strategy_on_china.pdf.pdf

Council on Foreign Relations, “U.S.-China Relations”. Disponível em:
<https://www.cfr.org/timeline/us-china-relations>

Cristiano Cabrita, “O Vector Transatlântico da Política Externa Portuguesa”, em “Política Externa Portuguesa Contemporânea”. Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2019, pp. 145-180.

Daily News Hungary, “More than 300,000 jobs created by German companies in Hungary”. Disponível em: <https://dailynewshungary.com/more-than-300000-jobs-created-by-german-companies-in-hungary/>

Dalai Lama, “Dignitaries Met 2000 – 2004”. Disponível em:
<https://www.dalailama.com/the-dalai-lama/events-and-awards/dignitaries-met/dignitaries-met-2000-2004>

David Marsh e Gerry Stoker, “Theory and Methods in Political Science”. Palgrave Macmillan, 3ª Edição, 2010, p. 253.

David Sacks, “Countries in China’s Belt and Road Initiative: Who’s in And Who’s Out”. Council on Foreign Relations, 2021. Disponível em:
<https://www.cfr.org/blog/countries-chinas-belt-and-road-initiative-whos-and-whos-out>.

Diário da República, “Decreto-Lei n.o 14/2021”. Disponível em:
<https://files.dre.pt/1s/2021/02/03000/0002100024.pdf>

Diário de Notícias, “Dívida em renminbi mostra dois lados da moeda”. Disponível em: <https://www.dn.pt/brandstory/divida-em-renminbi-mostradois-lados-da-moeda-8806596.html>

Diário de Notícias, “PR/China: Cronologia das relações diplomáticas Portugal-China”. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/prchina-cronologia-das-relacoes-diplomaticas-portugal-china-10827815.html>

Dinheiro Vivo, “OPA EDP. Estado chinês trava OPA rivais europeias à EDP, diz FT”. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/opa-edp-estado-chines-trava-opa-rivais-europeias-a-edp-diz-ft-12792421.html>

DRE, “MNE, Decreto n.o 17/2006 de 27 de Junho”. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2006/06/122A00/45324536.pdf>.

DRE, “Resolução da Assembleia da República n.º 25/87”. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/406316/details/normal?perPage=100&q=Constitui%C3%A7%C3%A3o+da+Rep%C3%BAblica+Portuguesa>.

EDP, “China Three Gorges com Participação Qualificada na EDP de 20,22%”. Disponível em: <https://www.edp.com/pt-pt/noticias/2022/02/04/china-three-gorges-com-participacao-qualificada-na-edp-de-2022>

EDP, “Titulares de Participações Qualificadas e Direitos de Voto”. Disponível em: <https://www.edp.com/pt-pt/investidores/estrutura-acionista>

Edwin L.-C. Lai, “Renminbi Internationalization: The Prospects of China’s Yuan as the Next Global Currency”. HKUST IEMS Institute for Emerging Markets Studies, Vol. 9, 2015, pp. 1-4.

Erik Brattberg, Phillippe Le Corre, Paul Stronski, Thomas de Waal, “China’s Influence in Southeastern, Central, and Eastern Europe: Vulnerabilities and Resilience in Four Countries”. Carnegie Endowment for International Peace, Washington, DC, 2021.

Eugenia Tzortzi, “‘No’ From EIB to Gongbao for National Insurance”. Kathimerini, 2018. Disponível em: <https://www.kathimerini.gr/economy/business/990497/ochi-apo-ete-se-gongbao-gia-tin-ethniki-asfalistiki/>

Euractiv, “Lithuanian FM: ‘17+1’ format with China divides Europe”. Disponível em: https://www.euractiv.com/section/politics/short_news/lithuanian-fm-171-format-with-china-divides-europe/

European Commission Directorate-General for Trade, “European Union, Trade in goods with China”. Disponível em: https://webgate.ec.europa.eu/isdb_results/factsheets/country/details_china_en.pdf

European Commission, "Elements for a new EU strategy on China", 2016, p.4. Disponível em/ https://eeas.europa.eu/archives/docs/china/docs/joint_communication_to_the_european_parliament_and_the_council_-_elements_for_a_new_eu_strategy_on_china.pdf.pdf

European Commission, “China”. Disponível em: <https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/china/>

European Commission, “EU-China – A strategic outlook”, 2019, pp. 1-2. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/communication-eu-china-a-strategic-outlook.pdf>.

European Parliament e European Council, "Regulation of the European Parliament and the Council on establishing a framework for the screening of foreign direct investments into the Union", 2019.

European Union, "Regulation of the European Parliament and the Council establishing a framework for the screening of foreign direct investments into the Union". Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/PE-72-2018-INIT/en/pdf>.

Eurostat, “Balance of payments – International transactions”. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/balance-of-payments/data/database>

Eurostat, “Structure of general government gross debt - end 2021”. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/ddn-20220615-1>

Eurostat, “Top 20 ports handling containers, 2008-2018”. Disponível em: [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:Top_20_ports_handling_containers,_2008-2018_\(thousand_TEUs\).png](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:Top_20_ports_handling_containers,_2008-2018_(thousand_TEUs).png); Loyds List, “One Hundred Ports 2020”. Disponível em: <https://lloydslist.maritimeintelligence.informa.com/one-hundred-container-ports-2020>

Expresso, “Construtora Mota-Engil abre as portas a reforço da posição dos chineses da CCCC”. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2021-01-08-Construtora-Mota-Engil-abre-as-portas-a-reforco-da-posicao-dos-chineses-da-CCCC>

Expresso, “EUA pressionam Governo: “Portugal tem de escolher agora entre os aliados e os chineses”. Disponível em: <https://expresso.pt/politica/2020-09-25-EUA-pressionam-Governo-Portugal-tem-de-escolher-agora-entre-os-aliados-e-os-chineses>.

Fidelidade, Acionistas. Disponível em: <https://www.fidelidade.pt/PT/a-fidelidade/QuemSomos/QuemSomos/Paginas/Acionistas.aspx>

Financial Times, “Lisbon rebuffs claims Portugal is China’s ‘special friend’ in EU”, 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/862c633e-393b-11ea-a6d3-9a26f8c3cba4>.

Financial Times, “Portugal raises Rmb2bn from ‘Panda bond’ sale”. Disponível em: <https://www.ft.com/content/d287ed46-82e0-11e9-9935-ad75bb96c849>

Foreign Ministry of the People’s Republic of China, “Prime Minister Medgyessy Peter of Hungary will Pay a Working Visit to China”. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/ce/cgvienna/eng/xw/t127506.htm>

Francisco Gonçalves Pereira, “Accommodating diversity. The People’s Republic of China and the «Question of Macau» (1949-1999)”. Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2013, p. 117.

Fundação Francisco Manuel dos Santos, “2008-2009: Filha da crise financeira internacional”. Disponível em: <https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/2008-2009-filha-da-crise-financeira-internacional>

Fundação Francisco Manuel dos Santos, “2010-2013: A mais longa e severa das crises”. Disponível em: <https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/2010-2013-mais-longa-e-severa-das-crises>

Fundação Francisco Manuel dos Santos, “Recessão de 2008: T1 – 2009: T1”. Disponível em: <https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/2008-2009-filha-da-crise-financeira-internacional>

Gabinete de Estratégia e Estudos, “Comércio Internacional Portugal - China Continental”. Disponível em: <https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-de-comercio-bilateral/china/1526-comercio-internacional-de-portugal-com-china-continental/file>

German Federal Foreign Office, “Germany and China: Bilateral relations”. Disponível em: <https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/laenderinformationen/china-node/china/228916>

Giannis Seferiadis, “Greece Joins ‘Anti-Huawei Camp’ as US Seals Stronger Ties”. Nikkei, 2020. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Huawei-crackdown/Greece-joins-anti-Huawei-camp-as-US-seals-stronger-ties>.

Global Citizen Solutions, “Golden Visa Portugal: Estatísticas e Números de 2022”. Disponível em: <https://www.globalcitizensolutions.com/pt-pt/estatisticas-golden-visa/>

Graham Allison, “Destined for War: Can America and China Escape the Thucydides’ Trap?”. Scribe Publications, 2018.

Green Finance and Development Center, “Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)”. Disponível em: <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>

Hillary Clinton, “America’s Pacific Century”. Foreign Policy, 189, 2011, pp. 56-63.

Howard W. French, “Everything Under the Heavens: How the Past Helps Shape China’s Push for Global Power”. 1ª Edição. Nova Iorque. Alfred A. Knopf, 2017.

Hungary Today, “Orbán Praises Chinese Companies in Hungary, China’s Silk Road Plan”. Disponível em: <https://hungarytoday.hu/orban-chinese-companies-hungary-china-silk-road/>”

Idealista, “Evolução do preço das casas à venda, Lisboa”. Disponível em: <https://www.idealista.pt/media/relatorios-preco-habitacao/venda/lisboa/>

IGCP, “Outros Instrumentos”. Disponível em: <https://www.igcp.pt/pt/menu-lateral/instrumentos-de-divida/outros-instrumentos/>

IMF, “Greece: Request for Stand-By Arrangement”. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2016/12/31/Greece-Request-for-Stand-By-Arrangement-23840>

IMF, “Ireland: Recovery from Financial Crisis”. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/IRL/ireland-lending-case-study>

IMF, “Political Consensus at the Heart of Portuguese Recovery”. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/PRT/portugal-lending-case-study>

Investment Migration Insider, “Applications for Italy’s “Dolce Visa” Quadruple in 2021 as Investors Embrace Improved Terms”. Disponível em: <https://www.imidaily.com/intelligence/applications-for-italys-dolce-visa-quadruple-in-2021-as-investors-embrace-improved-terms/>

Investment Migration Insider, “Greece Golden Visa Statistics”. Disponível em: <https://www.imidaily.com/datacenter/greece-data/>

Investment Migration Insider, “Ireland IIP Becomes 6th Billion-Euro Golden Visa in Europe, 2021 Data Reveals”. Disponível em: <https://www.imidaily.com/intelligence/ireland-iip-becomes-6th-billion-euro-golden-visa-in-europe-2021-data-reveals/>

Investment Migration Insider, “Spanish Golden Visa Approvals up 43% in First Half of 2021”. Disponível em: <https://www.imidaily.com/intelligence/spanish-golden-visa-approvals-up-43-in-first-half-of-2021/>

Investopedia, “Foreign Direct Investment (FDI)”. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/f/fdi.asp>

Investopedia, “Why Governments Issue Foreign Bonds”. Disponível em: <https://www.investopedia.com/articles/investing/051413/why-governments-issue-foreign-bonds.asp>

Ivana Casaburi, “Chinese investment trends in Europe 2016-2017 Report”. Disponível em: <https://itemsweb.esade.edu/research/esadegeo/ChineseInvestmentTrendsInEurope.pdf>

Jacob J. Lew, Gary Roughead, Jennifer Hillman, e David Sacks, “China’s Belt and Road: Implications for the United States”. Council on Foreign Relations, Independent Task Force Report No. 79, 2021.

James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff Jr., “Contending Theories of International Relations - A Comprehensive Study”. Longman, 5ª Edição, 2001, pp. 416-418.

James L. Schoff e Asei Ito, “Competing with China on Technology and Innovation”. Carnegie Endowment for International Peace, Washington, DC, 2019, p. 1.

Jean-Pierre Cabestan, “European Union-China Relations and The United States”. Asian Perspective, Vol. 30, No. 4, 2006, pp. 11-38.

Jianwei Wang, “Xi Jinping’s ‘Major country diplomacy:’ A paradigm shift?”. Journal of Contemporary China, Vol. 28, Issue, 115, 2019, pp. 15-30.

João de Deus Ramos, “Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau”. Nação e Defesa, 1990, pp. 165-166.

João Faria, “A Presença Económica da China em Portugal (2001-2018)”. Universidade do Minho, 2020.

João Miguel Oliveira Faria, “A Presença Económica da China em Portugal (2001-2018)”, Universidade do Minho, 2020, pp. 36-37.

John MacMillan, “Liberal Internationalism”. Em Martin Griffiths, “International Relations Theory for the Twenty-First Century”. Nova Iorque: Routledge, 2007, pp. 21-34.

John Ravenhill, “International Political Economy”. Em Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, “The Oxford Handbook of International Relations”. Nova Iorque: Oxford University Press, 1ª Edição, 2008, pp. 542-543.

John Seaman, Mikko Huotari, Miguel Otero-Iglesias, “Chinese Investment in Europe: A Country-Level Approach”. A Report by the European Think-tank Network on China (ETNC), 2017, pp. 117-125.

Jorge Sampaio, “Arquivo da Presidência”. Disponível em:
<https://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/main.html>

Jornal de Negócios, “Construtora chinesa compra 23% da Mota-Engil por 169,4 milhões”. Disponível em:
<https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/construcao/detalhe/construtora-chinesa-compra-23-da-mota-engil-por-1694-milhoes>

Jornal de Negócios, “Grécia cede à China 67% do porto do Pireu até 2052”. Disponível em:
https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/grecia_cede_a_china_67_do_porto_do_pireu_ate_2052

Jornal de Negócios, “Portugal vai emitir dívida em moeda chinesa na próxima semana”. Disponível em:
<https://www.jornaldenegocios.pt/mercados/obrigacoes/detalhe/portugal-vai-colocar-divida-em-moeda-chinesa-na-proxima-semana>

Kane Wu, Eyk Henning e Christopher Alessi, “China’s Midea Offers \$5 Billion for German Robot Maker Kuka”. The Wall Street Journal, 2016. Disponível em:

<https://www.wsj.com/articles/chinas-midea-group-announces-bid-for-germanys-kuka-1463556160>

Keegan Elmer, “Budapest stands with Beijing in opposing Taiwan’s membership of World Health Organisation”. South China Morning Post, 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3084588/budapest-stands-beijing-opposing-taiwans-membership-world>

Kerry Brown, “The new emperors: power and princelings in China”. Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris, 2014, pp. 206-208.

Liu Qianqian e Polyxeni Davarinou, “Sino-Greek Economic Cooperation: COSCO’s Investment in the Port of Piraeus”. IDS Bullentin, Volume 50, Número 4, 2019, pp. 109-125.

LRT, “German firms pressure Lithuania to deescalate China tensions”. Disponível em: <https://www.lrt.lt/en/news-in-english/19/1594168/german-firms-pressure-lithuania-to-deescalate-china-tensions-media>

Lusa, “Onde investem os chineses em Portugal?”. Disponível em: <https://macau20anos.lusa.pt/onde-investem-os-chineses/>

Márcio Berenguer, “A base das Lajes interessa à China?”. Público, 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/10/12/politica/noticia/a-base-das-lajes-interessa-a-china-1747041>

Maria Raquel Freire e Rafaela Rodrigues de Brito, “Ensaio Bibliográfico Estudos sobre a Política Externa Portuguesa após 2000”. Relações Internacionais, Vol. 28, 2010, pp. 157-179.

Martin Griffiths, Steven C. Roach e M. Scott Solomon, “Fifty Key Thinkers in International Relations”. EUA: Routledge, 2ª Edição, 2009, pp. 58-64.

Matthias Stepan and Falk Ostermann, "EU-China relations", Atlantisch Perspectief, Vol. 35, No. 2, 2011, p. 20.

Mikko Huotari, Miguel Otero-Iglesias, John Seaman e Alice Ekman, "Mapping Europe-China Relations A Bottom-Up Approach", ETNC, Real Instituto Elcano, IFRI, Merics Mercator Institute for China Studies, 2015.

Millennium bcp, Estrutura Acionista. Disponível em: <https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Pages/EstruturaAcionista.aspx>

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, "Portugal, Activities". Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/gjhdq_665435/3265_665445/3351_664720/3353_664724/index_1.html

Mota-Engil, "Perfil Corporativo". Disponível em: <https://www.mota-engil.com/investidores/perfil-corporativo-2/>

Nana De Graaff e Bastiaan Van Apeldorn, "US-China relations and the liberal world order: contending elites, colliding visions?". *International Affairs*, Vol. 94, No. 1, 2018, pp. 113- 131.

Nick Cumming-Bruce e Somini Sengupta, "In Greece, China Finds an Ally Against Human Rights Criticism". *New York Times*, 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/06/19/world/europe/china-human-rights-greece-united-nations.html>.

NIS Cooperation Group, "EU coordinated risk assessment of the cybersecurity of 5G networks". Comissão Europeia, 2019.

Noah Barkin, "Germany's Strategic Gray Zone with China". *Carnegie Endowment for International Peace*, 2020, pp. 1-7.

Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, "Portugal e a integração europeia, 1945-1986: a perspectiva dos actores". Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.

Nuno Severiano Teixeira, "Breve ensaio sobre a política externa portuguesa". *Relações Internacionais*, Vol. 28, 2010, pp. 51-61.

Observador, "China espera "empurrão" de Portugal para acordo de investimento com União Europeia", 2021. Disponível em: <https://observador.pt/2021/01/30/china-espera-empurrao-de-portugal-para-acordo-de-investimento-com-uniao-europeia/>

Observador, "Summer Session com o embaixador George Glass: Ter outro país a controlar rede elétrica de Portugal "é um caminho perigoso"". Disponível em: <https://observador.pt/especiais/summer-session-com-o-embaixador-george-glass-ter-outro-pais-a-controlar-rede-eletrica-de-portugal-e-um-caminho-perigoso/>

OCDE, "Gross domestic spending on R&D". Disponível em: <https://data.oecd.org/rd/gross-domestic-spending-on-r-d.htm>

OECD, “Inward FDI stocks by partner country”. Disponível em:
<https://data.oecd.org/fdi/inward-fdi-stocks-by-partner-country.htm#indicator-chart>

Office of the United States Trade Representative, “China, Mongolia & Taiwan”.
Disponível em: <https://ustr.gov/countries-regions/china-mongolia-taiwan>

Office of the United States Trade Representative, “Economic and Trade Agreement Between the Government of the United States of America and the Government of the People’s Republic of China”. Disponível em:
https://ustr.gov/sites/default/files/files/agreements/phase%20one%20agreement/Economic_And_Trade_Agreement_Between_The_United_States_And_China_Text.pdf

Olaf Merk, “China’s Participation in European Container Ports: Drivers and Possible Future Scenarios”. *Revue Internationale et Stratégique*, Número 117, 2020, pp. 41–53.

Paul Ames, “China’s Atlantic stopover worries Washington”. *Politico*, 2016.
Disponível em: <https://www.politico.eu/article/chinas-atlantic-stopover-terceira-worries-washington-li-keqiang-united-states/>

Paulo Duarte, “De Lisboa a Pequim, Portugal na Faixa e Rota Chinesa”. Instituto Internacional de Macau, Lisboa, 2020.

Pedro Galinha, “China e Portugal Dez Anos de Parceria Estratégica Global”. Nova FCSH, 2017, p. 82.

Pedro Ponte e Sousa, "A Diplomacia Económica na Política Externa Portuguesa Contemporânea - Problemas Teórico-Conceptuais". *Relações Internacionais*, Vol. 61, 2019, pp. 48-49.

Pedro Sanchez Costa Pereira, “Portuguese Foreign Policy Constraints and Responses. In The Road Ahead The 21st Century World Order in the Eyes of Policy Planners”. Brasília: FUNAG, 2018, pp. 260-283.

Peter Ferdinand, “Westward ho—the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping”. *International Affairs* 92.4, 2016, pp. 941-957.

Peter Frankopan. “The New Silk Roads: The Present and Future of the World”. London: Bloomsbury Publishing, 2018.

Péter Vámos, “Chinese Foreign Ministry Documents on Hungary, 1956”. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/publication/chinese-foreign-ministry-documents-hungary-1956>

Peterson Institute for International Economics, “What Is Globalization? And How Has the Global Economy Shaped the United States?”. Disponível em: <https://www.piie.com/microsites/globalization/what-is-globalization>

Philippe Le Corre, “‘China’s Offensive in Europe;’ Is There a Master Plan in Beijing?”. The Wall Street Journal, 2016. Disponível em: <https://www.iris-france.org/78081-chinas-offensive-in-europe-is-there-a-master-plan-in-beijing/>

Philippe Le Corre, “China’s Rise as a Geoeconomic Influencer: Four European Case Studies”. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2018.

Philippe Le Corre, “This is China’s Plan to Dominate Southern Europe”. National Interest, 2018. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/chinas-plan-dominate-southern-europe-34697>

Politico, “EU leaders face tough time getting tough on China”, 2020. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/eu-leaders-charles-michel-ursula-von-der-leyen-face-tough-time-getting-tough-on-china-xi-jinping/>.

Pordata, “Balança Comercial”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Balança+comercial-2594>

Pordata, “Exportações de bens: total e por principais países parceiros comerciais”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Exportações+de+bens+total+e+por+principais+pa%C3%ADses+parceiros+comerciais-2346>

Pordata, “Exportações de serviços: total e por principais países parceiros comerciais”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Pordata, “Importações de bens: total e por principais países parceiros comerciais”. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Importações+de+bens+total+e+por+principais+pa%C3%ADses+parceiros+comerciais-2345>

Pordata, “Importações de serviços: total e por principais países parceiros comerciais”. Disponível em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Importações+de+serviços+total+e+por+principais+pa%C3%ADses+parceiros+comerciais-2348>

Pordata, “PIB”. Disponível em:

<https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Público, “Hu Jintao destaca “esforços” portuguesas na relação entre a China e a União Europeia”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/11/06/mundo/noticia/hu-jintao-destaca-esforcos-portugueses-na-relacao-entre-a-china-e-a-uniao-europeia-1464684>

Público, “Os 17 acordos assinados na visita de Xi Jinping a Portugal”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/12/05/economia/noticia/17-acordos-assinados-vista-xi-jinping-portugal-1853673>

Público, “Visita de Wen Jiabao aos Açores em Junho levantou suspeitas sobre interesse chinês na Base das Lajes”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2012/11/26/jornal/visita-de-wen-jiabao-aos-aco-res-em-junho-levantou-suspeitas-sobre-interesse-chines-na-base-das-lajes-25651950>

Quan Li e Min Ye, “China’s emerging partnership network/ what, who, where when and why”. *International Trade, Politics and Development*, Volume 3, Number 2, 2019, pp. 66-81.

Rafał Ulatowski e Joseph Hills, “How Germany is changing its China strategy”. Chatham House, 2022. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2022/05/how-germany-changing-its-china-strategy>

Réka Koleszár, “Hungary-China Relations: Is it Time for a Change?”. Disponível em: <https://chinaobservers.eu/hungary-china-relations-is-it-time-for-a-change/>

Reuters e Público, “Telecomunicações portuguesas não terão Huawei nas redes core 5G. Não há “imposições” do Governo”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/07/30/tecnologia/noticia/operadoras-telecomunicacoes-portuguesas-nao-va-utilizar-huawei-redes-5g-1926465>

Reuters, “Factbox: Chinese investments in Portugal”. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-edp-m-a-china-investment-factbox-idUSKCN1IF24M>

Rhodium Group (RHG) and Mercator Institute for China Studies (MERICS), “Chinese FDI in Europe: 2019 Update”. Disponível em: https://rhg.com/wp-content/uploads/2020/04/MERICS-Rhodium-Group_COFDI-Update-2020-2.pdf.

Richard Louis Edmonds and Herbert S. Yee, “Macau: From Portuguese Autonomous Territory to Chinese Special Administrative Region”, *The China Quarterly*, No. 160, December 1999, pp. 806-807.

Robert Gilpin, “Global Political Economy: Understanding the International Economic Order”. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2001, p. 24.

Robert Gilpin, “The Political Economy of International Relations”. New Jersey: Princeton University Press, 1ª Edição, 1987, pp. 34-40.

Robert Jackson e Georg Sorensen, “Introduction to International Relations Theories and Approaches”. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 5ª Edição, 2013, pp. 159-178.

Robin Emmott, “EU’s Statement on South China Sea Reflects Divisions”. Reuters, 2016. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/southchinasea-ruling-eu-idUSL8N1A130Y>.

Roderick Kefferpütz, “Shifting Politics: The Future of Germany’s China Policy”. Institute Montaigne, 2022. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/analysis/shifting-politics-future-germanys-china-policy>

RTP Notícias, “Governo aprova investimento no Porto de Sines para reforçar capacidade de receber e expedir gás”. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/economia/governo-aprova-investimento-no-porto-de-sines-para-reforcar-capacidade-de-receber-e-expedir-gas_n1431725

Ruchir Sharma, “10 Rules of Successful Nations”. W.W. Norton & Company, 2020, 1ª Edição, pp. 95-98.

Ryan Hass, “The “new normal” in US-China relations: Hardening competition and deep interdependence”. Brookings, 2021. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2021/08/12/the-new-normal-in-us-china-relations-hardening-competition-and-deep-interdependence/>

Scott Burchill, “Liberalis”. Em Scott Burchill, Andrew Linklater, et. al., “Theories of International Relations”. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 3ª Edição, pp. 55-83.

Sebastian Ibold, “Belt and Road Initiative”. Disponível em: <https://www.beltroad-initiative.com/info/>.

Sef, “Outros Mapas Estatísticos – Autorização de Residência para Investimento”. Disponível em: <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalhe.aspx?nID=93>

Sergio Goncalves, “UPDATE 1-No bids in Portugal's tender for Sines container port terminal”. Reuters, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/portugal-ports-tender-idUSL8N2M03BJ>

Sima Qian, “Records of the Grand Historian of China”. New York: Columbia University Press, 2ª Edição 1993.

Sinopsis, “Panda bonds that tie: Poland’s ruling party sets its sights on Beijing”. Disponível em: https://sinopsis.cz/en/poland-panda-bonds/?utm_source=rssfeed&utm_medium=rss&utm_campaign=rssweb#:~:text=Panda%20bonds%20are%20mainly%20used,purpose%20of%20financing%20local%20operations

Sit Tsui, Erebus Wong, Lau Kin Chi e Wen Tiejun, “One Belt, One Road: China’s Strategy for a New Global Financial Order”. Monthly Review, Vol. 68, No. 8, 2017.

South China Morning Post, “Kohl to make rare PLA visit”. Disponível em: <https://www.scmp.com/article/138269/kohl-make-rare-pla-visit>

Stelios Bouras, “Foreign investors cool on Hellinikon Project”. Business Daily, 2021. Disponível em: https://www.businessdaily.gr/english-edition/37713_foreign-investors-cool-hellinikon-project

Stewart Paterson, “China, Trade and Power: Why the Wests Economic Engagement Has Failed”. 1ª Edição. Londres: London Publishing Partnership, 2018.

TDM Portuguese News & Programs, “China - Portugal: 40 Anos Relações Diplomáticas - 2000-2019”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=woNgaY7oYFM&ab_channel=TDMPortugueseNews%206Programs.

Teresa de Sousa e Carlos Gaspar, “Portugal, a União Europeia e a Crise”. Relações Internacionais, Vol. 48, 2015, pp. 99-114.

Tessa Bernson, “Read Donald Trump's Speech on Jobs and the Economy”. Disponível em: <https://time.com/4495507/donald-trump-economy-speech-transcript/>

The Diplomat, “Which Asian Countries Voted to Suspend Russia’s UNHRC Membership?”. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/04/which-asian-countries-voted-to-suspend-russias-unhrc-membership/>

The Malaysian Reserve, “China Detains Chiefs of Troubled HNA Amid Xi Wider Crackdown”. Disponível em: <https://themalaysianreserve.com/2021/09/25/china-detains-chiefs-of-troubled-hna-amid-xi-wider-crackdown/>

The New York Times, “In an Uneven Fight with China, a Tiny Country’s Brand Becomes Toxic”. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/02/21/world/europe/china-lithuania-taiwan-trade.html>

The State Council of The People’s Republic of China, “Action plan on the Belt and Road Initiative”, 2015. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm.

Thomas Oatley, “International Political Economy”. Nova Iorque: Routledge, 6ª Edição, 2019, p. 2.

Tiago Moreira de Sá e Diana Soller, “Donald Trump, O Método no Caos”. 1ª Edição. Portugal. Dom Quixote, 2018.

Tiago Moreira de Sá, “Os Estados Unidos e os Açores: A Base das Lajes e o Retraimento Americano”. *Relações Internacionais*, Vol. 51, 2016 pp. 57-74.

Tiago Moreira de Sá, “Política Externa Portuguesa”. *Fundação Francisco Manuel dos Santos*, Vol. 56, 2015, pp. 66-67.

Ting Shi e Stephen Engle, “Portugal Open to China Investment in Azores as U.S. Sway Wanes”. Bloomberg, 2016. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2016-10-12/portugal-open-to-china-investment-in-azores-as-u-s-sway-wanes>

Tom Conley, “International Political Economy”. Em Martin Griffiths, “International Relations Theory for the Twenty First Century – An Introduction”. Nova Iorque: Routledge, 1ª Edição, 2007, pp. 135-145.

United States Census Bureau, “Trade in Goods with China”. Disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>

US Embassy & Consulates in Australia, “Secretary Blinken Speech: The Administration’s Approach to the People’s Republic of China”. Disponível em: <https://au.usembassy.gov/secretary-blinken-speech-the-administrations-approach-to-the-peoples-republic-of-china/>

Vasco Rato, “De Mao a Xi, o Ressurgimento da China”. 1ª Edição. Alêtheia Editores, 2020.

Vasco Rato, “Dragon Rejuvenated: Making China Greatest Again”. IDN, Lisboa, 39, 2020, p. 21.

Věra Jourová, “People obtaining EU nationality must have genuine connection to the Member State concerned. We want more transparency on how nationality is granted & more cooperation between MSs. There should be no weak link in the EU, where people could shop around for the most lenient scheme”. Twitter, 2019. Disponível em: <https://twitter.com/VeraJourova/status/1088029072465297409>

William C. Wohlforth, “Realism”. Em Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, “The Oxford Handbook of International Relations”. Nova Iorque: Oxford University Press, 1ª Edição, 2008, pp. 131-149.

Wilson Ledo, “Paulo Portas: “As empresas chinesas investiram em Portugal num momento difícil””. Jornal de Negócios, 2015. Disponível em: https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/paulo_portas_as_empresas_chinesas_investiram_em_portugal_num_momento_dificil

World Bank, “Exports of goods and services (BoP, current US\$)”. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=BX.GSR.GNFS.CD&country=#>

World Bank, “GDP (current US\$)”. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?most_recent_value_desc=true&year_high_desc=true

World Bank, “GDP growth (annual %). Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.KD.ZG&country=CHN#>

World Bank, “World Development Indicators CO2 Emissions (kt)”. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=EN.ATM.PM25.MC.M3&country=CHN>

World Politics Review, “How Long Can Portugal Continue to Play Both Sides of the U.S.-China Rivalry?”, 2020. Disponível em: <https://www.worldpoliticsreview.com/articles/29246/how-long-can-portugal-continue-to-play-both-sides-of-the-u-s-china-rivalry>

Xin-zhu J. Chen, “China and the US Trade Embargo, 1950-1972”. American Journal of Chinese Studies, Vol.13, No.2, 2006, pp. 169-186.

XIX Governo Constitucional - 2011-2015, Programa do Governo. Disponível em: https://www.historico.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf.

XVIII Governo Constitucional - 2009-2011, Programa do Governo. Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/468569/gc18.pdf>.

XXI Governo Constitucional - 2015-2019, Programa do Governo. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/ficheiros-geral/programa-do-governo-pdf.aspx>

XXII Governo Constitucional - 2019-2022, Programa do Governo. Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/media/464042/GC12.pdf>, p. 22.

XXIII Governo Constitucional - 2022-2026, Programa do Governo. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=«mlkvi»=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>, p. 50.

Yuan Yuan Wu, “A internacionalização das empresas portuguesas no mercado chinês”. ISCTE, 2020, pp. 59-63.